

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rafael Pizzato Vier

**“OLIGARCAS” OU “REVOLUCIONÁRIOS”
UMA VISÃO WEBERIANA SOBRE OS DESAFIOS DOS DIRIGENTES SINDICAIS
DO CAMPO NO SUDESTE PARAENSE**

Santa Cruz do Sul, junho de 2009.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Rafael Pizzato Vier

**“OLIGARCAS” OU “REVOLUCIONÁRIOS”
UMA VISÃO WEBERIANA SOBRE OS DESAFIOS DOS DIRIGENTES SINDICAIS
DO CAMPO NO SUDESTE PARAENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, com requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Mário Riedl

Santa Cruz do Sul, junho de 2009.

V665o

Vier, Rafael Pizzato

Oligarcas ou revolucionários : uma visão weberiana sobre os desafios dos dirigentes sindicais no campo do sudeste paraense / Rafael Pizzato Vier. - 2009.

137 f. : il.

Orientador : Mário Riedl

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2009.

Bibliografia.

1. Sindicatos – Trabalhadores rurais. 2. Desenvolvimento rural. 3. Reforma agrárias. 4. Sindicalismo – Pará. I. Riedl, Mário. II. Universidade de Santa Cruz do Sul. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. III. Título.

CDD: 331.881163

Bibliotecária : Muriel Thurmer - CRB 10/1558

Rafael Pizzato Vier

**“OLIGARCAS” OU “REVOLUCIONÁRIOS”
UMA VISÃO WEBERIANA SOBRE OS DESAFIOS DOS DIRIGENTES SINDICAIS
DO CAMPO NO SUDESTE PARAENSE**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, com requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Mário Riedl
Professor Orientador

Prof. Dr. Cesar Hamilton Brito de Goes

Prof. Dr. Zander Navarro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a João que me fez o convite para trabalhar em Marabá.

Aos trabalhadores e trabalhadoras rurais sindicalizados e militantes do movimento social do sudeste paraense que me acolheram.

A paciência da família e compreensão da Vállery.

E as aulas de sociologia do professor Mário, que me possibilitaram conhecer melhor os clássicos.

Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual sua visão de mundo. [...] A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. [...] Isto faz da compreensão sempre uma interpretação.

Leonardo Boff. (1997)

Toda *avaliação* crítica do *querer* alheio só pode ser crítica a partir de uma “concepção de mundo”, combate ao ideal *alheio* sobre a base de um ideal *próprio*.

Max Weber (2006)

RESUMO

Este trabalho parte de um enfoque weberiano para analisar as estratégias político-organizativas adotadas pelos dirigentes sindicais do campo no sudeste paraense no período de 1996 a 2008. Para isso parte de duas hipóteses. A primeira, a partir de um olhar interno e com base na tese de Robert Michels sobre o processo de oligarquização das organizações políticas, nas modernas democracias de massa. E a segunda, a partir do enfoque de dois dos principais paradigmas interpretativos sobre o papel do complexo agrícola e suas formas de institucionalização no processo de desenvolvimento das economias capitalistas avançadas. Com base nas evidências levantadas pode-se verificar os laços que os dirigentes sindicais guardam com sua base, enfraquecendo a tese oligárquica sobre a apartação entre representantes e representados. De outro lado, à medida que a pesquisa revela um maior “grau de conhecimento” dos dirigentes sindicais *do campo* sobre a temática “político-partidária” em detrimento da “agrícola”, isso aponta no sentido de que um dos paradigmas interpretativos esteja servindo de arcabouço valorativo para orientação de suas decisões estratégicas. A partir destas evidências, como propõe a teoria weberiana, as análises partem para uma leitura crítica sobre as implicações destas “escolhas”.

Palavras-chave: sindicalismo rural, desenvolvimento agrícola, elites sindicais, reforma agrária.

ABSTRACT

This dissertation uses a Weberian framework in order to analyze the organizational and political strategies adopted by rural union leaders in the southeast of the State of Pará during the period of 1996 to 2008. The study is based on two hypotheses. The first, follows Robert Michels' thesis on the centralization process of political organizations in modern mass democracies. The second, focuses the framework of two paradigms on the role of the agricultural complex and its institutionalization strategies in the development process of advanced capitalist economies. Based on the analyzed evidences, we may conclude that the union leaders keep a relatively close relationship with their basis, weakening the oligarchic thesis on the apartheid between the leadership and its followers. On the other hand, as the research revealed a higher "level of knowledge" of the rural union leaders on the "partisan-political" issue instead of the "agricultural" one, this indicates that one of the paradigms is useful for the interpretation of their strategical decisions. Following these evidences, according to the weberian theory, the analyses focus on a critical interpretation on the implications of such "choices".

Key-words: Rural unionism, rural development, union elites, agrarian reform.

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

01 - Localização geográfica da região do sudeste paraense e seus municípios	018
02 - Número de dirigentes sindicais que disputaram eleições por ano	045
03 - Renda bruta média mensal (R\$ 1,00) da produção dos dirigentes	049
04 - Comparação entre o “dado oficial” e as respostas dos dirigentes sobre o número de famílias atendidas com PRONAF A	079
05 - Ano de início das atividades como dirigentes sindicais	093
06 - Dispersão da idade (em anos) dos dirigentes sindicais	094
07 - Número de associações criadas por ano no sudeste paraense ligadas a FETAGRI ...	095

LISTA DE QUADROS

01 - Tempo de afastamento dos cargos de direção	044
02 - Nº de vezes que se candidatou a cargo eletivo político-partidário	045
03 - Propriedade de terra	046
04 - Produção no lote	047
05 - Comercialização da produção	048
06 - Renda bruta mensal da produção do lote	050
07 - Síntese do “perfil” do corpo dirigente	050
08 - Combinações possíveis de resultado do “grau de conhecimento” dos dirigentes sobre as temáticas político-partidária e “agrícola”	070
09 - Número de eleitores no município	072
10 - Número de votantes na última eleição	072
11 - Número seções eleitorais no município	073
12 - Cálculo do coeficiente eleitoral	074
13 - Cálculo do coeficiente partidário	075
14 - Previsão do coeficiente eleitoral de 2008	075
15 - Número de votos do vereador (ou candidato) <i>menos</i> votado do partido	076
16 - Número de votos do vereador (ou candidato) <i>mais</i> votado do partido	076
17 - Número de votos do vereador <i>menos</i> votado da Câmara Municipal	077
18 - Número de votos do vereador <i>mais</i> votado da Câmara Municipal	077
19 - Número de projetos de assentamento	078
20 - Número de famílias assentadas	078
21 - Número de famílias financiadas com PRONAF A	079
22 - Número de famílias financiadas com PRONAF A	080
23 - Custo de produção do leite	081
24 - Preço médio do leite pago ao produtor	082
25 - Margem apropriada pelo atravessador na venda do leite	083
26 - Preço médio de venda do laticínio para o varejo	084
27 - Principais empresas compradoras do leite	084
28 - Conhecimento sobre a Instrução Normativa Nº 51 do MAPA	085
29 - Síntese sobre o “grau de conhecimento” dos dirigentes sindicais	086

LISTA DE SIGLAS

CAT	Centro Agroambiental do Tocantins
COMAFC	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Curionópolis e Região
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
COOCAT	Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins
COOMAFEC	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Eldorado dos Carajás
COOMAFI	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Itupiranga
COOMASAGA	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São Geraldo do Araguaia
COOMASDA	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São Domingos do Araguaia
COOMASJA	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de São João do Araguaia
COOMFAMA	Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Marabá
COOPER	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás
COOPER	Cooperativa Mista dos Produtores Rurais da Região de Carajás
COPSERVIÇOS	Cooperativa de prestação de serviços
CORRENTÃO	Cooperativa dos Trabalhadores Agroextrativista de Nova Ipixuna
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EFA	Escola Família Agrícola
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
FATA	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores(as) na Agricultura
FETRAF	Federação Nacional dos Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar do Brasil
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LASAT	Laboratório Sócio-Agrônomo do Araguaia Tocantins
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PA	Projeto de Assentamento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
RB	Relação de Beneficiário
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas
SR/27	Superintendência Regional do INCRA de Marabá

SUDAM
TSE

Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	014
A trajetória do pesquisador e sua opção de abordagem epistemológica	014
Um olhar sobre a instituição científica do conhecimento	015
A contextualização histórica e a definição do objeto de pesquisa.....	016
A pergunta orientadora.....	019
A primeira hipótese.....	022
A segunda hipótese.....	024
O objetivo da pesquisa e as razões de sua realização.....	030
1 AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES – POTENCIALIDADES E LIMITES	031
1.1 Um olhar sobre o “perfil” dos dirigentes sindicais a partir de suas relações com as famílias assentadas	040
1.1.1 As evidências sobre o “perfil” dos dirigentes sindicais	043
1.1.1.1 Síntese do “perfil” dos dirigentes sindicais	050
1.2 O corpo dirigente do movimento sindical do sudeste paraense e a força de sua legitimidade	051
2 O “DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA” – DUAS VISÕES	054
2.1 As teorias sobre o desenvolvimento “agrícola” e o paradigma adotado – uma relação complementar	065
2.2 O “grau de conhecimento” dos dirigentes sobre as duas temáticas – as questões e os ajustes necessários	066
2.2.1 O “grau de conhecimento” dos dirigentes – as possibilidades de combinações das respostas	069
2.2.2 O “grau de conhecimento” dos dirigentes – descrevendo as evidências coletadas ..	071
2.2.2.1 A temática político-partidária	072
2.2.2.2 A temática “agrícola”	077
2.2.3 Síntese do “grau de conhecimento” do corpo dirigente	085
2.3 O que move os dirigentes sindicais no campo do sudeste paraense - decisões estratégicas e as concepções que lhes sustentam	087

CONSIDERAÇÕES FINAIS	091
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
Anexo A - Questionário com dirigentes sindicais	105
Anexo B - Relação “ajustada” por município dos projetos de assentamento do INCRA ..	109
Anexo C - Relação das famílias sindicalizadas beneficiadas com PRONAF A, elaborados pela COPSERVIÇOS na região do sudeste paraense	119
Anexo D - Quadro resumo da relação dos municípios dos dirigentes entrevistados com dados ajustados para questões agrária e agrícola	125
Anexo E - Relação dos laticínios por município da região do sudeste paraense	126
Anexo F - Relação dos candidatos do partido dos trabalhadores e vereadores eleitos no ano de 2004 dos municípios dos dirigentes entrevistados	129
Anexo G - Quadro resumo dos dados eleitorais dos municípios do sudeste paraense	136
Anexo H - Dados sobre reforma agrária nos 17 municípios da região do sudeste Paraense	137

INTRODUÇÃO

A trajetória do pesquisador e sua opção de abordagem epistemológica

O presente trabalho é fruto de uma vivência do pesquisador ao longo de pouco mais de uma década na região do sudeste paraense. Neste período de trabalho junto às organizações e entidades de apoio, assessoria e pesquisa aos agricultores familiares da região buscou-se sempre, além da atuação como militante político, compreender os limites e oportunidades que se encontravam os “trabalhadores rurais” organizados através da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará. Este processo de leitura sobre a dinâmica social destes atores e suas organizações é perpassada pela origem do “sulista” do pesquisador, o qual provêm de uma região do estado do Rio Grande do Sul (Alto Taquari). Região marcada pela presença de uma agricultura familiar consolidada, inserida no mercado e com forte participação de organizações cooperativas, associativas e sindicais.

Após esta breve apresentação da trajetória do pesquisador é importante relatar, as opções feitas pelo mesmo em relação aos pressupostos epistemológicos adotados nesta pesquisa. Afinal, acredita-se imprescindível dizer, de antemão, o que não será encontrado neste trabalho de pesquisa. Neste sentido, muito brevemente, pode-se dizer que não se encontrará: a) uma abordagem que busca revelar as contraditórias e indeterminadas relações sociais existentes no “objeto” a ser estudado; b) um estudo quantitativo com seu respectivo ferramental estatístico; c) uma investigação que tem como pressuposto de “mudança social” as condições materiais do desenvolvimento das forças produtivas. Dito isso, trata-se agora de apresentar as bases sob as quais se procurou construir esta investigação científica. Para isso, partiu-se do pressuposto kantiano de que não é possível perceber a “realidade em si”, podendo-se apenas construir uma idealização dela¹. Dito de outra forma, a realidade “só se apresenta para nós como uma construção mental” (PAIVA, 2008, p. 26), ou seja, enquanto “objeto de estudo”².

¹ Para deixar mais claro este conceito, pode-se citar Kant a partir de Paiva (2008, p.24) “as coisas que intuimos não são em si mesmas tal qual as intuimos, nem [...] as suas relações são em si mesmas constituídas do modo como nos aparecem Todas essas coisas enquanto fenômenos não podem existir em si mesmas, mas somente em nós. [...] Não conhecemos senão o nosso modo de percebê-los, o qual nos é peculiar e não tem que concernir necessariamente a todo ente, mas sim a todo homem.”

² Coloca-se isso, para deixar claro o pressuposto basilar do paradigma “kantiano-weberiano” aqui adotado.

E, mesmo correndo o risco de simplismo reducionista, mas para ser bastante claro, pode-se dizer que esta abordagem metodológica crê, em última instância, que o “ideal” determina a “mudança social”. Uma posição, diga-se de passagem, conversadora do ponto de vista do paradigma marxista, que crê, ser o “real” a força causal

Tem-se a seguir uma apresentação dos passos dados pelo pesquisador, desde sua visão sobre a construção do fazer científico, passando por uma contextualização espacial e temporal de seu objeto de pesquisa e seu respectivo recorte analítico (pergunta orientadora), chegando até as hipóteses, objetivos e justificativa desta dissertação.

Um olhar sobre a instituição científica do conhecimento

No longo caminhar da humanidade em busca do conhecimento o divisor de águas se dá com o rompimento das narrativas lúdicas ou mitológicas, impondo-se um reducionismo lógico-operacional³ para interpretação da realidade. Parte-se assim, para as limitadas, porém, supostamente⁴ mais eficazes construções teórico-científicas. Assim, diante de uma realidade diversa e complexa tanto os pós-modernos, que procuram descrevê-la a partir de suas indeterminações relacionais, quanto os pesquisadores modernos que buscam uma relação causal determinante, necessitam “recortá-la” de maneira a torná-la logicamente articulada. Portanto, acredita-se que toda produção teórico-científica, terá sempre que optar, abrindo mão de uma parcela significativa do real, para se dedicar apenas a determinados fenômenos que considera mais relevante. Este “recorte”, por sua vez, é embasado nos valores do pesquisador, no seu arcabouço teórico-metodológico e nas demandas sociais a que ele, direta, ou indiretamente se propõe a estudar. Em síntese, quando “separamos os problemas teóricos dos problemas práticos, não é por desprezar estes últimos, ao contrário é para colocarmos em condições de melhor resolvê-los” (DURKHEIM, 2008, p. 45).

Assim, para poder “recortar a realidade” o primeiro desafio da pesquisa é saber qual “demanda social”⁵, direta ou indireta que dará origem ao problema teórico. Esta “demanda” por sua vez, é definida, necessariamente, pelos valores do pesquisador e seus pressupostos teórico-epistemológicos. Neste sentido, na esteira do paradigma kantiano, conforme já

determinante, em última instância. No outro extremo, porém, os pós-modernos enxergam estas posições como demasiadamente pretensiosas. Afinal, crêem não ser possível definir uma relação causal determinante entre as diferentes manifestações sócio-culturais das sociedades humanas. Uma postura eivada de um fatalismo contemplativo, cômodo e condescendente com as mazelas sociais, diriam os dois primeiros.

³ Não contraditório, de base empírica e universalmente válido (para o mundo acadêmico).

⁴ “Podemos dizer hoje, tanto no que se refere às ciências sociais quanto às ciências naturais, que a concepção clássica de ciência tem sido posta em discussão, visando uma reconstrução e desdogmatização. No plano epistemológico, por exemplo, alguns filósofos contestam se, de fato, pode-se atribuir à ciência a finalidade de descobrir a verdade sobre o mundo empírico.” (MARTINS, 2004)

⁵ Que o pesquisador supõem ser.

mencionado, optou-se pelo arcabouço teórico weberiano, que vê nas ações dos atores sociais a possibilidade do fazer científico. Para Weber, o objeto da ciência social é a “significação cultural” (a partir de uma perspectiva histórica que lhe confere particularidades). Afinal, para ele é isso, em última instância, que faz mover os atores sociais, e que por sua vez determina a “realidade” das sociedades humanas (e sua possibilidade de mudança). Daí, como não poderia deixar de ser, o objetivo da ciência, para Weber, é dar tratamento técnico⁶ a seu objeto, os “juízos de valor”⁷, ou seja, as ““idéias” pelas quais real e supostamente se lutou e se luta” num determinado contexto histórico (WEBER, 2006, p. 16). Por fim, o autor apresenta a razão de ser da própria ciência social:

Oferecemos então ao agente a possibilidade de ponderar as conseqüências esperadas contra as não esperadas do seu agir e assim a resposta a pergunta: qual o “*custo*” de atingir-se o fim esperado do previsível dano a *outros* valores? Posto que na grande maioria das vezes todo fim almejado “custa” algo nesse sentido ou ao menos pode custar, nenhum ser humano que aja de modo responsável pode furtar-se à ponderação do fim e das conseqüências da ação... [em síntese] A ciência pode ajudá-lo a tornar-se consciente de que *todo* agir, e naturalmente também o não-agir, significa nas suas conseqüências assumir posição em favor de determinados valores e, assim, regularmente *contra outros*...⁸ (WEBER, 2006, p. 15)

A contextualização histórica e a definição do objeto de pesquisa

Para situar o que se pressupõe ser a demanda da pesquisa é importante dizer que não há nada que motive mais este trabalho do que contribuir para a compreensão (dos limites e potencialidades) da trajetória de luta dos “posseiros do Araguaia”. Migrantes sem terra que cruzam o rio em direção à última grande fronteira agrícola do país, na esperança de encontrar um Eldorado, ou uma nova Canaã⁹ na Amazônia oriental do sudeste paraense.

⁶ Para Weber (2006, p. 16) não se estuda a realidade em si, nas suas ““conexões objetivas” entre as “coisas””, mas sim, nas suas “conexões conceituais entre os problemas”. “Problema” é um “recorte” (ordenação em pensamento, lógico formal/não contraditório) da realidade empírica, a partir de seu objeto de estudo, no caso, “os juízos de valor e idéias historicamente dados”. Para essa “ordenação em pensamento” do que se supõe ser a “realidade empírica”, Weber lança mão de “tipos ideais”. Possibilitando o passo seguinte, estudar historicamente determinados fatos a partir de um “*confronto* entre o empírico e o tipo ideal” (WEBER, 2006, p. 103).

⁷ Também denominado pelo autor como os “axiomas últimos que subjazem ao conteúdo do querer” humano. E numa definição mais instrumental: “os fins buscados e os ideais subjacentes a eles”. (WEBER, 2006, p. 17)

⁸ E conclui Weber (2006, p. 16): “A ele [sujeito dotado de vontade] cabe a escolha [...] ele sopesa e escolhe entre os valores envolvidos conforme sua consciência e sua concepção de mundo”. Afinal, para o autor, “levar essa ponderação à decisão não é papel da ciência”. Portanto, “jamais será tarefa de uma ciência empírica produzir normas e ideais obrigatórios, para delas extrair receitas para a prática.” (WEBER, 2006, 14). Com isso Weber ressalta a diferença entre o conhecimento do que “é” (prática científica) do que “dever ser” (ação política). Embora, vale destacar, não contrariando o autor, que estes não são dois campos estanques, ao contrário constituem-se a partir de uma constante relação dialógica e tensional.

⁹ Não por acaso o nome de dois municípios do sudeste paraense: Eldorado dos Carajás e Canaã dos Carajás.

Esta região localiza-se na chamada Amazônia Legal, que concentra cerca de 60% do território nacional e é conhecida como a última fronteira agrícola em expansão no Brasil. Uma parte deste imenso território é formada pela macro-região Sul do Pará, composta por 38 municípios, numa área de 283.848,2 Km², maior, portanto, que o estado do Rio Grande do Sul. Até o início dos anos 70, predominava nesta imensa área, a floresta amazônica e a economia extrativista mercantil da borracha (IANNI, 1978) e da castanha (EMMI, 1999). Em pouco mais de 30 anos porém, a partir dos investimentos do governo federal na região, como a Rodovia Transamazônica, Hidroelétrica de Tucuruí, o Programa Grande Carajás e os financiamentos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) para implantação de fazendas agropecuárias, sua população foi multiplicada doze vezes (IBGE, 1971; IPEA/PNUD, 2003) e 60% de suas florestas foram consumidas (VIEIRA, 2006). É no decorrer deste processo, com o fim do regime autoritário, que o governo federal retoma com força, a partir de 1986, a política de colonização na região (PASQUIS, 2005), sendo criados, daquele período até 2005, 447 Projetos de Assentamento numa área de 3,9 milhões de hectares com 53 mil famílias assentadas (INCRA, 2005). Por outro lado, neste mesmo período 441 trabalhadores rurais, dirigentes sindicais e defensores dos direitos humanos são assassinados nesta grande região (CPT, 2000).

É nesta macro-região Sul do estado do Pará, composta por 22 municípios que se encontra a região Sudeste. Formada por 17 municípios ela concentram 221 Projetos com 30,6 mil famílias assentadas, numa área 1,4 milhões de hectares (INCRA, 2005), onde se encontram os sindicatos municipais de trabalhadores rurais filiados a Regional Sudeste da Federação dos Trabalhadores na Agricultura – FETAGRI¹⁰. Esta Federação tem sua origem nos anos 70, formada com apoio das comunidades eclesiais de base da igreja católica. No ano de 1986 este movimento conquista pelo voto a última direção dos quatro sindicatos municipais que havia naquele ano na região, e que ainda era comandada por dirigentes indicados pelo governo (WAMBERGUE, 2004). Um pouco mais tarde, em 1996 inicia-se um processo de grandes mobilizações para acelerar o programa de reforma agrária na região (FETAGRI, 1997), que contou com a participação do MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra). O qual, embora, numericamente menos representativo foi de grande importância estratégica. Nesse período, cresce também a criação de associações (VIER, 1999), além de

¹⁰ Federação filiada à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

uma rede de cooperativas articuladas em torno do movimento sindical. Fruto desse processo de pressão política e de uma conjuntura nacional favorável, o governo aumenta em 337% o número famílias assentadas em relação aos dez anos anteriores (INCRA, 2005), além de expandir significativamente os investimentos em infra-estrutura, crédito, assistência técnica (INTINI, 2004; OLIVEIRA, 2005).

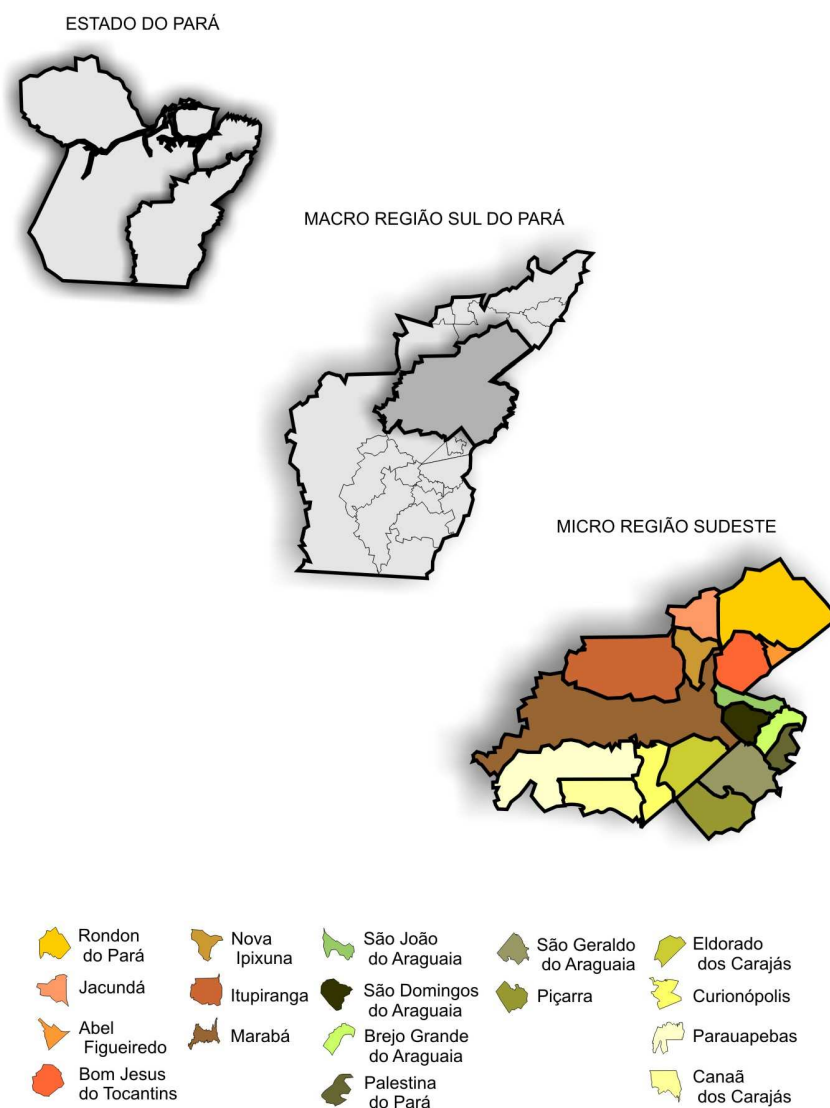


Ilustração 01¹¹ - Localização geográfica da região do sudeste paraense e seus municípios.

¹¹ Arte de Nelson Jean Júnior

Apesar do relativo sucesso que as famílias de agricultores tiveram em termos de ganhos econômicos com o avanço da reforma agrária e de suas conquistas enquanto cidadãos, transformando-se em novos atores políticos em seus municípios e na região, os projetos de assentamentos apresentam alguns sinais de baixo nível de geração de renda (FEITOSA, 2003), com altos índices de perda de cobertura florestal (HOMMA, 2001, p. 7; BRANDÃO, 2007), nos quais ainda predominam sistemas produtivos baseados na “derruba e queima” e na pecuária extensiva (GUANZIROLI, et al., 2001). Embora, também existam exceções em termos de sistemas de produção mais sustentáveis (HURTIENE, 2005; GUANZIROLI, et al., 2001). Por fim, do ponto de vista de estratégias organizativas tem-se vivenciado nos últimos anos um processo de migração dos principais dirigentes sindicais para a estrutura partidária, através das quais estes passam a disputar e exercer novos espaços de poder no Estado. Paralelamente, vem ocorrendo um processo de intensificação das disputas internas nos sindicatos¹², bem como um arrefecimento de suas atividades de avaliação, planejamento e “ações de massa” a nível regional. Neste contexto, as iniciativas de organização econômica, a exemplo das cooperativas, também vêm perdendo seu dinamismo apesar do forte apoio recebido ao longo dos últimos 15 anos¹³.

A pergunta orientadora

A partir deste contexto, pode-se fazer o recorte analítico, ou seja, a problematização de uma determinada demanda de modo a permitir seu estudo teórico. E, a partir disso, a primeira questão que surgiu foi: por que o processo de articulação política usado eficientemente pelos trabalhadores rurais, através das organizações do movimento sindical, para conquista da terra e de investimentos públicos, não consegue responder com a mesma força aos desafios do desenvolvimento sustentável¹⁴ dos projetos de assentamento? Porém, esta questão, aparentemente bem construída, foi sendo superada no decorrer da construção do projeto de

¹² Vale destacar as disputas eleitorais nos sindicatos de trabalhadores(as) rurais de Marabá em 2007, São Domingos do Araguaia e Itupiranga em 2008. Estes sindicatos estão entre os maiores e/ou mais importantes da região, e estes processos ocorreram, fundamentalmente, a partir de disputas de internas de grupos do mesmo partido.

¹³ O movimento sindical da região chegou a fomentar, juntamente com seus sindicatos e Associações de base, a criação de duas cooperativas de crédito entre 2001 e 2002, que foram extintas em 2007. Além disso, das 07 cooperativas de produção e consumo criadas, ou articuladas em torno de uma Federação de Cooperativas, apenas 02 encontram-se em plena atividade.

¹⁴ Mais especificamente sustentabilidade econômica (renda), ambiental (cobertura florestal) e social (capital social).

pesquisa. O que alguém poderia questionar: para que então resgatá-la? Ou ainda, por que este excesso de retórica, esta “tendência demasiadamente abstrata e livresca” como alertou Veiga (2004, p. 6). Afinal, não seria esta apenas mais uma entre tantas outras questões já superadas ao longo da pesquisa? Não. Acredita-se que este resgate é necessário, tanto para dar visibilidade ao processo que tornou possível a construção do “objeto” de pesquisa, quanto para fundamentá-lo melhor e poder oferecê-lo a crítica acadêmica.

Para possibilitar esta crítica é necessário demonstrar como e porque esta pergunta original foi superada. Afinal, conforme já foi dito, mesmo tendo uma questão supostamente bem construída não se conseguiu avançar na pesquisa. E, o primeiro passo para poder superá-la foi conhecer seus limites. Eles surgiram por duas razões. Primeiro, havia um desconforto em relação às bases empíricas que fundamentavam a pergunta. Afinal, mesmo que alguns pesquisadores já tenham apontado esta problemática¹⁵ (ABRAMOVAY, 2005) e o movimento sindical tenha realmente diminuído a intensidade e periodicidade de seus encontros e ações coletivas, e isto é bastante evidente para quem vivenciou este processo nos últimos doze anos. Porém, ainda assim acredita-se que não é possível afirmar, como pressupunha a pergunta, que o desempenho político-organizativo das famílias assentadas está num processo de declínio a ponto de sua capacidade de articulação política¹⁶ não conseguir “responder com a mesma força aos desafios do desenvolvimento sustentável”. Já a segunda questão que também contribuiu para se romper com a pergunta em pauta, era que talvez o que estivesse ocorrendo seria apenas mais uma etapa de um processo “natural” de amadurecimento político dos agricultores familiares na região. Em resumo, uma transformação, sem dúvida, porém não declinante, mas evolutiva à medida que seus representantes políticos passam a conquistar novos espaços de poder no partido e no estado, mesmo que isso represente uma perda de dinamismo do movimento sindical.

Uma transformação resultante de um processo histórico onde trabalhadores rurais, migrantes em busca de terra e trabalho, partem de uma relativa desarticulação política nos anos 70 e 80 para, ao final dos anos 90, constituírem um movimento sindical articulado em

¹⁵ “Se, em princípio, unidades familiares de produção podem ser economicamente viáveis, de onde vêm os atuais problemas enfrentados pelos assentamentos que se instalaram no Brasil nos últimos anos? Por que a política de assentamentos apresenta resultados tão problemáticos?” (ABRAMOVAY, 2005, p. 364)

¹⁶ Entendido aqui como um conjunto de atores (federação, sindicatos, associações, cooperativas e ONGs) atuando em rede de forma cooperada e coordenada, num processo dinâmico de organização sócio-econômica e de ações reivindicatórias em prol da reforma agrária e agricultura familiar na região. Para maiores detalhes sobre esta questão ver Intini (2004) e Assis (2007).

rede e com uma forte estratégia reivindicatória focada nas políticas públicas para a reforma agrária e o desenvolvimento rural de base familiar. E agora, já na virada do século XX, estes mesmos agricultores através de seus “antigos” dirigentes sindicais partem para a disputa da estrutura partidária e do processo político-eleitoral. Uma disputa que tem como base a competição pelo poder do Estado, um desafio histórico ainda maior para o protagonismo destes atores. Em resumo o que se pretende afirmar é que esta primeira pergunta lançada carecia de maiores evidências para sua sustentação¹⁷.

Mas para além deste desencontro entre o “real” e sua leitura o qual limitava a pergunta, havia também uma dúvida, aparentemente trivial, relacionada às razões do uso do “por que” como instrumento de “recorte” lógico-operativo da realidade. Pois, diante da fragilidade da primeira pergunta, tentava-se utilizar outras estratégias de recorte analítico para substituí-la: “Como...?”; “Qual...?”; Em que condições...?; por exemplo. Entender a razão do uso do “Por que...?” foi fundamental para se construir a segunda, e supostamente, mais bem elaborada questão. Em outras palavras, perguntas científicas iniciadas com um “Por que...?” pressupõem sempre uma afirmação de base empírica (por que ocorre “isto”) e uma suposição (por que não ocorreu “aquilo”). Ponto! Caso o pressuposto que serve de base à pergunta, não tenha evidência empírica consistente, não se pode dar o passo seguinte. Neste caso, como não se tinham as evidências necessárias para se afirmar que os agricultores assentados não estavam conseguindo responder de maneira eficaz aos desafios de seu desenvolvimento (ou seja, de forma sustentável), também não se conseguia levantar hipóteses consistentes sobre esta questão. E era justamente aí onde se encontrava o maior gargalo da pergunta orientadora, afinal, dela dependia o passo seguinte da pesquisa, ou seja, as hipóteses que lançariam luzes sobre as possíveis respostas do problema em questão.

Todo este panorama introdutório se presume necessário uma vez que a questão orientadora da presente pesquisa, construída posteriormente à pergunta acima mencionada, representa um desdobramento da mesma. Porém, não mais a partir de um pressuposto amplo¹⁸

¹⁷ Como alertara Weber (2006, p. 22): “em lugar algum o interesse da ciência está menos protegido do que naquele em que não se quer enxergar fatos desconfortáveis e as realidades da vida”. E neste caso, o “fato desconfortável” (que não se queria ver), poderia ser o “declínio” do movimento sindical (e cooperativista) com o qual o autor se identificava por ter trabalhado vários anos como assessor. E “as realidades da vida” (que também não se queria ver), poderiam ser justamente a combinação deste fenômeno com a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas (à medida que seus representantes passam a ocupar novos e mais amplos espaços de poder no Estado).

¹⁸ O qual afirmava, grosso modo, que a ação política do movimento sindical não estaria respondendo à altura dos desafios que sua categoria demandava, ou seja, um processo sustentável de desenvolvimento.

e sem base empírica consistente, e sim, a partir de um recorte mais modesto, porque mais específico, porém, empiricamente de maior consistência. Além disso, abriu-se mão de uma leitura mais ampla de um estudo sobre a dinâmica das organizações para se concentrar num recorte mais focado na ação das elites dirigentes e suas estratégias político-organizativas. Construiu-se assim, a seguinte questão norteadora da pesquisa: por que os principais dirigentes do movimento sindical de trabalhadores rurais, após a conquista dos assentamentos e de uma série de investimentos públicos em infra-estrutura social e produtiva, optaram por direcionar sua energia para as disputas político-partidárias, deixando em segundo plano as estruturas organizativas responsáveis por questões econômicas “mais imediatas” como a organização da produção e da comercialização das famílias assentadas?

A primeira hipótese

A primeira possível resposta a esta questão foi tão bem apresentada por Abramovay (2006), em um texto que diz:

"Lei de ferro da oligarquia" foi a expressão usada em 1911 pelo sociólogo Robert Michels para caracterizar o risco inerente a qualquer partido político de que os eleitos tomem o lugar dos eleitores e a estrutura administrativa da organização deixe de ser um meio para se tornar um fim autônomo: "Quem diz organização, diz oligarquia", afirma Michels em seu célebre estudo. O historiador [...] Eric Hobsbawm mostrou em "Rebeldes Primitivos" que, na ausência de uma estrutura organizada e de lideranças claramente reconhecidas, o poder construtivo das revoltas é muito baixo. Hobsbawm filia-se à tradição marxista que vê na mobilização popular a condição necessária, mas nem de longe suficiente para a mudança social. Sem organizações com objetivos políticos claros, as lutas sociais não conseguem ultrapassar um horizonte imediato e pouco promissor. Porém - é o que diz Michels e a tradição inspirada no grande sociólogo Max Weber -, quando os movimentos sociais conquistam legitimidade e se organizam de forma claramente reconhecida, com uma estrutura política e administrativa profissional, perdem o encantamento em que nasceram, deixam-se devorar pela rotina e acabam reduzindo seu poder de contestação, tão importante para a construção da democracia e do desenvolvimento. (ABRAMOVAY, 2006)

Com este argumento se põe em dúvida a razão que faz mover os dirigentes sindicais pela priorização da luta político-partidária. Em outras palavras, questiona-se se o leitmotiv principal dos dirigentes sindicais seria mesmo uma leitura crítica da realidade e um posicionamento (supostamente) estratégico diante disso. Ou não seria essa ação resultado do que Michels (1982) chama de "Lei de ferro da oligarquia"? Uma espécie de círculo vicioso das organizações políticas, neste caso a sindical, que tendem a se “burocratizar” deixando de

ser um meio para alcançar determinado fim, para se tornar seu próprio fim, como afirmou Abramovay referindo-se a obra do sociólogo Robert Michels. Desta forma, quando estes dirigentes passam a se perpetuarem nos cargos de direção (da estrutura sindical) sua meta principal e, portanto, a razão de sua “luta política”, tende a ser a manutenção de seu “mandato”¹⁹. E não mais a “melhoria da qualidade de vida” da categoria que eles representam, por meio do sindicato. E neste sentido, dados os limites da estrutura sindical, para se crescer politicamente, garantindo assim um futuro mais promissor, lançar-se rumo ao partido político significa, para o dirigente sindical, um passaporte à “terra prometida” da burocracia estatal.

Vale observar, (e aqui se pressupõe) que neste processo de burocratização ocorre um descolamento entre dirigentes e seus representados. Isto se dá à medida que os dirigentes se afastam do modo de vida dos produtores familiares rurais, ou seja, quando eles passam a não mais depender, diretamente da “agricultura” e sim da burocracia sindical²⁰. Dito de outra forma, a “melhoria da qualidade de vida” da categoria que eles representam passa a não ser mais (necessariamente) a “melhoria da sua condição de vida” enquanto “burocrata”. O inverso, por outro lado, também se pressupõe verdadeiro. Assim, à medida que este corpo dirigente mantém uma “forte dependência com o campo”, “desenvolvê-lo” significa melhorar as condições da própria burocracia que o representa.

A partir destas questões, se construiu a primeira hipótese, que busca responder a questão principal sobre as razões que movem os dirigentes sindicais em direção as disputas político-partidárias. Tem-se então, a seguinte resposta hipotética a ser investigada: porque à medida que o corpo dirigente se perpetua na estrutura sindical e se afasta do “dia-a-dia do campo”, a força motriz de sua ação política (visando status e melhoria de qualidade de vida) passa a ser a competição indireta pela estrutura sindical e direta pelo partido e órgãos de poder do Estado, em detrimento das “reais” demandas/necessidades dos produtores familiares rurais

¹⁹ Ou no máximo, a colocação de “alguém de sua confiança” neste espaço como forma indireta de viabilizar sua eleição a um cargo mandatário, ou comissionado, no Estado.

²⁰ Isto não significa dizer que não exista uma relação de tensão entre o corpo dirigente e a base de sua categoria. Afinal, na pior das hipóteses, há eleições. Ou seja, não se está querendo dizer que “tornar-se burocrata” significa esquecer, ou mesmo “abandonar” sua categoria, mas sim que isto representa deixar num segundo plano suas demandas mais estratégicas (que farão a diferença no longo prazo), para se priorizar a estrutura e a sua perpetuação nela como dirigente. Sem que isso represente, evidentemente, perder de vista o referendo eleitoral determinado pelo corpo social. E mesmo que alguns possam argumentar que o processo eleitoral seja mera formalidade, ela tem de ser cumprida, legal e democraticamente (edital, estatuto, assembléia, etc.), abrindo assim a possibilidades de disputas que, em caso de litígio, podem ser arbitradas pelo poder judiciário.

assentados.

É importante deixar claro, em relação a esta primeira hipótese, que não se pretende com ela menosprezar a importância estratégica da participação político-partidária dos trabalhadores, como bem lembrou Abramovay (2006) ao citar Hobsbawm. E não apenas pela relevância histórica dos atores²¹, ou mesmo pela importância econômica de sua categoria²², mas principalmente por uma questão de valor humanístico, sustentada por uma evidência empírica da maior relevância e muitas vezes esquecida. Afinal, “a política trata da convivência entre diferentes” (ARENDRT, 2004, p. 21), e como tão bem retratou Amartya Sen (2000), não é difícil encontrar relação causal entre os regimes democráticos e a ausência de grandes privações coletivas como a escassez de alimentos, por exemplo. Em resumo, a importância da participação política, não apenas em sentido amplo (na sociedade em geral) mas também do ponto de vista partidário, é aqui considerada mais do que uma oportunidade histórica de se disputar o poder do Estado, crê-se um dever moral de equilibrá-lo frente ao natural desequilíbrio político existente nas sociedades humanas. Portanto, não se trata de menosprezar esta questão, o que se pretende é analisar a qualidade com que os atores a realizam.

A segunda hipótese

A segunda hipótese que se procurou elaborar, para tentar responder a pergunta principal sobre as razões que movem os dirigentes sindicais, não é mais, como na hipótese anterior, relativa a questões de ordem interna ao funcionamento das organizações, mas sim ao contexto mais amplo no qual elas estão inseridas. Ou seja, resguardado o mesmo objeto de análise (os dirigentes sindicais), procura-se agora vê-los a partir de suas concepções sobre a dinâmica conjuntural em que estão inseridos. E para isso, busca-se referência na “abordagem marxista”²³, sobre o papel reservado à produção familiar rural no contexto de desenvolvimento de uma economia capitalista. Neste sentido, se pressupõe que estes dirigentes no momento de decidir estrategicamente qual direção seguir à frente de suas organizações, tenham como referência esta leitura interpretativa sobre o destino reservado ao

²¹ Os posseiros do Araguaia.

²² Produtores familiares rurais, fornecedores de fibras e alimentos ao mercado interno.

²³ Também denominada de: “institucionalista histórico”, “institucionalista”; “evolucionista”; “materialista histórico”; “historiadora econômica”; “dialética”; “hegeliana”, etc. (PAIVA, 2008)

segmento sócio-econômico que representam.

E para melhor compreender a lógica interpretativa do paradigma marxista (que se supõe servir de referencial aos dirigentes sindicais²⁴) acredita-se que seja importante confrontá-lo com outras formas de abordagem, especialmente o paradigma weberiano (ABRAMOVAY, 1992). Não apenas para apresentar diferentes interpretações sobre esta mesma questão, mas principalmente para deixar mais claro o argumento a ser defendido nesta hipótese, ou seja, o papel que determinada interpretação pode exercer no comportamento dos atores sociais.

Mas antes de apresentar as divergências entre as diferentes visões sobre a produção familiar rural, as quais serão agrupadas em duas concepções antagônicas sobre seu papel e sua tendência de desenvolvimento, é importante, primeiramente, destacar suas convergências. A “agricultura”, quer seja o setor agrícola em geral (GRAZIANO DA SILVA, 1999), ou mesmo a produção familiar em particular (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1994, VEIGA, 2007), é vista como um segmento capital no que se refere ao desenvolvimento dos mercados (de produção e consumo de massa) das economias capitalistas. Para estes autores, a “agricultura”, principalmente como setor produtor de alimentos, tem papel estruturante na construção deste processo. Alimentos cada vez mais abundantes e baratos teriam uma função dinamizadora do sistema. De um lado, faria com que os capitalistas tivessem maiores lucros via achatamento relativo dos salários²⁵, à medida que caem os preços dos alimentos proporcionando assim um aumento relativo do poder de compra dos trabalhadores, especialmente porque a maior parcela de seus gastos é destinada a alimentação. Provocando com isso um arrefecimento na pressão por reposições salariais. Por outro lado, possibilitaria também maiores investimentos (uma vez que parte do lucro retorna desta forma, através de novas e/ou maiores firmas) e, conseqüentemente, mais empregos. Por fim, os trabalhadores também poderiam dispensar uma parcela proporcionalmente maior de seus salários para o consumo, por exemplo, de bens

²⁴ Com isso, não se quer dizer que exista entre os dirigentes uma “lógica de interpretação” do ponto de vista de sua estruturação teórica mais abrangente, mas apenas que ela se apresenta na sua essência interpretativa. Ou seja, em relação ao papel reservado a agricultura familiar no processo de desenvolvimento das economias capitalistas. Esta argumentação coincide com o processo histórico de formação política da maioria dos dirigentes sindicais, através da igreja católica a partir da teologia da libertação. Uma teologia que traz no seu arcabouço teórico/filosófico uma visão crítica ao sistema capitalista, bem como seus desdobramentos nefastos para a “vida camponesa”.

²⁵ Uma vez que a riqueza global cresce, porém não é igualmente distribuída, sendo concentrada pelos “empresários capitalistas”. Esta concentração é equalizada pelo aumento da produtividade do setor “agrícola” (ganha-se menos por unidade vendida, porém, tem-se um incremento no volume de vendas) e de subsídios governamentais (para manter a roda da economia em movimento, e garantir a segurança alimentar do país).

duráveis (gerando mais empregos na indústria para atender este aumento de demanda). O que antes não era possível, haja vista que os gastos com alimentos absorviam praticamente todo o salário. Daí a importância da “agricultura” na dinamização do sistema capitalista de produção e consumo de massa. As concordâncias sobre a leitura deste processo, porém, se encerram por aqui.

No primeiro arcabouço interpretativo a ser apresentado, que tem como referência o paradigma marxista, a produção agrícola familiar é vista como resquício de um modo de reprodução social “camponês”, que tende a ser suplantado à medida que outro “modo de produção” sócio-econômico mais eficiente se torna, historicamente, dominante. No caso, a “empresa rural” capitalista, inserida no contexto do chamado agronegócio, ou complexo agroindustrial. Para este modelo interpretativo o “sistema dominante”, por definição, tende a suplantará os demais²⁶. Pode-se com isso concluir que produtores familiares rurais²⁷, tendem a se tornarem atores cada vez “menos importantes” do ponto de vista econômico, social e, conseqüentemente, político, à medida que o sistema capitalista avança (ou, em outras palavras, a “região se desenvolve”).

Aqui vale uma conclusão. Neste paradigma²⁸, quem discordar do atual sistema capitalista por considerá-lo injusto, e quiser “transformá-lo”, ou trabalhar ações compensatórias mais duradouras para fazer frente às suas mazelas, de nada adiantará se voltar para onde “o poder” tende a se enfraquecer. Neste caso, para a produção familiar rural, ou agricultura camponesa. Mas ao contrário, deverá se concentrar onde ele, o poder, sempre será forte nos quadros do atual sistema capitalista, o Estado²⁹. Em resumo, lutar pelo desenvolvimento da produção familiar rural seria uma batalha infrutífera, um eterno “enxugar

²⁶ “não só se pode, como se deve hierarquizar as concepções teóricas e as estruturas sociais, diferenciando-as em termos de seu grau de desenvolvimento. (...) Afinal, se há desenvolvimento [e, neste caso, se acredita que sim], há hierarquia, há um melhor.” (PAIVA, 2008, p. 29) O autor está se referindo as concepções teórico-metodológica identificadas como: “institucionalistas históricos”, “institucionalistas”; “marxistas”; “evolucionistas”; “materialistas histórico”; “historiadores econômicos”; “dialéticos”; “hegelianos”, etc.

²⁷ Ou camponeses, como é definido este segmento social neste paradigma.

²⁸ Na sua vertente mais ortodoxa.

²⁹ Para aqueles que perceberam não se tratar de uma interpretação do autor, mas de uma leitura a partir do paradigma proposto, mas acreditam que, frente a um processo global de desregulamentação da economia e aumento do poder relativo das grandes empresas e do chamado *sistema financeiro*, o “poder do Estado” se tornou “questão menor”, Belluzzo (Carta Capital, 18/09/2008) e Fiori (Agência Carta Maior, acesso em: 05/11/2008), respectivamente, alertam: “Até mesmo a Velhinha de Taubaté sabe que, em sua forma atual, o capitalismo aumentou a carga de obrigações impostas ao Estado”, “...existe uma relação essencial e expansiva entre o poder político [do Estado] e o capital financeiro [...] o poder político tem uma precedência hierárquica e dinâmica, com relação aos mercados e ao capital financeiro. Ou seja: o poder e a riqueza capitalista se expandem juntos, mas o poder político é uma condição essencial, permanente e dinâmica dos mercados e do capital financeiro.”

de gelo”, pois sua tendência, inexorável, é “derreter-se”. Portanto, “disputar o poder” e se empenhar, de fato, por “mudanças sociais” é uma questão de se focar nas disputas político-eleitorais para poder governar o Estado nas suas várias esferas.

Antes, porém, de apresentar o próximo arcabouço interpretativo, é importante tecer alguns comentários. Pois, mesmo sabendo das limitações do ponto de vista do debate acadêmico mais recente, que pesa sobre a chamada “tese marxista-leninista” relativa a “proletarização do campesinato” (NAVARRO, 2008)³⁰, acredita-se que a essência deste tipo de análise (GRAZIANO DA SILVA, 1999) permanece viva. Ou seja, que este tipo de abordagem paradigmática tende a ver (a partir de uma perspectiva macro) o avanço do capitalismo no campo como uma progressiva e inevitável “exclusão” da economia de regime familiar³¹. E daí a razão de seu emprego.

³⁰ “Apenas recentemente este autor [Graziano da Silva], dobrou-se às evidências dos fatos, passando a aceitar as tendências do desenvolvimento agrário em ambientes de expansão capitalista, os quais, como se sabe, com poucas exceções, não produziram a polaridade de classe [proletariado agrícola, versus empresários rurais] que o reducionismo marxista indicava...” (NAVARRO, 2008, p. 08). O autor quer dizer que o campo, no Brasil e em outros países, não é caracterizado pela existência de uma “massa de proletários” (trabalhadores assalariados), como supunha esta teoria. Embora, Graziano da Silva argumente, em sua defesa, que “o fato do capitalismo reproduzir [...] a produção camponesa numa determinada fase histórica não invalida o argumento de que isto também é parte do processo de proletarização. Na verdade a reprodução destes ‘novos camponeses’ [agricultores familiares] não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital” (SOTO, 2002, p. 270, appud GRAZIANO SILVA). Dito de outra forma, o autor sustenta que “a proletarização do campesinato é resultado e expressão da subordinação do trabalho ao capital” (SOTO, 2002, p. 270), portanto, isto não se dá apenas na sua forma clássica, através de assalariamento de uma força de trabalho desprovida de quaisquer meios de produção.

³¹ De certa forma, esta lógica (de “exclusão”) também é apresentada por Goodman et. al. (1990), embora este o faça sob um enfoque diferenciado. Na sua tese, a produção rural (e, em especial a de base familiar) resiste ao avanço do capitalismo por fatores biológicos. Esta “base biológica”, porém, com o avanço do sistema industrial capitalista, vêm sendo progressivamente apropriada (indústria mecânica/eletroeletrônica – máquinas) e substituída (indústria química/farmacêutica - biotecnologias). O que, em última instância, significa dizer que há uma perda progressiva da participação do trabalho de base familiar na produção rural. Portanto, um processo excludente. Outro exemplo, desta mesma lógica interpretativa, são os conceitos sobre “atividades não agrícolas”, “part time”, ou “pluriatividade”. Para deixar mais claro o que se quer dizer, pode-se citar a crítica de Guanziroli et. al. (2001) sobre a maneira “apressada” com que são transpostos estes conceitos dos países desenvolvidos (Europa e EUA) para o caso brasileiro. Segundo este autor, ainda que se deva reconhecer, tanto os limites de uma política de reforma agrária, quanto a relevância das atividades “não agrícolas” na atualidade, em relação aos anos 50 e 60 do século passado, não se pode vê-las da mesma forma para o Brasil, uma vez que elas se originam numa realidade distinta. Ou seja, numa “agricultura” fortemente apoiada pelo Estado e de base predominantemente familiar. Aí sim, estas estratégias desdobram-se num processo de “desenvolvimento rural” a partir de uma melhoria do padrão de renda das famílias, “uma vez que as remunerações não agrícolas tendem a ser superiores” comparativamente à renda agrícola (GUANZIROLI, 2001, p. 40). Já no caso brasileiro, a falta de políticas públicas voltadas à “produção familiar rural” cria um baixo custo de oportunidade do trabalho agrícola, originando assim um desvirtuamento do modelo. Portanto, neste caso trata-se de uma estratégia de sobrevivência, também denominada de “empregos refúgio” (GUANZIROLI, 2001, p. 35; appud WELLER), onde os agricultores buscam trabalhos de baixa remuneração/qualificação como “empregados domésticos, serventes de pedreiro, etc.” (GUANZIROLI, 2001, p. 35). Prova disso é que, “à medida que os agricultores consolidam seus sistemas produtivos [no caso brasileiro], eles abandonam outras atividades ‘rurais’ não agrícolas”.

Em resumo, o que se quis dizer com nesta extensa nota de rodapé, é que a maior parte das leituras que se valem deste paradigma, tendem a ver uma “fragilidade natural” da agricultura de base familiar, frente à implacabilidade

Já, para o segundo “modelo explicativo” que se contrapõe ao primeiro e desta forma é apresentado aqui, não é a produção agrícola per se, mas a agricultura familiar em particular, enquanto instituição sócio-econômica, que cumpre este papel dinamizador e, poderia se acrescentar, harmonizador do processo de desenvolvimento das economias capitalistas mais avançadas (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1994). Por um caminho diferente (“base de exportação” e analisando o desenvolvimento regional dos Estados Unidos), mas chegando a conclusões semelhantes, North (1977b) também defende a tese de que a institucionalização de uma agricultura de base familiar é determinante para permitir uma relação equilibrada e ao mesmo tempo dinâmica ao processo de desenvolvimento regional e, por conseqüência, das nações capitalistas. Em resumo, segundo estes autores, não há possibilidade de “desenvolvimento” no seu virtuosismo pleno, se é que se pode falar assim nos limites do capitalismo, que passe ao largo da agricultura em geral e da familiar em especial. Portanto, neste paradigma interpretativo, é o “avanço” do sistema capitalista que depende da institucionalização, bem como do dinamismo de uma produção rural de base familiar. E neste caso, se conclui que a agricultura de base familiar não representa um “poder institucional” em declínio, mas em ascensão³². Especialmente no caso das sociedades capitalistas em construção, particularmente nas regiões de fronteira agrícola, como é o caso do sudeste paraense.

A partir deste ponto, procurou-se elaborar uma segunda hipótese para nortear a busca de respostas sobre as possíveis razões por trás das ações dos dirigentes sindicais, no sentido de priorizarem as disputas político-partidárias, em detrimento, por exemplo, de uma luta (supostamente mais imediata) por uma fatia maior da riqueza gerada pelas famílias recentemente assentadas (e contempladas com uma série de políticas públicas) na cadeia produtiva do chamado “complexo rural”³³.

Tem-se assim, a segunda hipótese. A qual afirma, à priori, que o fenômeno a ser pesquisado ocorre: porque estes dirigentes, percebendo os limites tecnológicos, econômicos e

do avanço do sistema industrial (e financeiro) capitalista. Para estas interpretações, a produção familiar rural se encontra sob bases (materiais/técnicas/político-institucionais) historicamente insustentáveis.

³² Um poder que também necessita do Estado, ou das políticas públicas, mas que na sua essência (enquanto possibilidade de mudança, ou seja, de desenvolvimento) não depende única e exclusivamente dele.

³³ Via, por exemplo, o cooperativismo. “A cooperativa, porque opera apenas ao nível dos custos, não gerando lucro, com o fortalecimento de uma eficiente estrutura de mercado, transfere aos produtores rurais associados, sob forma de melhor preço e mais capital, a parte reservada ao lucro ao longo de toda cadeia do complexo rural; de todo abastecimento de bens de consumo e insumos aos associados; de todo fluxo financeiro unido aos processos de bens e serviços; e dos mais diversos serviços prestados aos associados.” (LAUSCHNER, 1994)

político-institucionais impostos ao desenvolvimento da produção rural de base familiar (GRAZIANO DA SILVA, 1999), passam a crer que o maior desafio para o atendimento das demandas/necessidades das famílias assentadas, não está na “agricultura familiar” per se, mas na conquista dos espaços de poder do Estado, através do qual será possível garantir uma “sobrevida mais digna” à sua “classe camponesa” (marginalizada no atual contexto histórico - capitalista). E daí, portanto, a razão de seu engajamento diuturno pela luta político-partidária.

Não é demais deixar claro que não se pretende com esta segunda hipótese, orientar uma investigação para testar uma possível relação causal entre a escolha de uma determinada estratégia política, no caso as disputas político-partidárias, e a “realidade atual”, como se outra escolha, supostamente mais eficaz, pudesse originar uma realidade “melhor”. Não se trata disso³⁴. Mesmo porque, um estudo de caso como o que se propõe aqui, avalia uma única “realidade” não sendo possível compará-la com outra. E, além disso, também seria plenamente possível àqueles que adotam (e defendem) a atual estratégia, afirmar o contrário. Ou seja, que esta lógica de ação política produz resultados mais satisfatórios para as famílias assentadas frente a um cenário “ainda mais difícil”, caso os dirigentes não tivessem se lançado numa disputa mais direta pelos espaços de poder no Estado. Como diria Weber (2006), esse debate não cabe a ciência, mas aos atores políticos “dotados de vontade”, afinal, é “matéria de crença”.

Enfim, o que se pretende com esta hipótese é descobrir uma das possíveis razões para a tomada de posição do corpo dirigente numa determinada direção. Neste sentido, se as bases da pergunta principal (que questiona a estratégia adotada pelos dirigentes sindicais, frente à outra possível) se fundamenta na tese de que a produção familiar rural é uma das condições para o “desenvolvimento da região”, as razões para não priorizá-la (como de fato foi feito) também deveriam seguir a mesma lógica, ou seja, se orientar por uma interpretação que aponta um cenário oposto. Portanto, se o corpo dirigente “acredita numa teoria” que, a exemplo de algumas leituras com base no referencial marxista, enxergam a “agricultura de

³⁴ Na proposta teórico-metodológica que aqui se adota como prática científica, não se acredita possível a ciência, como crê o paradigma marxista (hegeliano), descobrir (e apontar) o “melhor caminho”. Neste sentido, e sem querer entrar em juízos de valor sobre as diferentes abordagens paradigmáticas, o que se quer dizer é que, no paradigma kantiano trabalhado por Weber (PAIVA, 2008), não é possível estudar a realidade em si, mas apenas parte dela (aquela que percebemos). E, daí se conclui, que os estudos científicos (em si) não podem ser tratados de forma normativa. Mas “apenas” como referência. Assim, as “normas”, verdades provisórias, e, portanto, crenças, são construídas na sociedade (vista como um todo) a partir das disputas de poder (materializadas através das organizações burocráticas, diria Weber).

base familiar” como insustentável no longo prazo³⁵, automaticamente ele a “abandona” como estratégia política de desenvolvimento, e parte para outra lógica de disputa, supostamente, mais eficaz. Enfim, este é o pressuposto que embasa a construção desta segunda hipótese. Assim como são estas duas principais interpretações teóricas sobre o “desenvolvimento agrícola” que fundamentam o porquê de se questionar a adoção de uma determinada estratégia por parte do corpo dirigente do movimento sindical do sudeste paraense.

Objetivos e justificativa

O objetivo principal desta pesquisa, conforme já esboçado anteriormente, é compreender as razões que fazem com que estes dirigentes, na condução de suas estratégias organizativas, abram mão de uma tarefa supostamente mais urgente, como a consolidação econômica dos assentamentos, via cooperativismo, por exemplo, para partirem rumo a disputas político-partidárias pelo poder do Estado. Uma disputa que se acredita estar situada, estrategicamente, numa perspectiva de mais longo prazo, para os dirigentes das famílias recém assentadas. Uma vez que a consolidação desta posição de assentados minimamente estruturados do ponto de vista sócio-econômico, é que daria as condições para se lançarem a desafios maiores e mais complexos³⁶.

Como objetivo específico procura-se contribuir com os estudos sobre os limites e avanços dos movimentos sociais do campo, bem como oferecer aos dirigentes sindicais um instrumento de reflexão para sua prática política frente a questões de ordem interna (a lógica com que governam suas organizações) e externa (a dinâmica do setor/espço onde atuam e suas relações com outros setores/espços existentes na sociedade).

Por fim, este estudo se justifica, primeiramente, porque na trilha de vários estudos sobre as estratégias de ação política dos movimentos sociais do campo (NAVARRO, 2001a; MARTINS, 2000; MARTINS, 2003b; ABRAMOVAY, 2005) também contribui por analisar uma importante organização sindical ligada à CONTAG. Demonstrando assim, que em

³⁵ Frente às vantagens de uma agricultura capitalista mais tecnificada, com grandes inversões de capital/tecnologia e agregada aos complexos agroindustriais a montante e jusante. (RANGEL, 2004)

³⁶ Desafios que dizem respeito a pensar não apenas o rural, mas o desenvolvimento da sociedade numa perspectiva mais ampla. Uma vez que isto dará condições para a construção de propostas e alianças estratégicas de conteúdo programático com os outros segmentos organizados da sociedade, para, aí sim, poder acumular forças suficientes para disputar o poder do Estado.

meados da década de noventa e início deste século, para além do Movimento Sem Terra, outras organizações do campo, principalmente no norte do país, também participaram ativamente e com ações de massa de grandes proporções, para o lento e gradual processo de reforma agrária do país. Em segundo lugar, acredita-se também que seja de grande importância aprofundar um pouco mais a leitura crítica sobre as razões que movem os dirigentes de diferentes movimentos sociais no campo, a se lançarem nas disputas político-partidárias em detrimento da consolidação sócio-econômica dos recém criados assentamentos para reforma agrária.

1. AS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES - POTENCIALIDADES E LIMITES

Quando os homens falam do poder de seu partido ou círculo, eles e seus líderes são, certamente, impotentes – só o povo é onipotente. Mas quando falam do poder do partido ou do círculo do seu adversário atribuem-lhe a onipotência – o povo é, então, implacavelmente enganado. Aceitar – [...] a história como uma conspiração ou [...] como uma correnteza – é relaxar o esforço de compreender os fatos do poder e os processos dos poderosos. (MILLS, 1962, p. 30; 41)

Uma das lições que se pode tirar sobre a história da esquerda na Europa do livro de Eley (2005), é que além da contribuição que este “movimento político” teve para construção da democracia, como o próprio título faz referência (Forjando a democracia...), sua maior limitação histórica, personalizada na figura de sua organização político-social clássica, o partido, foi desconsiderar respectivamente, três movimentos de vanguarda. O feminista, ainda no final do século XIX, a juventude nos anos sessenta, e os “verdes” que aparecem com mais vigor em meados dos anos oitenta do século passado. Evidentemente que aqui se trata de uma crítica, embora histórica, também normativa. Afinal, “o que passou” (a história) sempre poderia ter sido diferente (e a intencionalidade racionalizada, ou idealizada, diz que não apenas poderia, mas deveria ter sido ser “melhor”). Entretanto, apesar desta ponderação, não deixa de ser relevante a relação entre a base teórica da crítica sobre as organizações políticas³⁷, apontada por Michels (1982) e as evidências históricas apresentadas mais tarde por Eley (2005), justamente, sobre seus limites.

Mas antes de se tratar mais detalhadamente a teoria exposta por Michels (1982) é importante destacar que frequentemente em debates públicos sobre organizações políticas denominadas de esquerda, são feitas muitas críticas tendo como “fundamentação teórica” esta obra. Até aí, pode-se dizer, nada mais natural. O grande problema é que na maioria destes casos, os argumentos utilizados são fundamentados, justamente, em valores que o autor procura combater³⁸. Afinal, não é por acaso que logo no início de sua obra³⁹ (tão comentada, provavelmente, mais até do que lida com a profundidade necessária) ele faz questão de deixar

³⁷ Acredita-se que a obra de Michels (1982) tendo como pano de fundo a sociologia das organizações, trata-se de uma crítica das organizações políticas, mais do que dos partidos políticos especificamente. Mesmo que sua base empírica sejam os partidos, particularmente os de esquerda.

³⁸ Não é o caso, talvez até desnecessário que se diga, de Ricardo Abramovay, anteriormente citado.

³⁹ Sociologia dos partidos políticos.

claro sua visão: “... a organização é, nas mãos dos fracos, uma arma de luta contra os fortes”, e em seguida acrescenta, “não se concebe a democracia sem organização” (MICHELS, 1982, p. 17). Portanto, em sua obra o autor não procura condenar os partidos de esquerda que ousam crescer e disputar “corações e mentes” de seus concidadãos, como se estas organizações tivessem a exclusividade de carregar uma doença congênita degenerativa. Ao contrário, “é uma lei social inelutável que *qualquer* órgão da coletividade, nascido da divisão do trabalho, cria para si...” (MICHELS, 1982, p. 234). Assim, não se trata de questionar estas organizações (político-burocráticas), mas aperfeiçoá-las. Em resumo, a razão de sua obra de inspiração weberiana⁴⁰, não é colocar em cheque a importância estratégica da “burocracia política dos trabalhadores”, senão analisar os limites sob os quais elas (enquanto “organizações”) operam.

Acredita-se que o objetivo de Michels (1982), com esta análise bastante crítica, é oferecer, como ensinava Weber, aos dirigentes políticos e a sociedade em geral, a possibilidade de avaliarem até que ponto as forças da eficiência burocrática (atividades meio) que enrijecem, podem se sobrepor a eficácia criadora que liberta (o objetivo maior das organizações)⁴¹. Sabendo-se que não é possível abrir mão das organizações⁴², senão apenas equilibrar essas forças, aparentemente, contraditórias. A todo o momento Michels (1982, p. 8) procura manter-se em equilíbrio numa “mistura de pessimismo lúcido e de resistência ao desespero” como se afirma no prefácio da edição brasileira. Algo tão peculiar ao pensamento weberiano. Mas não se trata de um fatalismo contemplativo, ou de resignação a uma lei inexorável para todos os tempos e lugares. E neste último caso, outro autor (MILLS, 1962, p. 35) também reforça, como “bom discípulo” weberiano, uma maneira de pensar que procura fugir tanto de um extremo do pensamento político (conservador), que crê na existência de um “eterno círculo de elites dominantes”, como de outro (à esquerda ortodoxa), que vê as mudanças sociais a partir de uma “marcha firme e linear do progresso, com base em leis cientificamente determinadas”⁴³.

⁴⁰ Fiz “todos os esforços para abordar o menos possível o aspecto moral”, pois, “uma obra só tem valor e só é durável sob a condição de escrever a vida” (MICHELS, 1982, p. 9).

⁴¹ Os muitos e fracos, na disputa político/econômica entre os poucos e fortes.

⁴² Como na analogia weberiana da “gaiola de ferro”.

⁴³ Mills se referia, no primeiro caso, a teoria de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto sobre a circulação das elites, e, no segundo, a determinadas leituras marxistas (“materialismo histórico”). Nas palavras do autor (MILLS, 1962, p. 35): “Não procuramos dar um sentido a nossa idade acreditando, como os gregos, numa repetição eterna, nem pela fé cristã numa salvação futura...” E aí, para deixar mais claro seu paradigma (kantiano/weberiano), declara: “A história é apenas um fato após o outro, não tem sentido, não representa a realização de uma determinada trama. Qualquer sentido que a história tenha, ‘nós’ teremos de criá-lo pelas nossas ações.” Em síntese, uma visão idealista, conforme já mencionado.

Mas para compreender a teoria deste autor é preciso antes conhecer suas premissas. Assim, ele parte de duas variáveis. A primeira, de cunho histórico representada pela emergência de uma sociedade de massas fundada a partir de uma economia capitalista num regime de liberdades democráticas (ou liberal). A segunda variável são as organizações, e neste sentido, o Estado (a burocracia estatal) é sua encarnação máxima. Tem-se então, as duas variáveis chaves para sua construção teórica: a sociedade de massas (numa democracia capitalista) e as organizações (num estado nação). Como equacioná-las? É a partir daí que se deve compreender um pensamento que, de um lado afirma: “não se concebe a democracia sem organização”; e, de outro: “quem fala em organização fala em tendência a oligarquia” (MICHELS, 1986, p. 15; 21). Para o autor, portanto, não há solução possível fora desse dilema.

Não se trata, portanto, de negar (enquanto “valor democrático”) a utopia de uma possível “democracia direta”. Se não, como consultar todos os cidadãos, o tempo todo e nas mais diferentes esferas geográficas (bairro, município, região, estado, nação) e áreas temáticas (político, social, econômico, recreativo, religioso, etc)? A alternativa política, historicamente construída (para o bem ou para o mal, quer se aceite ou não), foi a democracia representativa. É ela, a participação delegada, que permite, através das organizações, dividir o “trabalho”⁴⁴ (neste caso, o “trabalho político”) de modo a torná-lo mais eficaz. Tem-se então uma sociedade de massa, mediada por organizações (estruturadas pela divisão do trabalho, viabilizadas pela burocracia), e geridas por representantes eleitos democraticamente, ou seja, livremente indicados pela sociedade. Nesta equação, o autor acrescenta duas observações. A primeira, é que uma das características das “sociedades de massa” é que nem todas as pessoas querem participar ativamente da vida destas organizações, muito menos se dispõem a ser representantes. E para o autor, não se trata de um juízo de valor, trata-se de evidências empíricas que ele busca coletar no número de sindicalizados das várias categorias de trabalhadores, por exemplo. E mesmo que falte aqui uma base de dados mais consistente para comprovar esta questão, não é difícil perceber isso nos vários espaços de participação política de nossas sociedades, do número de filiados em partidos políticos, passando pelo percentual de votantes nas eleições, chegando até as vulgarmente citadas reuniões de condomínio, por

⁴⁴ “O maior aprimoramento das forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado, parece ter sido resultado da divisão do trabalho.”: “... [esta questão] não é tão óbvia de imediato, e por isso tem sido menos observada”. (SMITH, 1988, p. 17)

exemplo). Em segundo lugar, Michels (1986) também percebe certa tendência de comportamento, na relação entre representantes (eleitos) e a “massa”. O primeiro busca reconhecimento, já os eleitores (ou, a “massa”) a possibilidade de poder admirar e contemplar os feitos de seu chefe. Com isso, ocorre uma espécie de complementaridade entre o ativismo de um lado e a apatia de outro.

A partir destas características vai havendo, com o tempo, um fenômeno de distanciamento entre o “modo de ser” do eleito, que veio da “massa”, e a própria. E isso ocorre à medida que a organização (no caso, de trabalhadores⁴⁵) busca resultados mais efetivos para sua categoria, tendendo assim a dividir as tarefas e com isso se tornar mais especializada e também mais burocratizada (organizada). O dirigente vai então acompanhando passo a passo este processo, e também vai se qualificando para responder aos desafios que a organização lhe impõe, a partir de uma dada realidade conjuntural. A “massa” passa assim a admirá-lo, à medida que ele faz avançar a organização e avança pessoalmente com ela, e ao mesmo tempo, esta mesma “massa” passa a depender cada vez mais dele, enquanto dirigente. Por outro lado, quando este dirigente deixa de ser, momentaneamente, “massa”, ele passa também a ser reconhecido e ser, relativamente, melhor remunerado. Assimilando com isso novos hábitos e um estilo de vida diferenciado que aquela posição delegada lhe oferece. É interessante que neste ponto o autor exemplifica alguns casos onde se procurou criar regras, como não remunerar, ou equiparar a remuneração do dirigente com seus pares. Mas isso não vingou. De um lado, pouco motivava aqueles que teriam que suportar uma carga pesada, principalmente nos primeiros tempos e, por outro, fragilizava os dirigentes na sua relação conflitante com o governo ou o empresariado, abrindo um flanco para cooptação. Não há saída, na visão do autor, é preciso remunerar o dirigente a altura de seu desafio, mesmo sabendo de suas conseqüências.

Com o passar do tempo os interesses entre representados e representantes tendem a se tornarem inconciliáveis. Há também disputas internas quando surgem novos atores que ousam se lançar a cargos mandatários. Diante disso, os atuais dirigentes tendem a se fechar, tolhendo qualquer ameaça a seu mandato (seu poder). E esta reação ocorre não apenas por parte dos chefes eleitos, mas também do corpo burocrático que se constitui em torno dele, inclusive

⁴⁵ Mas não apenas dos trabalhadores, afinal, se trata de uma teoria, ou sociologia, das organizações, válida para todo tipo, independentemente de classe, ou segmento social que a compõe. E mesmo que se manifeste de maneira mais evidente nos casos estudados (dos partidos de esquerda), esta prática “não difere muito da tática e atitude do governo ‘burguês’ na sua luta contra os elementos ‘subversivos’” (MICHELS, 1986, p. 129).

podendo haver casos de nepotismo. Esta disputa entre os emergentes e os antigos dirigentes ocorre através de prolongados e intensos debates, que embora apresentem um pano de fundo ideológico, na verdade se trata mais de uma questão de *quem* governa do que *como* se governa. E o resultado desse processo, conforme o autor, se dá na maioria das vezes através de uma composição de forças⁴⁶. Para ilustrar ele usa o exemplo dos processos de descentralização, onde continua havendo um poder central, porém agora combinado com um poder local de relativa autonomia.

...as diversas tendências à descentralização, por serem de natureza a impedir a formação de uma oligarquia gigantesca, não afetam o princípio oligárquico como tal: elas apenas têm como efeito a criação de um grande número de oligarquias de menor extensão, mas onde cada uma não é menos poderosa na sua limitada esfera de ação. (MICHELS, 1986, p. 113)

Nesta parte é interessante a comparação que Michels (1986) faz sobre a discussão entre o papel do sindicato e do partido. O primeiro, segundo o movimento anarquista, representaria um poder mais direto e efetivo das massas, ao contrário do partido que representaria uma estrutura autoritária (mesmo na suas vertentes comunistas, ou socialistas). O problema desta crítica, alerta Michels (1986, p. 207), é que ela parte do pressuposto de que “as mesmas causas não deveriam produzir os mesmos efeitos quando sua ação se manifesta no terreno do movimento sindical”, porém, ela “se aplica a eles [sindicatos] e a toda organização, sem exceção, porquanto organização”. Ainda relativo à questão sindical, mas em outra direção de análise, o autor lembra também que tanto as mobilizações de massa (greves gerais), como a própria carreira sindical tornam-se, frequentemente, uma estratégia muito favorável à carreira política. Atualmente, ainda segundo Michels (1982), pode-se dizer que a carreira sindical é quase uma espécie de passaporte, ou uma vitrine, para a carreira político-partidária dos trabalhadores em geral.

Outra característica desta genealogia do poder burocrático que tende a absorver as energias criadoras, mesmo daqueles “que ‘chegaram’ [e] não [são] necessariamente ‘carreiristas’” (MICHELS, 1986, p. 117), é descrita pelo autor nesta bela metáfora: “o que seu ângulo visual [do novo dirigente] ganhava em precisão, ele perdia em amplitude e tamanho.” (MICHELS, 1986, p. 105). Em outras palavras, “quanto mais uma burocracia se distingue pelo seu zelo, pelo seu sentimento do dever e pela dedicação a causa que representa, mais ela se mostra pequena, restrita, rígida e iliberal” (MICHELS, 1986, p. 106). É evidente que estas

⁴⁶ “Antes primeiro em Munique do que segundo em Berlim!” (MICHELS, 1986, p. 111)

palavras devem ser lidas como força de expressão de algo que o autor pretende destacar. Não devendo ser interpretada de forma literal. Como se a burocracia, como meio de estruturar eficientemente a divisão do trabalho, devesse ser necessariamente frágil (do ponto de vista de sua eficiência) para não se tornar dominadora. Em resumo, a questão que interessa aqui não é como a burocracia funciona, ou seja, o grau de eficiência da estrutura burocrática, mas como ela (enquanto organização) é vista por seus dirigentes. E, poderia se acrescentar, qual o grau de dependência dos dirigentes em relação a ela, uma vez que isto também contribuiria para fortalecer determinada visão.

Para destacar o que se quer dizer em relação a diferença entre eficiência burocrática (atividade meio) e a concepção sobre seu papel (sua razão de existir). Vale lembrar uma passagem na introdução do livro de Putnam (2006) que relata sua experiência com duas realidades de estruturas burocráticas semelhantes em duas regiões na Itália, porém com grandes diferenças em termos de resultados para a sociedade⁴⁷.

Na lúgubre ante-sala refestelam-se vários funcionários [...] impassíveis [...] O visitante mais insistente poderá ver [...] fileiras fantasmagóricas de escrivatinhas vazias. [Em outra região, porém,] Uma recepcionista diligente e cortes encaminha os visitantes [...] o funcionário encarregado chamará no computador os dados referentes a problemas e políticas regionais. (PUTNAM, 2006, p. 21)

Portanto, não se trata de “burocracia”, como sinônimo de departamentos, regras e normas, que implica, necessariamente, numa inoperância, ou mesmo num engessamento daquilo que se afirma ser a “força criadora”, ou “transformadora” dos trabalhadores politicamente mobilizados (ou organizados). Neste sentido, o artigo de Abramovay (2008), que analisa a perda do “potencial transformador” de uma federação sindical, também pode servir de exemplo. Principalmente, quando comparado (como é o caso) com um eficiente sistema de cooperativas de crédito. Dito de outra forma, para impedir que esse “imobilismo” se imponha, não se trata de, por exemplo, “acabar com a burocracia”. Afinal, a busca de eficiência, ou seja, da capacidade para se alcançar um determinado “fim” de forma mais

⁴⁷ Nesta obra o sociólogo americano faz um relato sobre seus vinte anos de pesquisas na Itália. Este trabalho havia sido encomendado pelo governo daquele país para acompanhar o desempenho dos governos regionais recentemente implantados após a segunda guerra mundial. Sabendo que todas as estruturas regionais de governo partiam de um mesmo patamar e receberiam um aporte de recursos semelhantes, o governo central queria através deste acompanhamento sistemático, identificar e solucionar possíveis distorções. Neste estudo, porém, Putnam concluiu que as diferenças de desempenho apresentadas entre os governos do norte e sul da Itália, não eram resultado da estrutura burocrática proposta, ou dos recursos aportados, mas da presença, ou não, de laços de confiança mútua nas relações sócio-culturais das sociedades destas regiões.

qualificada⁴⁸ depende, necessariamente, de uma “organização burocrática” para sua efetivação. Portanto, não se trata da “burocracia em si”, mas da lógica como esta estrutura é vista (em especial pelo corpo dirigente que a governa, mesmo que temporariamente). Ou seja, se ela é encarada como um “fim em si mesmo”, onde sua eficiência se mede pela solidez com que seu corpo dirigente se perpetua na estrutura de comando (aliciando, ou “eliminando” novos dirigentes); ou, se é vista como um “meio”, sendo sua eficiência medida pelos ganhos que seus associados diretos (e beneficiários indiretos) obtêm através dela. E, contribuindo com a leitura crítica de Michels (1986), poderia se acrescentar que vem daí a necessidade de se inovar constantemente. Tanto do ponto de vista da gestão interna, aprimorando-a a partir dos avanços tecnológicos disponíveis em termos de “máquinas” e “idéias”, quanto do ponto de vista estratégico, diante das novas demandas, fruto de mudanças conjunturais, externas à categoria, ou mesmo oriundas do processo de desenvolvimento endogenamente construído pelas famílias assentadas.

Por fim, o que o autor pretende demonstrar com esta obra é que em toda organização há uma tendência a um processo de oligarquização, ou seja, onde as minorias governantes tendem a se manterem no poder, e viver dele e para ele. Como resultado natural disso, ocorre um empobrecimento da eficácia transformadora destas organizações. Ou seja, o propósito de existência delas deixa de ser os (supostos) “nobres interesses das massas” (de onde os próprios dirigentes vieram), para se transformar nos interesses corporativos de seu quadro burocrático (no qual o corpo dirigente se transformou)⁴⁹. Em resumo, o problema do fenômeno burocrático-oligárquico levantado por Michels (1986) está na crença por parte do corpo dirigente de que a organização (enquanto estrutura funcional e burocrática) exista por si mesmo. Assim, pode-se dizer que neste processo de “oligarquização” ocorre uma inversão de valores onde (para o corpo dirigente) a organização é a própria “encarnação da massa”. E como resultado desta “crença”, sem que os dirigentes percebam, a razão de sua existência também passa a ser a própria organização.

Não é difícil perceber então, como foi relatado no início deste capítulo, porque foram

⁴⁸ Ou seja, em menor tempo, com menos recursos e de maneira a atender mais rigorosamente determinadas especificidades.

⁴⁹ Numa análise psicosocial Michels sentencia: “Isso é particularmente verdadeiro para os antigos operários que se tornaram líderes e que perderam o hábito do trabalho manual. A perda do cargo seria para eles um verdadeiro desastre financeiro. Na sua qualidade de chefes, eles desfrutavam de vantagens e privilégios inerentes à sua condição de dominadores locais; por isso não se encontrariam mais satisfeitos no seu antigo meio. Eles estão doravante inaptos para qualquer outro trabalho, fora da propaganda [da ação política] [...] Seu passado [recente de burocrata] os prende. Eles têm família a sustentar...”.

desprezados, ou melhor, não se soube como incorporar de forma mais efetiva nos programas dos partidos políticos, e poderia se dizer também nas organizações de esquerda (a exemplo dos sindicatos), as três grandes vanguardas transformadoras dos últimos cento e cinquenta anos, respectivamente: as questões de gênero, a juventude e o meio ambiente (ELEY, 2005). E neste último caso, “um enigma [ainda] a espera de seu Édipo”, como diria Veiga (2006, p. 13). Em resumo, o novo é, de certa forma, sempre uma ameaça para um corpo burocrático consolidado, que domina “tecnicamente” o modo de ser e fazer da organização (a partir de como ela é). Portanto, qualquer pressão por menor que seja no sentido de mudar a direção de seu curso, ou simplesmente aumentar sua velocidade, aciona a “luz amarela” daqueles que vivem para a organização.

E aqui, vendo mais especificamente a realidade do sudeste paraense, é sintomático o que ocorreu quando a regional da FETAGRI, a partir de 1999, propôs inovar a relação entre o sindicato e suas várias associações de agricultores familiares existentes no município (criadas pelos próprios assentados com apoio do sindicato). A proposta era romper com a estrutura hierárquica mais rígida dos sindicatos e de suas delegacias de base (com seu delegado - único) e incorporar estas novas associações (com seu corpo de diretores) como uma nova “estrutura de base”, principalmente a partir dos novos projetos de assentamentos recém criados. Mas o que interessa ressaltar neste processo, é que foram justamente os dirigentes sindicais mais antigos quem mais atacaram a proposta (ASSIS, 2007), procurando manter a antiga estrutura.

É preciso ressaltar, entretanto, que por trás deste dilema aparentemente insolúvel, que é este processo de “oligarquização”, se esconde o objetivo maior do pesquisador (e da própria ciência, para este paradigma) que é justamente evidenciar aos atores políticos dotados de vontade as contradições vivenciadas por eles. Contradição resultante de uma construção social, fruto da relação de um grupo de dirigentes (representantes) com sua “massa” (representados). Esta relação contraditória acaba transformando uma organização burocrática (gerida por uma direção democraticamente delegada e que tem como “fim” atender aos anseios de uma “massa” de trabalhadores), numa burocracia corporativa que não aspira senão sua própria reprodução. E daí, não se trata de expor estas contradições aos trabalhadores em geral (embora também se faça), mas principalmente de apresentar a seus dirigentes, a “gaiola de ferro” que eles ajudaram a construir, sem que se apercebessem disso. E que agora os aprisiona. Uma “prisão” que sufoca não apenas a categoria social que eles representam, mas que vai lentamente asfixiando também a própria carreira política dos dirigentes. E não se trata

de querer vislumbrar uma utopia para além da burocracia organizacional (a “gaiola” que os engessa), muito menos de aceitar a perpetuação de uma organização específica, mas sim, de vislumbrar sempre para além da “estrutura meio”, ou seja, ter sempre em mente as “demandas da massa”. Uma perspectiva que se acredita mais viável para poder equilibrar-se neste jogo de forças, contraditório e desafiador, que uma hora liberta e a outra aprisiona.

1.1 Um olhar sobre o “perfil” dos dirigentes sindicais a partir de suas relações com as famílias assentadas

A partir da fundamentação teórica anteriormente apresentada, construiu-se um instrumento de coleta de informações, no caso, um questionário fechado. Evidentemente, o objetivo deste instrumento é coletar informações que tragam evidências sobre a hipótese levantada. Esta hipótese afirmava, em última instância, que o corpo dirigente do movimento sindical do sudeste paraense traçava sua estratégia focada na ação político-partidária como forma de se perpetuar na esfera burocrática. E isto ocorria uma vez que estes dirigentes haviam perdido seus vínculos com sua base sócio-econômica. A partir disso então, a perspectiva de crescimento, ou mesmo de “sobrevivência”, não apenas política, mas também pessoal⁵⁰ dos dirigentes, dependeria de conquistas na esfera político-partidária (estratégia para se ocupar os espaços de poder no Estado). Em resumo, com esta hipótese se quer afirmar que a opção pela luta político-partidária transforma-se numa opção natural à medida que ocorre um descolamento entre o “modo de ser das massas” (os produtores familiares rurais) e de seu corpo dirigente (os sindicalistas). Um fenômeno que pode ser caracterizado como um processo de “oligarquização” (MICHELS, 1982).

Além desta questão mais evidente, apresentada no parágrafo anterior, vale ressaltar a suposição implícita nesta hipótese⁵¹. Afinal, ao se questionar o porquê de determinada escolha estratégica, supõe-se que outra (não efetivada) seria possível. E neste caso, a opção que se supunha possível, seria uma estratégia voltada à política cooperativista, com foco na organização sócio-econômica da categoria. A resposta então (para a não concretização desta

⁵⁰ Como pessoal se entende a garantia de determinado padrão de “qualidade de vida”, que envolve questões como: a) poder vislumbrar melhorias sócio-econômicas para si e a família; b) realização pessoal de poder exercer mandato, ser reconhecido por isso e através desta posição manter relações com outros setores/atores na sociedade (status); c) uma garantia mínima de remuneração (quando for o caso) exercendo um tipo de atividade com a qual se tem relativo domínio, e poderia se dizer, certo prazer em realizá-la.

⁵¹ Que diz respeito aos valores do pesquisador.

escolha), caso as evidências apontem nessa direção, seria porque o processo de “oligarquização” em curso impede que se construa uma estrutura burocrática inovadora, dependente de relações produtivas e mercantis impessoais (ABRAMOVAY, 2008). Haja vista ser esta uma prática ausente do “modo de ser e fazer” da vida político-burocrática do movimento sindical do sudeste paraense. Afinal, a “oligarquização burocrática” se caracteriza pelo seu engessamento, não pela sua capacidade de inovação. E, neste sentido, a hipótese levantada também pressupõe que optar pelo caminho político-partidário não significa “inovar”, mas apenas dar um passo adiante (sem “maiores riscos”) num caminho naturalmente aberto, porque já trilhado pelos dirigentes sindicais do sudeste paraense.

Para avaliar esta hipótese, se optou por fazer um levantamento sobre o que se irá chamar de “perfil” do corpo dirigente. Através destes “perfis”, conforme será visto a seguir, se pretende traçar três características de “dirigentes”. Duas delas extremadas, e uma terceira intermediária. No primeiro extremo encontra-se o perfil de um “produtor familiar típico”⁵², com fortes vínculos com “as lidas da terra”, em termos de produção e comercialização, e sem muitos “vínculos com a burocracia” e suas exigências (WEBER, 2003). No outro extremo, encontra-se o de um “burocrata”, que não guarda os mínimos traços de um “produtor familiar tipicamente caracterizado”⁵³. Entre estes dois perfis, tem-se o de um dirigente que guarda determinados “vínculos com a terra”, mas que também apresenta traços de um sindicalista vinculado às exigências do “modo de vida” de um representante político de sua categoria. Resumindo, criou-se três “tipos ideais” de dirigentes, conforme seu grau de vinculação com a “produção familiar rural” e/ou com a “burocracia”: a) “produtor familiar rural”; b) “dirigente sindical”; c) “burocrata profissional”.

Estas definições “ideais” foram elaboradas a partir da suposição de que o fenômeno oligárquico é caracterizado pelo grau de distanciamento dos dirigentes em relação à “massa” (que representam e da qual se originam). Isso, porém, sem perder de vista as características intrínsecas ao papel de representantes políticos que estes produtores familiares se dispuseram a assumir. Afinal, um dirigente com um perfil muito próximo ao de um “produtor familiar típico”, apontaria para um representante pouco dedicado, próximo a um “amadorismo”,

⁵² Aqui preferiu-se optar por esta definição para tentar fugir da dicotomia entre o conceito de “camponês” e de “agricultor familiar”.

⁵³ Numa lógica bastante reducionista, diga-se de passagem. Porém, considera-se uma necessidade para este fim específico.

podendo ser caracterizado por certa ingenuidade e/ou de baixa eficiência política (WEBER, 2003).

Mas antes de se apresentar os resultados coletados pela pesquisa, é importante tecer algumas considerações que valerão tanto para este capítulo, que trata da análise da primeira hipótese, quanto para o capítulo seguinte, que estuda a segunda hipótese. O já referido questionário fechado⁵⁴ será aplicado numa amostra de vinte seis dirigentes sindicais vinculados a FETAGRI, pertencentes a onze, dos dezessete sindicatos da região. Esta amostra, conforme já referido anteriormente não segue critérios estatísticos clássicos de estudos quantitativos, sendo eleita a partir de uma decisão arbitrária do pesquisador. Para deixar mais claro estes critérios, pode-se dizer que estes dirigentes entrevistados tiveram nos últimos doze anos, período abrangido pela pesquisa, uma significativa representatividade na história de luta pela terra e pelo desenvolvimento da agricultura de base familiar no sudeste paraense. Além disso, também teve como parâmetro o município a que pertence o dirigente, de maneira a deixar a amostra mais representativa possível em relação aos municípios da região. Neste sentido, é importante esclarecer porque nem todos os dezessete municípios estão representados neste grupo. Por um lado, porque nem todos possuem uma organização sindical forte e atuante, por outro, a abrangência das políticas públicas para reforma agrária também não se deram com a mesma intensidade em todos os municípios da região⁵⁵. Daí porque alguns ficaram de fora enquanto outros possuem mais de um representante.

Para poder classificar o corpo dirigente num dos três “tipos ideais” apresentados, elaborou-se um questionário (anexo) com uma série de perguntas que foram agrupadas em três tópicos principais, sendo o terceiro subdividido em quatro questões. Assim, têm-se seis pontos a serem analisados para se definir o enquadramento dos dirigentes, são eles: a) Identidade e representatividade; b) A carreira político-partidária; c) O lote do dirigente e sua produção agropecuária: c.1) Propriedade de terra, c.2) Produção no lote, c.3) Comercialização da produção, c.4) Renda bruta mensal da produção do lote.

⁵⁴ Com exceção de uma única questão em aberto no final do questionário.

⁵⁵ Neste grupo de municípios que não tiveram dirigentes selecionados, entram desde aqueles com forte presença de assentamentos, como o caso de Parauapebas, e aqueles que possuem poucos, ou nenhum assentamento de reforma agrária, como Abel Figueiredo. Este é o único município dos dezessete que não possui projeto de assentamento criado pelo INCRA, entre 1987 e 2008. No caso de Parauapebas, não foi escolhido nenhum dirigente, pois sua organização sindical encontra-se bastante fragilizada, após o assassinato de três de seus principais dirigentes, ocorrido nestes últimos doze anos. Vale destacar também que o MST teve dois importantes dirigentes assassinados neste mesmo município, no referido período.

Para sistematização das respostas, definiu-se um parâmetro que estabelece à priori seu enquadramento. A título de exemplo pode-se utilizar a primeira questão no tópico “Identidade e representatividade”. Esta questão procura saber o período em que o dirigente esteve afastado de algum cargo político⁵⁶ desde a primeira vez que assumiu um mandato na estrutura sindical. Para isso, estabeleceu-se como parâmetro o tempo mínimo de quatro anos (um mandato). Definindo-se assim, o seguinte enquadramento: “Agricultor familiar” – caso o dirigente responda que se afastou de qualquer cargo político, desde o início de sua carreira sindical, por um período igual ou superior a quatro anos (contínuos, ou intercalados); “Dirigente” - caso informe que tenha se afastado por um período inferior a quatro anos; “Burocrata” – se responder que nunca se afastou.

Por fim, tem-se um quadro (Quadro 07) com seis linhas (as questões a serem analisadas) e três colunas (os “perfis” dos dirigentes). Assim, em cada célula haverá um percentual: número de dirigentes que deram uma resposta que se enquadra naquele “perfil”, ou “tipo ideal” ÷ número de dirigentes que responderam a questão. Ao final desta tabela tem-se o resultado do percentual médio de cada perfil. Para se chegar a um resultado síntese do “perfil” do corpo dirigente, será utilizada uma equação matemática. Nela, multiplicam-se os três percentuais (médios finais), respectivamente, por 0,1; 5; e 9,99; e, depois, somam-se estes três resultados. Assim, se obterá um valor aproximado entre 0 e 10. Esta será a pontuação do “perfil médio” dos dirigentes vistos como um corpo coletivo. Para seu enquadramento final convencionou-se que uma pontuação entre 00 e 04, será classificada como “produtor familiar”; entre mais de 04 e menos de 06 será classificada de “dirigente”; e entre 06 e 10 de “burocrata”. Maiores detalhes sobre as seis questões, as respostas dos dirigentes, bem como sobre a aplicação desta metodologia será vista a seguir na apresentação das respostas dos dirigentes entrevistados.

1.1.1 As evidências sobre o “perfil” dos dirigentes sindicais

a) Identidade e representatividade - Tempo afastado da direção sindical:

Na questão específica que trata do tempo de afastamento dos cargos de direção sindical, foi considerado “afastado” o dirigente que ficou um período superior a 01 (um) ano

⁵⁶ Numa organização sindical, cooperativa, associativa, etc.

sem nenhum cargo diretivo nas instâncias do movimento sindical (federação, sindicato, associação, ou, cooperativa). Os casos de afastamento inferiores a um ano, foram considerados como se estes dirigentes “nunca” tivessem se afastado, ou seja, nestes casos não se entende como afastamentos “de fato” para fins de registro. Apesar desta ressalva, ocorreu apenas um caso de “afastamento” por seis meses, o qual, portanto, foi considerado como se o dirigente “nunca” tivesse se afastado. O quadro resumo ficou da seguinte forma:

Quadro 01 - Tempo de afastamento dos cargos de direção

	Superior a 04 anos	Inferior a 04 anos	Nunca	Total
Nº de casos	03	03	20	26
Percentual	12%*	11%	77%	100%

*A resposta exata é 11,538...; apenas para fins de arredondamento optou-se colocar este valor primeiro “perfil”, uma vez que nos cálculos foram considerados os dois valores iguais.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

b) A carreira político-partidária – Concorreu a cargo eletivo:

Dos 26 (vinte e seis) entrevistados que responderam, 09 (nove), ou 35% deles, nunca disputaram nenhum cargo político-partidário. Quando perguntado a estes dirigentes se já haviam pensado, ou tiveram vontade de concorrer, todos responderam positivamente. Apenas num caso foi feita uma observação quanto ao cargo a ser disputado, uma vez que este dirigente se colocaria como candidato somente para um mandato no executivo. As justificativas para estas respostas positivas, foram, na sua grande maioria em razão da necessidade, ou da importância de se ter um representante para “trabalhar pela categoria”. Mas também teve outras justificativas, como a necessidade de se avançar na carreira política e também buscar melhoria na qualidade de vida (a partir da política). Quanto às razões por ainda não disputarem, vão desde familiares até decisões coletivas do chamado “grupo político”. Vale destacar, conforme tabela abaixo, que a maioria, ou 65% dos entrevistados, já disputou ao menos uma eleição. Num dos casos o dirigente vem disputando todas as eleições municipais desde 1996, totalizando quatro disputas. Todas estas eleições são na esfera municipal, pois apenas um dos dirigentes da região (no período da pesquisa) disputou eleições em nível estadual. Este dirigente, porém, não respondeu ao questionário, participando apenas das entrevistas abertas. Com base na ilustração abaixo, pode-se perceber um crescimento no número de candidaturas ao longo dos últimos doze anos. Conforme havia sido previsto na introdução da pesquisa.

Gráfico 02 – Número de dirigentes sindicais que disputaram eleições municipais por ano



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

Por fim, tem-se o seguinte quadro resumo de respostas, sobre a participação do dirigente em eleições. A pergunta era para saber se ele já havia concorrido alguma vez, ou estava concorrendo em 2008, a um mandato político partidário.

Quadro 02 - Nº de vezes que se candidatou a cargo eletivo político-partidário

	Nunca	Uma única vez	Mais de uma vez	Total
Nº de casos	09	07	10	26
Percentual	35%	27%	38%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

c) O lote do dirigente e sua produção agropecuária

c.1) Propriedade de terra – possui lote em área de reforma agrária:

Quanto à questão posse da terra, foi perguntado aos dirigentes sindicais se eles possuíam um lote agrícola. A totalidade deles respondeu afirmativamente a questão. Quando perguntado sobre sua origem, a totalidade também respondeu que era fruto da reforma agrária. Nesta questão deve-se fazer duas observações. Primeiro que, embora em dois casos as áreas não são mais consideradas projeto de assentamento do INCRA, elas são fruto de reforma agrária através do GETAT⁵⁷ (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins) e da

⁵⁷ Órgão do governo federal criado durante o regime militar em substituição ao INCRA, para tratar das questões agrárias na região, considerada área de segurança nacional. Isto tanto por localizar-se numa área histórica de conflito, onde ocorreu a chamada guerrilha do Araguaia, quanto por suas constantes e violentas disputas pela posse da terra. A área deste dirigente havia sido desapropriada para fins de reforma agrária nesta época e hoje se encontra titulada e fora dos registros do INCRA como Projeto de Assentamento.

ELETRONORTE⁵⁸. Em segundo lugar, que em três casos os dirigentes possuíam terra em área ocupada, com processo de desapropriação tramitando no INCRA para constituição de Projetos de Assentamentos. Neste sentido, foi considerado 100% dos dirigentes como possuidores de terra, fruto de reforma agrária.

Quadro 03 - Propriedade de terra

	Possui lote em área de reforma agrária	Possui lote fora de área da reforma agrária	Não possui lote	Total
Nº de casos	26	00	00	26
Percentual	100%	00%	00%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

c.2) Produção nos lotes – produz o produto principal do município:

Em quatro casos os dirigentes não apresentavam nenhum tipo de atividade produtiva nos seus lotes. Os outros vinte e dois entrevistados apresentavam algum tipo de produção, que foi avaliada conforme será visto a seguir.

Nesta questão foi usado o mesmo filtro aplicado na questão relativa à bovinocultura leiteira. Conforme já foi relatado, vinte e dois entrevistados responderam ser esta (a bovinocultura leiteira) sua principal atividade. Destes, quase 80% (17 casos) responderam diretamente: “o leite”. Dois responderam a “pecuária leiteira”, e três responderam “gado”, ou apenas “pecuária”. Como é sabido, para estes três foi perguntado se a produção de leite no município estava: decrescendo, estável, ou crescendo? Dois responderam estar crescendo, e um que estava estável. Neste caso específico, foi considerada a pecuária de corte como o produto principal, para fins de comparação entre a atividade considerada principal das famílias assentadas no município e o que o dirigente produz no seu lote.

Em quatro casos, ou 15% dos vinte e seis entrevistados, esta resposta foi negativa. Para estes dirigentes os agricultores do município não possuem um tipo de produção que se destaca entre as demais. Ou seja, para eles tanto as famílias, vistas individualmente, quanto o

⁵⁸ ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil é uma S/A (sociedade anônima) de economia mista criada em 1973 para trabalhar com geração e distribuição de energia elétrica no norte do país. Com a formação do lago para criação da Hidroelétrica de Tucurí, grandes áreas dos municípios da região, banhados pelo rio Tocantins, foram inundadas. Assim, várias famílias foram remanejadas de suas antigas áreas e assentadas em outras, em projetos criados pela ELETRONORTE, como foi o caso deste dirigente.

município como um todo, possuem uma produção bastante variada. Em outras palavras, mesmo que algumas famílias tenham um produto de destaque (em termos de volume de produção e/ou renda) nos seus lotes, ele varia entre as famílias e os diversos assentamentos, não havendo, portanto um tipo de produção que se destaque mais no município como um todo. Dentre estes quatro dirigentes (que afirmaram não haver uma produção principal), três deles pertenciam ao mesmo município (Itupiranga). Apesar desta “coincidência” em termos de diagnóstico municipal, dos quatro entrevistados deste município (ou seja, mais um além dos três já citados), somente um deles não trabalha com pecuária, dois produziam leite e um vendia este produto regularmente⁵⁹, o terceiro disse ter apenas gado de corte.

Além da questão relativa ao que foi denominado o “carro chefe” da produção, procurou-se também identificar os sistemas de produção dos lotes. Assim, pode-se dizer que os dirigentes possuem sistemas de produção bastante diversificados, com onze diferentes combinações. Porém, existe cinco casos (23% dos lotes produtivos) que possuem somente um produto: gado (dois casos), ou roça⁶⁰ (três casos). Também se pode dizer que dos sistemas de produção diversificados, a roça e o gado estão presentes em aproximadamente 80% deles. Em resumo, os sistemas produtivos encontrados nos lotes dos dirigentes combinam: a) Roça (arroz, milho, mandioca, feijão); b) Gado (corte); c) Gado (leite); d) Pequenas criações (galinha, peixe, ovelha); e) Culturas perenes e semi-perenes (maracujá, banana, cacau, laranja, coco, graviola, murici); Extrativismo (cupu, açai); f) Horta.

Para finalizar, buscou-se descobrir se nos sistemas produtivos desenvolvidos nos lotes dos dirigentes havia o componente identificado como o produto principal trabalhado pelos agricultores familiares assentados no município. A partir disso se obteve o seguinte resultado:

Quadro 04 - Produção no lote

	Produz o produto principal*	Não produz o produto principal, porém cultiva outro(s) produto(s)	Não produz no lote	Total
Nº de casos	08	14	04	26
Percentual	31%	54%	15%	100%

* No caso dos entrevistados que responderam não haver um produto principal no município, foi considerado como se produzisse o produto principal qualquer tipo de atividade produtiva desenvolvida no seu lote.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

⁵⁹ O entrevistado que informou vender leite regularmente, havia dito que o município não tinha uma produção principal. Aquele que disse ser o leite o produto principal (o único dos quatro entrevistados deste município), informou que tem o produto apenas para consumo.

⁶⁰ Estas roças podem ser consideradas exclusivamente para subsistência, uma vez que eles também informaram que não comercializam sua produção.

c.3) Comercialização da produção – comercializa sua produção:

Entre os 16 entrevistados que informaram vender algum tipo de produção de seu lote, foi excluído um caso. Haja vista o volume comercializado ser muito pequeno, gerando uma renda bruta mensal média de R\$ 42,00. Dentre os quinze dirigentes que comercializam regularmente algum tipo de produção, 73% afirmaram vender gado. A segunda produção mais comercializada (40% dos dirigentes que vendem alguma produção) são os produtos da roça⁶¹ e o leite. Na produção da roça destaque-se o milho, vendido em todos os casos. Há também quatro casos que vendem pequenos animais (peixe: 03 casos; e, galinha: 01 caso), e quatro que vendem frutas (maracujá, banana e o cupu). Cabe registrar também que 03 (três) entrevistados que produziam e comercializavam leite desistiram da atividade. Dois deles por considerarem economicamente inviável, provavelmente fruto de uma combinação entre baixa produção (pequeno rebanho, com baixa produtividade) e baixo preço. E o terceiro, além do preço, também alegou discordar da proposta do “leiteiro” (atravessador que recolhe o leite e revende ao laticínio). Para começar a coletar seu leite o “leiteiro” se apropria de quinze dias de sua produção, ou seja, após os primeiros quarenta e cinco dias, ele paga somente trinta, ficando sempre uma quinzena em haver (nos acertos mensais subsequentes).

Entre os quinze dirigentes (58% do total) que vendiam regularmente sua produção, seis⁶² também comercializavam o principal produto da agricultura familiar do município, conforme se pode constatar abaixo:

Quadro 05 - Comercialização da produção

	Vende o produto principal	Vende, porém, não o produto principal	Não vende produção do lote	Total
Nº de casos	06	09	11	26
Percentual	23%	35%	42%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

c.4) Renda monetária da produção – aufera renda monetária:

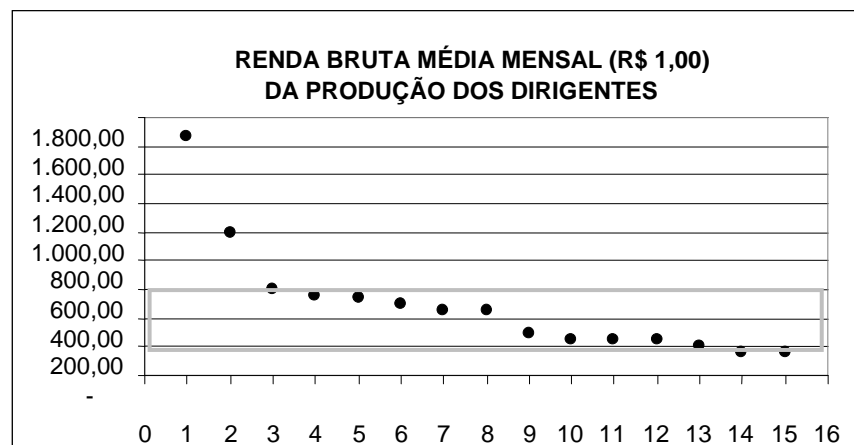
Neste quesito foi solicitado ao entrevistado informar a renda bruta média mensal, ou

⁶¹ Arroz, milho, feijão, mandioca.

⁶² Três casos que informaram ser o leite o produto principal, comercializavam este produto. Dois que informaram não haver um produto principal no município, e vendiam outros produtos (um deles inclusive o leite). E um que informou ser “o gado” o produto principal e vendia gado. Vale registrar que houve dois casos semelhantes a este último, porém não foram enquadrados, pois disseram que a produção de leite estava “crescendo” no município.

anual, obtida através da comercialização da produção de seu lote. Quinze dirigentes, ou 58% deles, informaram que auferem alguma renda da produção de seu lote. A título de informação, uma vez que o parâmetro de enquadramento será o salário mínimo, pode-se afirmar que o faturamento médio da produção nos lotes dos dirigentes é de aproximadamente R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais) mensais. Por outro lado, selecionando apenas aqueles que comercializam sua produção e excluindo os dois últimos e os dois primeiros casos extremos conforme pode ser visto na ilustração abaixo, a média (entre aqueles que comercializam sua produção) fica em R\$ 397,00 (trezentos e noventa e sete reais). Nesta questão, é importante observar que, embora em termos de faturamento este valor pareça insignificante, pois há custos de produção embutidos, por outro lado, há uma produção para o autoconsumo que também não é registrada. Além disso, a agricultura regional é pouco tecnificada, portanto, com baixa incidência de insumos, o que reduz muito os custos. Enfim, acredita-se que este parâmetro (um salário mínimo) seja uma referência aceitável para se avaliar o faturamento da comercialização da produção dos dirigentes.

Gráfico 03 – Renda bruta média mensal (R\$ 1,00) da produção dos dirigentes



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

Aqui, também a título de informação, pode-se dizer, a partir de um levantamento feito em treze sindicatos da região, que o valor médio da “ajuda de custo” mensal auferida pelos dirigentes é de R\$ 416,00 (quatrocentos e dezesseis reais). O maior valor, de dois salários mínimos (R\$ 830,00) foi registrado em um sindicato, enquanto três deles informaram que seus dirigentes não recebiam “ajuda de custo”⁶³. Os dirigentes da federação recebiam R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) de “ajuda de custo” mensal.

⁶³ O dirigente apenas tinha suas despesas custeadas pelo sindicato quando fazia uma viagem para fora do município.

Por fim, tem-se o quadro resumo da renda obtida pelos dirigentes através da comercialização de sua produção do lote, com seus respectivos percentuais:

Quadro 06 - Renda bruta mensal da produção do lote

	Superior a um salário mínimo	Inferior a 01 (um) salário mínimo	Não possui renda	Total
Nº de casos	08	07	11	26
Percentual	31%	27%	42%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

1.1.1.1 Síntese do “perfil” dos dirigentes sindicais

A partir das informações acima apresentadas, é possível construir um quadro síntese do que se definiu como o “perfil” dos dirigentes sindicais do sudeste paraense:

Quadro 07 - Síntese do “perfil” do corpo dirigente

QUESTÕES	PERFIS		
	Produtor familiar rural (“forte vínculo”)	Dirigente - representante da agricultura familiar (“médio vínculo”)	Burocrata profissional (“distante”)
1. Identidade e representatividade			
Tempo afastado da direção sindical:	19%	08%	73%
2.1. A carreira político-partidária			
Nº de vezes que se candidatou a cargo eletivo político- partidário:	35%	27%	38%
3.1. O lote do dirigente e sua produção agropecuária			
a) Propriedade de terra:	100%	00%	00%
b) Produção nos lotes:	31%	54%	15%
c) Comercialização da produção:	23%	35%	42%
d) Comercialização Renda bruta mensal da produção do lote:	31%	27%	42%
Médias gerais:	40%	25%	35%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

Conforme metodologia anteriormente apresentada pode-se chegar a uma pontuação final a partir destes três percentuais. Ou seja, aplica-se a seguinte equação: $(40\% \times 0,1) + (25\% \times 5) + (35\% \times 9,99) = 0,04 + 1,25 + 3,49 = 4,7$. Uma vez que este resultado encontra-se entre 4,0 e 6,0, pode-se concluir, conforme a proposta de enquadramento anteriormente apresentada, que os dirigentes sindicais possuem um “médio vínculo” com seus representados, os agricultores familiares assentados. Em outras palavras, não podem ser caracterizados enquanto coletividade (corpo dirigente), nem como “produtores familiares”, tão pouco como “burocratas”. Mas sim, como autênticos⁶⁴ dirigentes, representantes políticos da produção familiar rural da região.

1.2 O corpo dirigente do movimento sindical do sudeste paraense e a força de sua legitimidade

A partir deste resultado pode-se afirmar que o corpo de dirigentes não apresenta maiores evidências de um processo de “oligarquização”. Dito de outra forma, não se pode afirmar que os dirigentes sindicais do sudeste paraense possuem um “perfil distante” de sua base social. Não sendo possível se afirmar também que há um processo de “engessamento” do ponto de vista burocrático, destes dirigentes. E nesse sentido, pode-se concluir que os sindicalistas ao operarem politicamente agem em prol dos interesses de seus representados. Lembrando sempre tratar-se dos dirigentes vistos como um todo⁶⁵, e não de um ou outro especificamente, ou mesmo de um grupo de dirigentes de determinado município.

Com isso, pode-se concluir que: a) se a amostra estudada representa uma síntese do corpo de dirigentes sindicais do sudeste paraense; b) se o instrumento de coleta das informações for confiável; c) e a forma de sistematização das informações logicamente coerente; é, no mínimo, inconsistente afirmar o que se pressupunha na primeira hipótese. Ou seja, não se pode afirmar que os dirigentes, ao se perpetuarem na estrutura sindical se afastaram do “dia-a-dia do campo”. E que, em virtude disso, a força motriz de sua ação política passou a ser, não mais as demandas das famílias assentadas, e sim a competição

⁶⁴ Enquanto tipo ideal.

⁶⁵ “Para que essas modalidades de conduta de vida e concepção de profissão [...] pudessem ter sido ‘selecionadas’, isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por grupos de pessoas.” (WEBER, 2004, p. 48)

(enquanto “burocratas”) pela manutenção do poder sindical e sua expansão nas esferas mais “amplas” da burocracia partidária e estatal. Afinal, isto não foi constatado nas evidências apontadas nesta pesquisa. Ao contrário da hipótese aventada, os dirigentes não estão afastados da “realidade do campo”. Portanto, os interesses que eles representam são, realmente, os seus. Mas não “os seus”, como representantes de uma burocracia fria e inerte, mas os seus como produtores familiares rurais assentados, que eles realmente são (e representam). É isto que apontam as evidências colhidas e sistematizadas.

E aí a importância da proposta da pesquisa, de se estudar uma hipótese e buscar evidências que possam reforçá-la, ou enfraquecê-la. Afinal, poderia se optar pela descrição detalhada de uma série de questões que corroboram com esta tese de “oligarquização”, e a partir daí descrever “o modo de ser” dos dirigentes. Como exemplo disso (de reforçar a hipótese de “oligarquização”), poderia se relatar as mudanças estatutárias feitas em dois sindicatos da região, para que seus presidentes pudessem ser reeleitos pela terceira vez consecutiva. Ou mesmo, os casos mais recentes de duas diretorias sindicais que, mesmo já tendo seus mandatos vencidos, vêm se mantendo no cargo à revelia do estatuto sindical e de uma assembléia geral. Por outro lado (para enfraquecer a hipótese em questão), poderia se descrever os vários casos de dirigentes que abriram mão de suas candidaturas (sindicais, ou partidárias) para cederem este espaço a outros sindicalistas a partir de um debate estratégico e coletivo.

Mas não se optou por este caminho. Preferiu-se deixar que um conjunto mais amplo de evidências “falasse por si”. Ou seja, ao se optar por uma metodologia “fechada” de coleta e análise das informações, buscou-se um maior distanciamento. Evitando assim, analisar determinado fenômeno turvado por aquilo que acreditava-se ser sua causa principal. Com isso, se fez um exercício no sentido de construir um instrumento mais “neutro”, que pudesse evitar esses perigos. Assim, ao invés de se discutir de forma “pré-concebida” o enquadramento, ou não, dos dirigentes em determinada conceituação, pode-se discutir as perguntas feitas, a amostra selecionada, a forma de sistematizar as informações, etc. Em resumo, se debate o método utilizado para se chegar a determinado enquadramento teórico. Logicamente, nem tudo se resume a isso. Primeiro, porque todo método, por mais rigoroso que seja, parte sempre de um pressuposto de valor passível de questionamento⁶⁶. Segundo,

⁶⁶ “Toda avaliação sensata do *querer* alheio só pode ser crítica a partir de uma ‘concepção de mundo’, combate o ideal alheio sobre a base de um ideal próprio.” (WEBER, 2006, p. 25)

porque sempre poderá ser aperfeiçoado, não permitindo observações peremptórias sobre determinada questão. E, por último, mas não menos importante, ele apresenta apenas um retrato do momento, ou seja, não permite descrever e, portanto, avaliar qualitativamente algumas nuances, ou mesmo tendências dos fenômenos sociais em curso⁶⁷. E neste sentido, não se esta abrindo mão de fazer algumas análises mais específicas e aprofundadas sobre o processo em curso. Apenas deixou-se para o capítulo das considerações finais, reforçando nesta parte, apenas a questão que se considera principal, que é a negação, ao menos temporariamente, da hipótese apresentada.

Por fim, é importante ressaltar⁶⁸, para conforto daqueles que acreditam na força explicativa desta hipótese, que ela foi escolhida justamente por isso. Em outras palavras, também se acreditava que ela pudesse ser confirmada a partir das evidências coletadas e da proposta metodológica apresentada. Porém, não passou na “prova de falseabilidade” que se procurou desenvolver. Afinal, as evidências apontaram em outra direção. Permanecendo assim, ainda sem resposta a pergunta principal. E daí o desafio ainda maior de continuar sua busca no capítulo seguinte.

⁶⁷ Vale aqui alguns esclarecimentos. O método utilizado não é um método quantitativo clássico, com base em ferramentas estatísticas. Com isso, não se quer dizer que esse ferramental não seja importante. Muito menos, que os métodos quantitativos também não podem ser empregados de forma processual, em intervalos de tempo determinado, de maneira que possam avaliar a evolução de um determinado fenômeno social. O que, entretanto, não deixa de ser também um somatório de “retratos” estanques. Para sintetizar, o que se quer dizer em última instância, é que uma análise exclusivamente quantitativa, como uma qualitativa, tem seus limites, e que as pesquisas sociais ganham consistência quando combinam, (e não necessariamente no mesmo projeto), diferentes enfoques de análise. E também, evidentemente, diferentes abordagens paradigmáticas.

⁶⁸ Mesmo correndo o risco de dizer obviedades.

2 O “DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA” – DUAS VISÕES

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. (MARX, 1974, p. 335)

Por toda parte onde emerge e se efetiva, ele [o “espírito do capitalismo”⁶⁹] *cria* para si as provisões monetárias como meio de sua efetivação, não o contrário. (WEBER, 2004, p. 61)

Quando se apresentou a primeira hipótese tinha-se clareza de que, caso ela fosse evidenciada, isto enfraqueceria o estudo da segunda hipótese. Afinal, acredita-se que o enquadramento dos dirigentes num perfil “distante” de suas bases, tenderia sempre, devido ao peso de sua força explicativa, de se sobrepor as demais. Mas, para surpresa do pesquisador, isto não ocorreu. E, a menos que se possa apresentar uma nova “conclusão” sobre a primeira hipótese trabalhada no capítulo anterior⁷⁰, aumentam os desafios para se responder à questão principal. Uma vez que, a impossibilidade de uma resposta aparentemente mais evidente, força a busca de explicações menos triviais, do que a “oligarquização” das elites, para o problema em questão: o que faz mover, no recente período histórico, os dirigentes sindicais do campo no sudeste paraense numa direção, em detrimento de outras possíveis?

Prosseguindo, tem-se agora uma segunda tentativa de resposta. A qual parte do pressuposto de que os dirigentes se movem, não a partir de interesses escusos àqueles da categoria que representam, mas como legítimos representantes de suas demandas. E assim, mais uma vez surge a pergunta: porque o corpo de dirigentes sindicais ao se dedicar à luta político-partidária⁷¹ tende, como diria Holanda (1995), a ignorar fronteiras, colocando este propósito como objeto final, mira de todo esforço, o ponto de chegada que assume relevância tão capital a ponto de, onde quer que se erija um obstáculo sobre ele, os dirigentes transformam-no em trampolim. Acredita-se que este seja o “espírito” que faz mover os dirigentes nesta direção. Mas por que (nesta direção)...?

Na tentativa de se buscar uma resposta a essa questão, conforme já apresentado na introdução, mergulhou-se nos diferentes pontos de vista sobre o papel da “agricultura” no

⁶⁹ Vale observar que para Weber (2004), o “espírito capitalista” não representa “cobiça”, “impulso aquisitivo”, “*auri sacra fames*” (sagrada fome de ouro), sentimentos e motivações que abundaram na história dos mais diferentes povos, para o autor este “espírito” representa uma construção original de um dado momento histórico.

⁷⁰ Superando os limites do método adotado, questionando-o, ou mesmo construindo algo mais consistente.

⁷¹ Em detrimento de outras ações “político-estratégicas” possíveis.

processo de desenvolvimento dos Estados-Nações capitalistas⁷². Pois, independentemente dos juízos de valor que se possa fazer deste processo histórico em curso, este vem a ser o sistema hegemônico na maioria dos países e no Brasil. Por isso, acredita-se que compreendê-lo seja o melhor caminho para se traduzir os fenômenos sociais da atualidade (e a partir daí, poder superá-los).

A reforma agrária, em sentido amplo, é tradicionalmente vista pelos dois extremos do espectro político-ideológico, como se este tipo de política pública, fosse, ou mesmo pudesse se transformar, no embrião de um “processo revolucionário”⁷³ que ameaçaria as bases do estado (burguês) de direito. As experiências concretas, porém, dos processos agrorreformistas nos vários países capitalistas desenvolvidos (VEIGA, 1981; GUANZIROLI, et al., 2001), não corrobora nem um pouco com este “fantasma” que paira sobre as disputas políticas de algumas concepções de desenvolvimento nacional. Afinal, trata-se da dinamização de uma instituição capitalista, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção. Em outras palavras, a equalização do direito à posse da terra⁷⁴, através de políticas públicas, tem sido na verdade nada mais do que uma etapa na consolidação dos estados democráticos de direito e na dinamização das economias capitalistas⁷⁵.

Mas esta polarização não ocorre por acaso, é fruto de uma disputa de poder entre os extremos. De um lado, no arraigamento da posse da terra como reserva de valor, status e poder político, base de um sistema patrimonialista desvinculado de um projeto de desenvolvimento sustentado por um mercado de massas, típico dos países capitalistas centrais. De outro lado, no “fundamentalismo interpretativo tão forte nas inquietações da classe média militante, cheia de culpas em relação aos pobres” (MARTINS, 2003, p. 204), que rejeita a mediação com os governos eleitos e representantes do estado brasileiro (visto estaticamente como a personificação do “atraso” e a perpetuação do latifúndio). Este “impossível diálogo”, segundo Martins (2000), forjou uma saída à brasileira, aliando o latifúndio rentista com o

⁷² A adjetivação do “sistema capitalista” é para se deixar claro o entendimento sobre as bases de sua constituição clássica, nos limites dos Estados nacionais, com seus pilares político (liberdade de expressão e participação) e econômico (mercado de produção e consumo de massa).

⁷³ “... sem dúvida alguma a fase de organização, de acampamentos e ocupações [de terra] são táticas de luta reformistas, mas dentro de uma estratégia revolucionária.” (Carvalho, 1984, p. 258)

⁷⁴ Vista não apenas como alternativa de sobrevivência para os “pobres do campo”, mas também como domínio do território e um meio de produção para garantir a soberania alimentar da nação.

⁷⁵ “...nos países em desenvolvimento, a pobreza se explica não em virtude do pleno funcionamento dos mercados [...] historicamente, as restrições ao funcionamento dos mercados têm sido meios de garantir privilégios e impedir o exercício de liberdades por parte dos pobres.” (ABRAMOVAY, 2004).

moderno capitalismo (multinacionais e bancos). Nesta conjuntura, empresas, supostamente modernas e representantes da elite do capitalismo nacional (Wolkswagen, Bradesco e Bamerindus, na época) acabaram se transformando em grandes proprietárias de terra, especialmente na Amazônia, a partir dos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)⁷⁶. Ao colocar às avessas a “questão agrária”⁷⁷, o Brasil torna-se um caso paradigmático de desenvolvimento desigual, uma vez que “ostenta os piores indicadores de desenvolvimento humano [IDH] dentre os países de igual nível de renda per capita”⁷⁸ (GUANZIROLI, 2001, p. 17).

Mas, para além destes extremos, há ainda divisões internas entre aqueles que defendem a reforma agrária como uma necessidade de justiça social (GRAZIANO NETO, 1999) e numa visão mais pontual e específica para algumas regiões do país (NAVARRO, 2001), e aqueles que a preconizam como uma necessidade para consolidar as bases de um modelo de desenvolvimento nacional mais equânime e dinâmico (VEIGA, 1994; GUANZIROLI, et al., 2001). Para alguns autores (GUANZIROLI, 2001), estas diferentes visões contribuem para protelar a implementação de políticas públicas mais estruturantes e eficazes para realização de mudanças sócio-econômicas, tão prementes ao desenvolvimento do campo e do próprio país (MARTINS, 2000)⁷⁹.

⁷⁶ “Aqui, o grande capital se tornou proprietário de terra [na região canavieira do nordeste e cafeeira do sudeste, e mais tarde na Amazônia. Assim,] o capital [personificado pelo capitalista] não se libertou da propriedade da terra [...] na extensão necessária a que a contradição entre capital e terra se manifestasse à consciência das diferentes classes sociais como oposição de interesses e irracionalidades que bloqueia o desenvolvimento econômico e social”. (MARTINS, 2000, p. 90)

⁷⁷ Pode-se resumir esta tese a partir de um conflito de interesses entre capitalistas (empresários) e os grandes proprietários de terra (latifundiários). Os primeiros, para aumentar seus lucros, necessitariam pagar baixos salários aos seus operários, e, para isso, era preciso que os alimentos fossem baratos de forma a garantir a reprodução social da classe trabalhadora. Por outro lado, os grandes proprietários de terra (que não eram empresários), usavam este bem escasso (terra) mais para fins especulativos, como reserva de valor (valorização patrimonial), do que como um fator de produção (especialmente de alimentos) voltado à lógica de um mercado capitalista de massa. Em resumo, empresários (e trabalhadores urbanos) precisavam de um mercado de alimentos a preços competitivos (baratos), o qual estava sendo contido pela concentração da terra nas mãos de poucos e grandes proprietários. Estes, ao invés de arriscar (no jogo de mercado) uma parte de seu capital financeiro para a produção (de alimentos), preferiam especular, arrendando suas terras a “empresários rurais”. Estes, por sua vez, buscavam dinheiro emprestado, não raro do próprio dono da terra, via bancos. Ou seja, além dos “empresários rurais” assumirem os riscos do negócio (e os juros) ainda pagavam uma taxa de arrendamento para uso da terra. Esta contradição (“questão agrária”) seria historicamente resolvida pela parte mais dinâmica do sistema, ou seja, pelos capitalistas (com apoio do operariado) através do Estado e de suas políticas públicas - desde as mais brandas, como impostos sobre herança, por exemplo; até as mais radicais como a reforma agrária.

⁷⁸ Isto sem mencionar suas conseqüências em termos de desarraigamento do tecido social, através da violência (não medida pelo IDH). “Dos 84 países do mundo, o Brasil, [...] ocupa a 4ª posição no ranking [...] com taxas de homicídio [...] 30 ou 40 vezes superiores às taxas de países [desenvolvidos]” (WAISELFISZ, 2007)

⁷⁹ Para este autor, uma das raízes do atraso do desenvolvimento brasileiro encontra-se justamente na estrutura e dinâmica de seu espaço rural.

Embora estas diferentes leituras sobre o papel da agricultura⁸⁰ no processo de desenvolvimento do capitalismo, já tenham sido exaustivamente debatidas, e até de certa forma superadas, conforme defende Favareto (2007)⁸¹, vale um breve resgate. Este debate se concentrava basicamente em duas interpretações e, por trás delas, em dois conceitos: o de camponês e de agricultor familiar. Apesar de, grosso modo, tratarem-se de segmentos sociais idênticos (pequenos proprietários de terras trabalhando sob o regime de mão de obra familiar), eles são vistos sob diferentes pontos de vista no que se refere à sua dinâmica histórica e, conseqüentemente, ao seu papel no desenvolvimento do sistema capitalista.

Para compreender melhor os argumentos dos que vêem este segmento social como “camponês”, é preciso entender, minimamente, a base teórica, “histórico-materialista”, do paradigma marxista. Para estes autores o sistema capitalista é fruto de um longo processo histórico que tem início com a instituição da propriedade privada e de um mercado livre, mediado por um meio de troca comum, a moeda. A partir daí, é criada uma terceira instituição, o Estado. Esta terceira instituição, formada a partir de um “contrato” entre os capitalistas (proprietários dos meios de produção), detém o monopólio da violência como forma de dirimir os conflitos e, em última instância, garantir a perpetuação das duas primeiras: a propriedade privada e o livre mercado. Mas, para este paradigma, a construção histórica político-institucional do capitalismo só foi possível a partir de uma base material (econômica) e, portanto, tecnicamente viável: a divisão do trabalho. Pois é ela quem viabiliza o progresso técnico (SMITH, 1988). Esta divisão, por fim, é instituída nas firmas capitalistas a partir do assalariamento, onde os trabalhadores desprovidos dos meios de produção, logo, de sua capacidade de reprodução social, se apresentam também como mercadoria no, supostamente livre, mercado de trabalho. Para os autores que trabalham o conceito de “camponês”, é justamente esta combinação entre um arranjo político-institucional e uma base material (econômica) historicamente construída e, portanto, capaz de superar suas contradições, que garante a inexorabilidade da hegemonia do sistema capitalista sobre todos os demais setores da economia, a agricultura inclusive.

De forma bastante sucinta, aí está a força deste paradigma, ou seja, em virtude do

⁸⁰ Os termos “agricultura”, “agrícola”, “produção agropecuária” serão usados em sentido lato como sinônimos de setor/segmento rural.

⁸¹ “Mais do que nas injunções setoriais [rural X urbano], o que sugeria [pesquisa recente] é que nas dinâmicas territoriais é que se poderia encontrar as respostas para as causas do dinamismo e a incidência e bons indicadores de desenvolvimento.” (FAVARETO, 2007, p. 22)

contexto histórico anteriormente exposto, a agricultura, assim como os demais setores da economia sob o regime capitalista, está fadada a ser incorporada por um sistema econômico de livre mercado, fundamentado na propriedade privada e na divisão do trabalho a partir da mão de obra assalariada. Diante deste ponto de vista, no capitalismo não poderia existir uma “agricultura de base familiar”, (uma espécie de alienígena que se reproduz e se desenvolve à revelia de um sistema maior e mais poderoso), a não ser de forma periférica. E isto porque os “camponeses” não poderiam se reproduzir de forma expressiva e sustentável a partir de uma dinâmica contrária ao sistema mercantil capitalista que se construiu historicamente hegemônico. Em outras palavras, a “agricultura familiar” não seria capaz de incorporar tecnologia e acumular capital suficiente para permitir novos investimentos de modo a garantir a competitividade de seus produtos⁸². Afinal, estes teriam que competir no “terreno do adversário” (uma economia de livre mercado, baseada na propriedade privada dos meios de produção e na divisão do trabalho a partir do assalariamento). E aí, a agricultura patronal, como parte orgânica da institucionalização histórica do sistema, seria muito mais eficiente⁸³. Em virtude destas limitações estruturais, a produção camponesa para estes autores, seria necessariamente voltada ao auto-consumo (segurança alimentar) e não direcionada ao mercado (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Deste ponto de vista, estudar, ou mesmo propor políticas públicas voltadas a este segmento, o “campesinato”, como se este fosse um “player” numa economia capitalista, seria um contra-senso. Para os defensores deste conceito, o “campesinato” está fadado a tornar-se estatisticamente desprezível como ator econômico, embora “... a redução da importância relativa da pequena produção [agrícola de base familiar] [...], não implica, em absoluto, a necessária eliminação da mesma” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 135). Portanto, dada a dinâmica do sistema político-econômico vigente, cabe aos pesquisadores e ao Estado, respectivamente, estudar e propor políticas públicas ao “campesinato” como um setor social excluído. Assim, a reforma agrária seria vista como uma espécie de “justiça social” (e pontual), viabilizando ao campesinato (como ator político) uma participação mais ativa nas políticas públicas. Sem que isso pudesse acarretar no risco de “‘eliminação’ do progresso

⁸² “Não há como pensar o progresso técnico fora dos padrões concorrenciais determinados pelos mercados capitalistas.” (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 62)

⁸³ “...como ensinava Marx, a história não resolve problemas não formulados. Ora, o problema que foi objetivamente formulado [“agricultor familiar” X “velho latifúndio feudal”], teve objetivamente uma solução cabal no aparecimento de um personagem histórico novo, o empresariado capitalista agrícola [“ou a fazenda estatal ou cooperativa socialista – o que, por falta de questões objetivas, resta apenas a primeira...”], que sabe apoiar-se na indústria mecânica, na indústria química e na ciência agrônoma...” (RANGEL, 2004, p. 236)

técnico” (HOFFMANN e KAGEYAMA, 1985, apud GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 135) da agricultura, a partir de sua “campenização” em larga escala.

Neste ponto encontra-se o cerne da divergência entre o conceito de camponês e de agricultor familiar, pois para os defensores da “agricultura familiar” além deste setor possuir uma participação econômica significativa na produção agropecuária da maioria dos países desenvolvidos, ele “foi decisivo no próprio processo de modernização⁸⁴” (ABRAMOVAY, 1994, p. 101). Segundo Guanzioli (2001), um caso típico deste processo de modernização se deu no Japão, onde foi possível conciliar inovação tecnológica e aumento de produção sem dispêndio de mão de obra (familiar) no campo⁸⁵. Ou seja, um processo dinâmico que contraria a hipótese de que “uma atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se [...] em laços de parentesco e onde a participação de mão de obra não contratada seja [estrategicamente] importante” (ABRAMOVAY, 1992, p. 209) não teria condições de se desenvolver na moderna economia capitalista⁸⁶.

Para estes autores, a permanência da agricultura familiar no capitalismo moderno, contrariando a interpretação de que sua participação se tornaria periférica à medida que este sistema se expandisse para o campo, ocorre por uma série de questões. Entre elas, as condições biológicas da produção agrícola, a inexistência de uma correlação linear entre eficiência e o tamanho das unidades produtivas, e, por fim, um dos fatores mais determinantes, a “opção política” por uma determinada estratégia de desenvolvimento das sociedades industriais de massa (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 2007).

Quanto às especificidades biológicas e de escala da agricultura, ainda no século XVIII Adam Smith (1988, p. 19) já lembrava que, em virtude de suas características, o processo produtivo agrícola “constitui talvez a razão por que o aprimoramento das forças produtivas do trabalho nesse setor nem sempre acompanha os aprimoramentos alcançados nas manufaturas”. Isto se deve ao fato da produção agropecuária estar limitada ao tempo biológico de crescimento das plantas e animais, impossibilitando assim uma divisão contínua e crescente

⁸⁴ Grifo meu. Mais à frente, Abramovay (1992, p. 210) complementa: “...é em torno do estabelecimento familiar que se estrutura socialmente a agricultura nos países capitalistas avançados.”

⁸⁵ “Assim, quando as máquinas e equipamentos poupadores de trabalho começaram a ser utilizados, observou-se uma queda na quantidade de trabalho por hectare nas culturas individuais, mas um aumento do emprego agrícola global.” (GUANZIROLI, 2001, p. 26)

⁸⁶ “... ou os países capitalistas centrais, onde o peso do trabalho assalariado na agricultura é minoritário, e às vezes irrisório, são “pouco” capitalistas...” (ABRAMOVAY, 1992, p. 255)

de tarefas, e, conseqüentemente, uma organização social e um progresso técnico compatível à produção artificial operada pelas firmas capitalistas. Assim, por maior que seja a “artificialização” da produção agrícola, através da participação de máquinas, insumos químicos e material geneticamente modificado, enquanto “depender de sua base biológica a agricultura jamais será uma indústria” (ABRAMOVAY, 1992, p. 246).⁸⁷

O terceiro fator que contribuiu, conforme este paradigma, para a predominância da agricultura de base familiar no processo de desenvolvimento na maioria dos países de capitalismo avançado, foi o papel exercido pelo Estado como agente coordenador do processo de desenvolvimento.

Nestas sociedades de base industrial, dinamizadas por um mercado consumidor de massa, a agricultura como fornecedora de alimentos, que se espraia e, conseqüentemente, influencia todos os setores da economia, tem um papel dinamizador muito importante. Porque à medida que os trabalhadores despendem uma parte menor de seus vencimentos para gastos com alimentação, isso lhes possibilita direcionar uma parcela maior de seus salários, por exemplo, em bens de consumo duráveis, construção civil e serviços em geral; criando assim um círculo virtuoso na economia⁸⁸ (industrial e de massas) destes países. Além disso, possibilita também um rebaixamento dos custos de produção, com resultados positivos na poupança interna (com acúmulo de capital para novos investimentos), na renda dos capitalistas, e, conforme já mencionado, no orçamento dos trabalhadores. Em resumo, na dinâmica de desenvolvimento destes países, a agricultura em geral, e será visto a seguir, sua forma familiar de produção em especial, possuem um papel estratégico fundamental.

Cabe então a pergunta: por que a produção agrícola de base familiar foi politicamente

⁸⁷ Como foi mencionado no primeiro capítulo, as características biológicas da agricultura também são trabalhadas por “autores marxistas”. Na obra de Goodman et. al. (1990), esta “base biológica” não é vista como um elemento a mais a contrariar a tese sobre a “insustentabilidade da produção familiar rural frente o avanço do capitalismo”. Mas ao contrário, é vista como a própria fundamentação desta tese. Para os autores da obra, é a “base biológica” quem viabiliza esta “anomalia” (a pujança e persistência de uma produção não capitalista - de base familiar). Distorção que vem sendo lentamente transformada. É apenas questão de “tempo” (processo histórico) para uma agricultura sujeita aos caprichos da vida, ser totalmente artificializada pelas forças do capital. Através de dois fenômenos, já citados: “apropriacionismo” e “sustitucionismo”. Em outras palavras, à medida que a “indústria”, e, portanto, o “sistema capitalista” progride, ele passa, lentamente, a eliminar esta “base biológica”. Exclui-se aí, a própria “agricultura”, e com ela a produção familiar rural.

⁸⁸ É importante frisar que a redução no preço dos alimentos provoca não “apenas” um aumento no consumo de outros bens, mas também no consumo dos próprios alimentos, puxando assim a produção destes, com efeitos positivos nos transportes, armazenagem e comunicações; além das indústrias de bens de capital, extrativas, distribuição de eletricidade, gás e água. O desenvolvimento rural (a partir da produção de base familiar) como fator dinamizador (impulsionando estes setores), e harmonizador (inibindo o êxodo rural) da economia.

eleita pelas nações capitalistas mais desenvolvidas, em detrimento da chamada agricultura patronal? Ou ainda, para facilitar o diálogo com o outro paradigma: “qual a base material que deu força à modernização desta ideologia durante todo o processo de modernização da agricultura...” (VEIGA, 1994, p. 84)? Segundo estes autores (VEIGA, 1994; ABRAMOVAY, 1992, GUANZIROLI, et al., 2001), além das questões biológicas e de escala, a institucionalização de uma agricultura de base familiar dispersa numa infinidade de unidades produtivas, economicamente viáveis e capazes de incorporar novas tecnologias⁸⁹, seria a composição sócio-econômica ideal para garantir com relativa segurança⁹⁰ uma oferta constante e crescente de alimentos, a preços declinantes. Ou seja, uma estratégia político-econômica necessária para fazer girar, com certa segurança, a roda de economias industriais calcadas no trabalho assalariado e no consumo de massa.

Neste sistema, o Estado democrático, enquanto instituição síntese dos interesses coletivos de uma sociedade capitalista em formação⁹¹, cumpre seu papel de equacionar a disputa entre os objetivos dos grandes produtores rurais que pregam, no mínimo, o livre mercado de terras e da produção agrícola; e os interesses da grande massa de trabalhadores urbanos e industriais capitalistas, por uma oferta abundante de alimentos a preços declinantes. Como resultado deste processo histórico de disputas entra a estratégia de produção rural⁹² baseada na agricultura familiar. Uma configuração político-econômica que permitiu de maneira muito eficiente aos países capitalistas centrais fazer com que os gastos salariais da massa trabalhadora com gêneros alimentícios fossem diminuídos, permitindo assim um aumento no consumo de produtos industrializados e serviços diversos.

Outra forma do referido paradigma responder ao porquê da opção política pela agricultura familiar, além de sua base técnica (ou material) necessária para garantir a eficiência do sistema⁹³, é a atuação de um conjunto de elites políticas representativas deste

⁸⁹ Veja o conceito de “treadmill” em Abramovay (1992) e Veiga (1994).

⁹⁰ “... o Estado preserva esta estrutura familiar e competitiva [...], pois ela assegura o controle institucional sobre a renda agrícola e os preços alimentares, que seria impossível caso o setor tivesse a mesma concentração econômica que a indústria automobilística, por exemplo.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 227)

⁹¹ “... a criação das novas formas de consumo [...] se tornariam vitais tanto para a acumulação capitalista quanto para sua coesão social.” Abramovay (1992, p. 230)

⁹² Uma vez que, “quem aceitava produzir em troca de uma renda corrente inferior aos salários urbanos – mesmo que a expectativa dos ganhos patrimoniais pudesse ser alta – eram principalmente os agricultores familiares.” (VEIGA, 1994, p. 90)

⁹³ Lembrando que para este paradigma, esta “base material” não é a razão determinante, embora necessária. Tendo o “ideal” como fator causal último, a base “técnica” (ou material) em evidência, é, portanto, *uma* dentre infinitas possibilidades, construída (historicamente) a partir de determinada vontade (consciente, ou não) posta

segmento agrícola, do empresariado industrial e dos sindicatos de operários. Pois, não é por acaso que nos Estados Unidos, por exemplo, berço do capitalismo (com grandes conglomerados e corporações) se possa chegar a um nível de concertação política a ponto de declarar que seu

congresso acredita firmemente que a manutenção do sistema de agricultura familiar é essencial para o bem-estar social da Nação e para a produção competitiva de alimentos e fibras adequados. Além disso, o Congresso acredita que qualquer expansão significativa de grandes empresas corporativas de propriedade não-familiar será pernicioso ao bem estar nacional. Food and Agricultural Act, 1977 (Veiga, 1994, p. 86)

O mesmo pode-se afirmar do Japão que conseguiu construir, através da ação do Estado, um eficiente processo de modernização de seu setor agrícola através da agricultura familiar (GUANZIROLI, et al., 2001). Por outro lado, também é possível apresentar exemplos bem sucedidos de um protagonismo político dos próprios agricultores familiares através da criação de cooperativas rurais, especialmente nos países capitalistas europeus (ABRAMOVAY, 1992).

A partir desta concepção sobre o papel da agricultura familiar no processo de desenvolvimento das nações capitalistas, a reforma agrária é vista como uma política pública estruturante do meio rural, com vistas a articulá-lo dinamicamente com o espaço urbano industrial e de serviços. Nas palavras de Veiga (1994, p. 91) “é esse o objetivo estratégico que dá sentido econômico a reforma agrária”. E é nesta perspectiva estratégica mais ampla, que o economista americano Douglas North (1977b) pode contribuir. Apresenta-se aqui seus estudos sobre o processo de desenvolvimento regional dos Estados Unidos como uma leitura que amplia os “limites alimentares” da agricultura. Tese aceita pelos dois paradigmas anteriores como sendo o principal papel deste setor na dinamização de um sistema capitalista urbano-industrial baseado na produção e consumo em massa.

Para melhor entendimento desta questão, é importante apresentar, mesmo que sucintamente, sua teoria⁹⁴ para explicar o “crescimento econômico”⁹⁵ diferenciado dos

em curso pelos atores sociais.

⁹⁴ “Teoria da Base de Exportação” (PAIVA, 2004). Para maiores detalhes ver ainda Paiva (2008), onde, em artigo recente, afirma que “não seria exagero pretender que a principal conclusão da pesquisa é que o modelo simplificado (porquanto restrito à especialização agrícola) de desenvolvimento regional de North *tem o máximo poder explicativo* do desempenho sócio-econômico diferenciado dos municípios gaúchos ao longo do período analisado”.

Estados Unidos e de suas regiões. Para isso, o autor lança mão do conceito de “base de exportação”⁹⁶, onde a “agricultura” tem um papel preponderante⁹⁷. Afinal, a produção primária por definição, e as atividades agropecuárias em especial, são a forma menos dispendiosa em capital e tecnologia para se iniciar um processo produtivo, além deste tipo de produção (commodities) terem livre entrada no mercado. Daí porque, ser a especialização regional em determinados produtos agrícolas as bases do processo de desenvolvimento econômico. Em sua teoria o autor contraria a idéia de que o desenvolvimento econômico passa necessariamente por uma lógica “etapista”, a partir do abandono da agricultura para um processo de industrialização, onde o “crescimento econômico está associado à industrialização e a estagnação à agricultura”⁹⁸ (NORTH, 1977b, p. 342). Afinal, para North (1977a, p. 312) “não há nada que impeça que a população e a renda per capita cresçam em uma região cuja base de exportação seja agrícola”. Vale lembrar, entretanto, que com isso o autor não quer dizer que uma produção exclusivamente agrícola represente um modelo de dinamismo econômico. Afinal, para este economista “a especialização agropecuária é tão somente o ponto de partida de um processo de desenvolvimento (ou estagnação) determinado por seus desdobramentos distributivos e tecnológicos” (PAIVA, 2008, p. 6). Em suma, “não se trata de uma questão de agricultura versus industrialização” (NORTH, 1977b, p. 342), pois para o autor o papel da produção agropecuária, bem como a estruturação deste setor, é parte integrante da dinâmica do próprio desenvolvimento econômico.

À medida que Douglas North não vê o setor agropecuário como um “mero” fornecedor de alimentos e sim como “base de exportação”, acredita-se que ele consegue superar o impasse entre os dois paradigmas anteriormente trabalhados. E desta forma recolocar a questão sobre quem é mais eficiente nisso (produzir fibras e alimentos). Um dos impasses na disputa entre as chamadas a agricultura empresarial versus familiar, para ver quem cumpria melhor este papel. Sob o enfoque apresentado por North a questão não é saber quem é mais eficiente política e economicamente para fornecer com certa segurança de continuidade

⁹⁵ Embora este economista use o conceito de “crescimento econômico” em artigo escrito em 1955, acredita-se que sua leitura da realidade, a partir de bases históricas, sociais e políticas, coadunem com a idéia, aqui trabalhada.

⁹⁶ Apesar da “expressão “base de exportação” [servir] para designar, coletivamente, os produtos de exportação de uma região” (NORTH, 1977a, p. 298). Neste mesmo artigo, North (1977a, p. 306) ressalta que “são os produtos agrícolas de exportação que fornecem a alta renda que permite ao Estado sustentar um alto nível de serviços”.

⁹⁷ Apesar do conceito “base de exportação” não se restringir, exclusivamente, aos produtos agropecuários, pois ele serve “para designar, coletivamente, os produtos de exportação de uma região” (NORTH, 1977a, p. 298).

⁹⁸ Pensar desta forma “confunde todo o problema de mudança econômica e reflete uma leitura mal feita da história econômica dos últimos dois séculos” (NORTH, 1977b, p. 342).

alimentos fartos e baratos à massa de trabalhadores. E sim, saber como se comportam os diferentes segmentos produtivos da agricultura (o familiar, e o patronal) nesta dinâmica. Afinal, mesmo que para North (1997b, p. 335, 336) “a expansão de um setor de exportação seja uma condição necessária, [ela não é] suficiente, para o crescimento regional”, uma vez que isto irá depender da “disposição da renda recebida fora da região”. E isso, para o autor, irá depender das “conseqüências decorrentes da natureza tecnológica da função de produção” (NORTH, 1977b, p. 336), ou seja, as características do produto agropecuário de exportação. Dito de outra forma, “se o produto de exportação for um bem da lavoura do tipo “extensivo”, que é relativamente intensivo de trabalho e que goza de rendimentos crescentes de escala significativos”, isso trará uma configuração menos dinâmica e harmônica, pode-se acrescentar, ao desenvolvimento; se comparada com outra região onde o “produto de exportação” seja um bem que “pode ser produzido mais eficientemente em fazendas familiares” (NORTH, 1997b, p. 336).

A partir deste argumento, o autor passa a levantar os processos históricos e seus elementos empíricos que dão fundamento a sua tese. Apesar do abuso das citações, vale registrar mais duas partes de seu clássico artigo “A agricultura no crescimento econômico regional”, para exemplificar como o autor fundamenta sua análise.

No outro extremo da escala de renda, os proprietários das lavouras de tipo extensivo se inclinariam a despendar a maior parte de sua renda com bens de consumo de luxo, que seriam importados. [...] Com uma distribuição de renda mais equitativa, existe demanda para uma grande variedade de bens e serviços, parte dos quais seria produzida internamente, induzindo assim uma diversificação dos investimentos (NORTH, 1997b, p. 337).

Por fim,

na sociedade gerada pela lavoura tipo “extensivo”, com sua distribuição de renda muito desigual, o proprietário de terras seria extremamente relutante em dedicar [apoiar] as receitas fiscais a investimentos em educação ou pesquisa que não as diretamente relacionadas com o produto básico da região. [...] Em contraste, a região com uma distribuição de renda mais equitativa, seria bem consciente de que vale a pena melhorar sua posição comparativa através da educação e da pesquisa e, conseqüentemente, estaria mais disposta a orientar os gastos públicos nessa direção. O resultado seria uma melhora relativa na sua posição comparativa em vários tipos de atividade econômica e, conseqüentemente, a ampliação da base econômica resultante (NORTH, 1997b, p. 337).

Aqui está em essência sua tese sobre o papel da instituição “agricultura familiar” no processo de desenvolvimento regional, e por aí se conclui também no desenvolvimento da

própria nação.

2.1 As teorias sobre o desenvolvimento “agrícola” e o paradigma adotado – uma relação complementar

Antes de se iniciar a apresentação das informações coletadas e sistematizadas neste segundo capítulo, é importante destacar que elas foram trabalhadas a partir do mesmo questionário apresentado no capítulo anterior e seguem uma metodologia semelhante, com algumas especificidades que serão detalhadas em seguida. Neste sentido, também vale ressaltar mais uma vez que, metodologicamente, estas questões estão fundamentadas na crença de que a dinâmica social é historicamente construída a partir da maneira como os atores sociais vêem a realidade (e daí, tomam posição frente a ela). Em outras palavras, parte-se do pressuposto que o porvir histórico é construído a partir das “vontades” dos atores sociais, as quais são forjadas tendo por base seus valores, ou aquilo que acreditam ser “mais importante”.

Neste sentido, as teorias anteriormente apresentadas sobre o papel da “agricultura”, suas distintas configurações institucionais e sua participação no processo de desenvolvimento, ajudam a construir um ferramental analítico que permite realizar o que Weber (2006, p. 17) chama de “um exame dos ideais com base no postulado da *ausência de contradição do objeto da vontade*”. Em outras palavras, este arcabouço teórico oferece um parâmetro de análise para que se possa compreender a essência das infinitas, complexas e contraditórias razões pelas quais, parafraseando o referido autor, “real e supostamente lutaram e lutam” os dirigentes sindicais do sudeste paraense.

Trazendo as questões para um plano mais operacional, no que se refere ao objetivo imediato dos questionários propriamente ditos, pode-se dizer que se pretende com eles saber o “grau de conhecimento” dos dirigentes sindicais em relação às temáticas: político-partidária e “agrícola”⁹⁹. Ou seja, descobrir se há alguma diferença em termos de conhecimento de um dos temas em relação ao outro. Seguindo a lógica exposta nos parágrafos anteriores, partiu-se

⁹⁹ Será utilizado o termo “agrícola” entre aspas, porque, embora as perguntas que predominam esta temática diz respeito a questões específicas da agricultura, também há perguntas relacionadas a temática agrária, como por exemplo, o número de projetos de assentamento e de famílias assentadas.

da idéia de que os atores sociais, enquanto agentes políticos, buscam conhecer melhor as “esferas de ação” que consideram mais relevantes. Acredita-se, portanto, que estes dirigentes não atuariam, ou procurariam não atuar, ou mesmo valorizar, um “espaço político” que eles consideram pouco importante do ponto de vista estratégico. Ou seja, aquelas arenas que eles julgam não proporcionar a melhor resultante em termos de atendimento de seus interesses e de seus representados. Em síntese, busca-se investigar se há embasamento empírico a hipótese que sugere que as questões relativas à temática político-partidária, por serem mais valorizadas são também aquelas que os dirigentes mais conhecem.

2.2 O “grau de conhecimento” dos dirigentes sobre as duas temáticas – as questões e os ajustes necessários

Em relação ao questionário elaborado é importante tecer algumas observações. Foram feitas dez perguntas para cada uma das duas temáticas: político-partidária e “agrícola”. Neste sentido, procurou-se pautar as questões por aquilo que se considera relevante em relação ao tema. Além disso, cuidou-se também para que elas tivessem o mesmo nível de dificuldade, procurando evitar que a discrepância em termos do grau de conhecimento pudesse advir não dos temas em si, mas dos diferentes níveis de complexidade imputados às questões nas duas áreas. Também é importante ressaltar que as questões possuem um enfoque bastante instrumental¹⁰⁰, onde o conhecimento dos dirigentes é avaliado a partir de perguntas objetivas. Assim, as questões relacionadas à temática “agrícola” são elaboradas basicamente a partir de um enfoque econômico (produtivo-mercantil) e legal (legislação que regula a produção da bovinocultura leiteira¹⁰¹). As questões político-partidárias, por sua vez, são vistas sob a ótica eleitoral (votos conquistados) e também sobre a legislação vigente. Em resumo, procurou-se construir questões sobre o que se considera ser o “conhecimento típico” de um representante sindical “preocupado” com as disputas político-partidárias pelo poder do Estado, e com as questões mais específicas do desenvolvimento da produção familiar rural¹⁰².

¹⁰⁰ No sentido de que se busca avaliar o conhecimento “prático” dos dirigentes com relação a questões objetivas e bastante específicas, e não uma visão crítica e mais ampla sobre o contexto rural dos municípios da região.

¹⁰¹ As razões da escolha desta atividade agropecuária já foram explicadas no capítulo anterior.

¹⁰² Aqui não se trata de menosprezar as demais variáveis envolvidas nos processos de *desenvolvimento rural*, ou mesmo *territorial* (numa perspectiva mais ampla da relação entre rural x urbano). Apenas priorizou-se este recorte mais específico para, de um lado, poder avaliar as questões de maneira mais objetiva; e, de outro, por que se busca avaliar um tipo de conhecimento instrumental, necessário para tomada de decisão. Exemplo disso é a forma de cálculo dos coeficientes eleitoral e partidário e o retrospecto eleitoral dos candidatos – variáveis necessárias para se negociar as políticas de aliança nas eleições proporcionais. Ou, nas questões “agrícolas”, o

Quanto à sistematização das respostas, elas serão feitas a partir de sua comparação com os “dados oficiais”¹⁰³. Em outras palavras, cada resposta do entrevistado será comparada com a “informação oficial”, e a partir daí enquadrada conforme seu grau de acerto. Para isso, no caso específico das informações “agrícolas” sobre o número de projetos de assentamento (PA), famílias assentadas e financiamentos liberados, foi feito um ajuste nos dados do INCRA, que estão organizados por município. Isto se dá, porque as respostas dos dirigentes são sempre relacionadas ao espaço de atuação política do sindicato municipal, o qual, não necessariamente se restringe aos limites territoriais de cada município¹⁰⁴. É importante ressaltar que estes ajustes foram feitos, uma vez que a intenção do questionário não é saber se o dirigente possui um conhecimento formal daquela questão (o dado oficial), e sim descobrir se ele domina a informação numa lógica mais prática. Como se tinha um conhecimento prévio da realidade de cada município, em termos de quais PAs são politicamente representados pelos sindicatos municipais, criou-se uma nova “relação oficial” ajustada para estes casos. Para melhor entendimento, pode-se verificar o ANEXO B.

Conforme mencionado no parágrafo anterior, a tabulação das respostas foi feita a partir de sua comparação com o referido “dado oficial” (ajustado ou não). Para efetivar isso, tomou-se algumas decisões arbitrárias, acreditando assim se alcançar um resultado mais fidedigno da realidade que se busca investigar, ou seja, do “grau de conhecimento” dos dirigentes. A primeira decisão foi fugir da dicotomia: certo, ou errado. Primeiro, porque algumas questões são de difícil precisão, especialmente devido à falta de informações mais confiáveis no que se refere aos aspectos produtivos e comerciais. Segundo, porque seria exagero supor que alguém devesse conhecer com exatidão, por exemplo, o número de eleitores de um município.

A partir das questões acima apresentadas, optou-se por construir três faixas de enquadramento para as respostas dos dirigentes, conforme seu grau de dispersão em relação ao que se considera o “dado oficial”. Estas faixas, com seus respectivos percentuais, também

custo de produção e as margens de apropriação dos agentes na cadeia produtiva do leite. Informações indispensáveis para o sindicato, por exemplo, negociar junto aos laticínios o melhor preço de venda do leite, principal produto da agricultura familiar na região do sudeste paraense.

¹⁰³ Estas informações (as respostas “corretas” das perguntas) serão coletadas em órgãos governamentais, entidades de classe, institutos de pesquisa e instituições financeiras, etc. Algumas delas sofrerão ajustes, conforme será visto a seguir, por isso, as aspas.

¹⁰⁴ O caso mais comum é quando o assentamento está localizado, por exemplo, a vinte quilômetros da sede do município vizinho, e mais de cem da sede de seu próprio município. Nestes casos, normalmente, os agricultores também são sindicalizados e possuem o título de eleitor do município vizinho.

foram estabelecidas de forma arbitrária pelo pesquisador. Assim, tem-se a seguinte classificação: a) “corretas” - até 10% maior, ou menor; b) “distorcidas” - mais de 10% e até 20% maior ou menor; c) “incorretas” - mais de 20% superior, ou inferior. A idéia com esta flexibilização, conforme anteriormente mencionado, é poder captar melhor a “verdadeira” diferença em termos do “grau de conhecimento” de uma temática em relação à outra, por parte dos dirigentes entrevistados.

Outra observação, agora mais específica, referente às questões 14 e 14.1 sobre forma de cálculo dos coeficientes eleitoral e partidário. As respostas destas perguntas são fórmulas (que o entrevistado deve descrever) e, portanto, não podem ser enquadradas na mesma metodologia proposta anteriormente para as questões quantitativas. Neste caso, a ponderação com base nos três enquadramentos propostos irá requerer um julgamento do pesquisador, cabendo a ele definir o grau de “acerto”, “distorção” ou “erro” da resposta. Com relação ao ano de referência para as questões eleitorais, utilizou-se o pleito de 2004 nas perguntas sobre o desempenho dos candidatos, e o de 2008 (ano da pesquisa) para perguntar sobre a estimativa de coeficiente eleitoral da próxima eleição¹⁰⁵.

Nas questões “agrícolas” têm-se as seguintes situações. Naquelas relativas ao conhecimento sobre a produção e comercialização agropecuária municipal (questões 3.3 em diante), faz-se referência especificamente à bovinocultura leiteira. Isto pelo fato desta atividade ser considerada predominante na produção familiar rural da região¹⁰⁶. Mesmo assim, caso o dirigente tenha respondido (na questão 21) que: a) não há no município uma atividade/produto principal; b) esta atividade principal é “o gado” (incluindo aí também a bovinocultura de corte); c) a produção de leite é a atividade principal, mas que ela está decrescendo, ou estagnada. Então, ele não é perguntado sobre estas questões relacionadas a produção e comercialização do leite. Ou seja, apenas se pergunta sobre estas questões, para

¹⁰⁵ A idéia era saber se o entrevistado tem condições de estimar o coeficiente eleitoral do pleito seguinte, ou seja, o número mínimo de votos que um partido/coligação necessita para eleger um parlamentar. Lembrando, mais uma vez, que este é um dado, juntamente com o retrospecto/potencial de votos dos candidatos, fundamental para se negociar uma proposta de aliança eleitoral. Pode-se exemplificar com a seguinte situação. Um partido adversário está propondo uma coligação proporcional. Porém, o dirigente do partido que recebeu a proposta avalia que seu partido tem condições de atingir o coeficiente eleitoral (para eleger um vereador), por ter, por exemplo, vários candidatos com razoável potencial de votos, embora nenhum se destaque. Além disso, avalia que o outro partido não tem condições de atingir o coeficiente, mas tem um candidato com chances de fazer mais votos que o candidato mais votado de seu partido. Neste caso, supondo-se que fosse apenas esta a proposta, se este dirigente a aceitasse ele, muito provavelmente, estaria abrindo mão de eleger um candidato de seu partido para eleger um concorrente.

¹⁰⁶ As entrevistas com os dirigentes também vieram a confirmar este diagnóstico.

aqueles que consideraram ser realmente esta a atividade mais relevante para as famílias assentadas. Acreditando que o fato de assim classificá-la, devam conhecê-la melhor para bem representar os interesses de sua categoria¹⁰⁷. Na questão (21.2.5) sobre a relação das agroindústrias que compram o leite do município, como o número de empresas em alguns casos é muito pequeno (duas ou três), também fica difícil um enquadramento das respostas dentro dos percentuais apresentados. Neste caso, para se fazer um ajuste mais adequado dentro das três faixas de enquadramento das respostas, elas serão analisadas por município e individualmente¹⁰⁸.

Por fim, a partir da sistematização das respostas dos vinte e seis questionários, se obtêm um quadro resumo (Quadro 29) com dez linhas (as perguntas) e três colunas (a classificação das respostas: “aproximadas”, “distorcidas”, ou “imprecisas”) para cada uma das duas temáticas em análise. E, em cada célula do quadro, o percentual de dirigentes que responderam e se enquadraram naquela resposta. Por fim, se obtêm uma média final (somando-se os percentuais e dividindo por dez) para cada faixa de resposta nas duas temáticas. Seguindo a mesma equação apresentada no capítulo anterior¹⁰⁹, se obterá então um resultado entre 0 (zero) e 10 (dez), para cada tema, permitindo assim uma comparação entre o “grau de conhecimento” dos dirigentes.

2.2.1 O “grau de conhecimento” dos dirigentes – as possibilidades de combinações das respostas

Mesmo reconhecendo os limites metodológicos adotados, uma vez que se optou por trabalhar com questionários fechados e com tabulação de respostas sem se lançar mão de ferramentas estatísticas, acredita-se importante fazer algumas considerações sobre as diferentes combinações de respostas possíveis de serem encontradas. Para isso, o melhor caminho a seguir é apresentar as variáveis e suas possibilidades de combinação.

¹⁰⁷ Como se pretende defender a tese de que o conhecimento “político-partidário” é maior que o “agrícola”, procurou-se ao máximo evitar que alguma questão pudesse distorcer as respostas sobre esta última temática. Em outras palavras, ao se perguntar apenas para os dirigentes que acreditam ser este tipo de produção importante para as famílias de agricultores do município (um critério que se considera correto), acredita-se que a média de acerto destas respostas deve se elevar. A idéia com isso é se avaliar (dentro de critérios que se acreditam corretos) a falseabilidade da hipótese.

¹⁰⁸ Para maiores informações vide Anexo E da relação dos laticínios por município.

¹⁰⁹ Multiplicando cada um dos três percentuais (de cada temática), respectivamente, por 0,1; 5; e 9,99; e somando seus três resultados.

Quadro 08 - Combinações possíveis de resultado do “grau de conhecimento” dos dirigentes sobre as temáticas político-partidária e “agrícola”

Nº DE COMBINAÇÕES	RESULTADOS POSSÍVEIS POR TEMÁTICA	
	"Político-partidário"	"Agrícola"
01	“aproximado”	“aproximado”
02	“aproximado”	“pouco preciso”
03	“aproximado”	“distorcido”
04	“pouco preciso”	“aproximado”
05	“pouco preciso”	“pouco preciso”
06	“pouco preciso”	“distorcido”
07	“distorcido”	“aproximado”
08	“distorcido”	“pouco preciso”
09	“distorcido”	“distorcido”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da metodologia proposta

A partir destas nove possibilidades de combinações de respostas, para as duas temáticas, procurou-se agrupá-las de acordo com suas diferentes possibilidades de interpretação. A primeira opção foi separar as combinações que se supõe reforçar esta segunda hipótese. Neste sentido, foram selecionados quatro casos. Três casos típicos, nos quais o “grau de conhecimento” da temática político-partidária é maior que o da “agrícola” (N^{os}. 02, 03, 06). E um quarto caso (N^o. 01), no qual o “grau de conhecimento” sobre os dois temas se iguala, porém no patamar mais elevado (“aproximado”). Optou-se por incluir este caso neste enquadramento uma vez que os entrevistados são representantes sindicais e por ofício conhecem “aproximadamente” bem a realidade da categoria que representam. E daí, portanto, concluir-se que o fato de conhecerem também “aproximadamente” bem a realidade político-partidária indica deve-se a uma forte motivação para isso. Em outras palavras, indicaria que os dirigentes conhecem a temática “agrícola” por uma questão de ofício (trabalharam e convivem com quem trabalha nesta esfera). Mas também passaram a conhecer as questões “político-partidárias”, a ponto de igualá-las no mesmo “patamar elevado” das questões “agrícolas”. Acredita-se, porque consideram as primeiras, relativamente, mais estratégica.

Um segundo agrupamento de combinações traz aquelas que contrariam à segunda hipótese. Nesta situação entrariam as combinações onde o grau de conhecimento “agrícola” é maior do que o “político partidário” (N^{os}. 04, 07, 08).

E por fim, uma terceira situação. E um dos maiores limites desta metodologia de análise. As combinações (N^{os}. 05 e 09) onde o grau de conhecimento é idêntico, porém situado nos patamares inferiores (“distorcido”, ou “pouco preciso”). Pouco se pode concluir a partir destes resultados, sobre qual seria a temática mais, ou menos, valorizada. Porém, vale a pena tecer algumas considerações sobre o último caso (n^o. 09). Primeiro, reconhecer mais uma vez que ele, de forma isolada, pouco esclarece sobre o que se pretende analisar a partir da segunda hipótese levantada. No entanto, metodologicamente falando, caso a primeira hipótese tivesse sido confirmada, essa combinação de um conhecimento “pouco preciso” sobre as duas temáticas, contribuiria significativamente para reforçá-la. Afinal, um “desconhecimento” geral em relação aos dois temas, combinado com um “perfil” distante do corpo dirigente, exporia a grave situação do ponto de vista da falta de vitalidade política que se encontraria a direção sindical dos agricultores familiares do sudeste paraense¹¹⁰.

2.2.2 O “grau de conhecimento” dos dirigentes – descrevendo as evidências coletadas

Conforme já relatado, foram selecionadas dez questões para cada uma das temáticas. Assim, mesmo ciente do incômodo de se ler as informações sistematizadas de cada uma das dez questões de cada tema, optou-se por apresentá-las de forma detalhada a fim de dar transparência e facilitar a análise das respostas. Mas antes de apresentá-las é importante tecer algumas considerações.

Nas questões político-partidárias todos os vinte e seis entrevistados responderam as dez questões. Já na temática “agrícola”, conforme havia sido mencionado, cinco entrevistados não responderam as últimas seis questões sobre pecuária leiteira. Quatro deles por afirmarem que no município não havia uma produção principal, e um que apesar de considerar o “gado” como a atividade principal, informou que a produção de leite encontrava-se “estável”.

¹¹⁰ Um resultado desses estaria alertando, se fosse o caso, para um processo onde os dirigentes encastelados nas suas organizações, perdem, como diria Abramovay (2006), “o encantamento em que nasceram, deixam-se devorar pela rotina e acabam reduzindo seu poder de contestação, tão importante para a construção da democracia e do desenvolvimento”. Uma espécie de “burocracia oligarquizada”, misto de um poder consolidado com práticas rotineiras de baixo dinamismo e eficiência. Um processo que se acreditaria poder demonstrar, mas as evidências, porém, não apontaram nesta direção.

Conforme já mencionado, as questões “agrícolas” apresentaram uma relativa dificuldade no que se refere à coleta de dados confiáveis, especialmente quando não se dispunha de informações oficiais. Por esse motivo, procurou-se sempre ponderar as respostas dos agricultores entrevistados, inclusive no sentido de, em alguns casos, levá-las em consideração no momento de se definir a “informação oficial” usada como parâmetro, assim como as margens de enquadramento a serem utilizadas. Um exemplo disso foi do preço médio do litro de leite, conforme será visto em seguida. Mesmo assim, considera-se que foi possível se chegar a respostas “oficiais” com um nível de precisão relativamente satisfatório, de modo a cumprir seu objetivo maior de estabelecer um parâmetro comparativo.

2.2.2.1 A temática político-partidária

a) Número de eleitores no município

Apenas um entrevistado não soube responder a esta questão. Entre aqueles que responderam “incorretamente”, dois apresentaram números inferiores e um superior ao dado oficial. Este último caso apresentou a maior distorção, informando um número de eleitores três vezes superior ao registrado no TSE.

Quadro 09 - Número de eleitores no município

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	20	02	04	26
Percentual	77%	08%	15%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

b) Número de votantes na última eleição

Não souberam responder a esta questão seis entrevistados. As dispersões daqueles que responderam “incorretamente” não passaram de 30% variando proporcionalmente para mais e para menos. Os resultados sistematizados podem ser avaliados a partir do resumo abaixo.

Quadro 10 - Número de votantes na última eleição

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	10	05	11	26
Percentual	39%	19%	42%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

c) Número seções eleitorais no município

Nesta questão, nenhum dos entrevistados soube responder corretamente. Em onze

casos eles disseram não saber a resposta. Com relação aos entrevistados que responderam “incorretamente”, pode-se destacar que embora tenha ocorrido uma variação pequena entre o número de casos com respostas superiores (05 casos) e inferiores (06 casos), pode-se perceber uma discrepância maior destes últimos. Na maioria deles a dispersão variou entre 121% e 145%. Houve apenas dois casos extremos de 241% e 275% de diferença, justamente em respostas inferiores ao dado oficial. Isto pode ter ocorrido pela confusão entre o número de seções eleitorais e o de locais de votação, este (mais conhecido e de fácil memorização) e sempre inferior ao primeiro.

Quadro 11 - Número seções eleitorais no município

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	00	04	22	26
Percentual	00%	15%	85%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

d) Cálculo do coeficiente eleitoral

Este coeficiente é uma espécie de “cláusula de barreira” de acesso ao poder legislativo. Se o partido (ou coligação) não ultrapassá-lo, caso outros partidos, (ou coligações) o façam, ele não elege nenhum candidato. Para fins de cálculo do coeficiente eleitoral, divide-se o número de votos válidos, ou seja, dados a candidatos regularmente inscritos e às legendas partidárias, pelo número de cadeiras a preencher¹¹¹ (na câmara de vereadores, neste caso). Veja a fórmula a seguir:

$$\text{Coeficiente eleitoral} = \frac{\text{Nº votos válidos (vereadores + legenda) do partido/coligação}}{\text{Nº de cadeiras na câmara}}$$

Normalmente, consideraram-se “distorcidas” as respostas em que o entrevistador informava de maneira equivocada um dos dois elementos da fração. Normalmente, no numerador informava o número de votantes (com brancos e nulos), ao invés de votos válidos. E, no denominador, informava que ele era um valor fixo de “dez por cento”, por exemplo. Querendo com isso dizer que o coeficiente era dez por cento dos votos válidos. Nos casos específicos em que se confirmou depois que o número de vagas na câmara era igual a dez (Itupiranga e Jacundá) considerou-se “correta” esta resposta. Por dois motivos. Primeiro,

¹¹¹ Resolução TSE n. 21.635/2004

porque não se tem certeza de que o entrevistado realmente não sabia, uma vez que poderia ser apenas uma forma mais fácil de dizer como se obtinha o coeficiente naquele município. Segundo, porque do ponto de vista instrumental, o dirigente estava capacitado para realizar aquele tipo de análise. Lembrando que, conforme já mencionado, conhecer esta fórmula, assim como o retrospecto eleitoral dos candidatos é fundamental no momento de se construir as estratégias de alianças proporcionais.

No resumo das respostas abaixo se pode avaliar melhor o resultado final desta questão.

Quadro 12 - Cálculo do coeficiente eleitoral

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	07	08	11	26
Percentual	27%	31%	42%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

e) Cálculo do coeficiente partidário

O coeficiente partidário serve para se definir o número de vereadores eleitos por partido, ou coligação proporcional quando houver. Neste sentido, a primeira fase deste cálculo é verificar se o número de votos do partido (ou coligação) é igual, ou maior, que o coeficiente eleitoral, pois do contrário ele não tem direito a assumir nenhuma vaga¹¹². Após esta confirmação, divide-se o número de votos válidos do partido (ou coligação) pelo coeficiente eleitoral (do município). Com isso encerra-se a primeira fase, ou seja, os números inteiros representam as primeiras vagas obtidas pelo partido (ou coligação). Estas vagas são preenchidas automaticamente pelos candidatos mais votados do partido (ou coligação).

1º Fase (para todo partido/coligação que atingiu o coeficiente eleitoral):

$$\text{Coeficiente partidário} = \frac{\text{Coeficiente eleitoral}}{\text{Nº votos válidos (vereadores + legenda) do partido/coligação}}$$

Caso ainda sobrem vagas parte-se para a etapa seguinte. Divide-se o mesmo número de votos válidos do partido, ou coligação, agora pelo número de vereadores já eleitos deste partido, ou coligação, mais 01. Aquele partido, ou coligação, que obtiver o número maior

¹¹² Caso nenhum partido, ou coligação, atinja o coeficiente eleitoral, serão empossados os vereadores mais votados (independentemente de partido, ou coligação).

(maior média) ganha mais uma vaga.

2º Fase (se não forem preenchidas todas as vagas, logo na primeira fase):

$$\text{Coeficiente partidário} = \frac{\text{Nº votos válidos (vereadores + legenda) do partido/coligação}}{\text{Nº de vagas conquistadas (na primeira fase) + 01}}$$

Se ainda tiverem vagas a serem preenchidas, repete-se sucessivamente este cálculo, lembrando que o partido (ou coligação) que ganhou a “última” vaga, deverá sempre acrescentá-la na sua nova divisão.

Somente dois entrevistados acertaram a resposta, conforme pode ser visto no resumo das respostas para esta questão.

Quadro 13 - Cálculo do coeficiente partidário

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	02	08	16	26
Percentual	08%	31%	61%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

f) Previsão do coeficiente eleitoral de 2008

Entre os quatorze dirigentes que “erraram” esta questão, doze disseram não saber respondê-la. Os outros dois casos de erros, tiveram uma dispersão pouco inferior a 30%, como pode ser verificado no resumo abaixo. Os demais responderam de forma “correta”, ou “distorcida”.

Quadro 14 - Previsão do coeficiente eleitoral de 2008

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	10	02	14	26
Percentual	38%	08%	54%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

g) Número de votos do vereador (ou candidato) menos votado do partido

Nesta questão perguntava-se o número de votos do vereador (quando havia vereadores eleitos), ou candidato (quando nenhum havia sido eleito), menos votado do partido a que o dirigente pertence. Convém ressaltar que todos os dirigentes entrevistados pertencem ao

Partido dos Trabalhadores, embora de diferentes tendências internas deste partido. Quanto à questão amostral, deve-se ressaltar que o pesquisador desconhece dirigente sindical vinculado à Federação e com o perfil proposto no recorte da pesquisa que seja filiado a outro partido político.

Um dos entrevistados não respondeu a questão, portanto, temos apenas vinte e cinco casos. Quatro disseram desconhecer esta informação. Entre os que “erraram” a resposta (07 casos), as distorções variam entre 25% e 200%, com um caso extremo de 1.050%.

Quadro 15 - Número de votos do vereador (ou candidato) menos votado do partido

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	12	02	11	25
Percentual	48%	08%	44%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

h) Número de votos do vereador (ou candidato) *mais* votado do partido

Esta questão é idêntica a anterior, com a diferença que se refere ao candidato mais votado do partido, eleito ou não para o cargo de vereador. Neste caso um dirigente também não respondeu, ficando um total de vinte e cinco casos. Nenhum entrevistado disse não saber, ou não conhecer este número. As dispersões não ultrapassaram 45%. Em sete casos os acertos foram de 100%. A partir das respostas pode-se elaborar o quadro resumo abaixo.

Quadro 16 - Número de votos do vereador (ou candidato) mais votado do partido

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	14	08	03	25
Percentual	56%	32%	12%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

i) Número de votos do vereador menos votado da Câmara Municipal

Nesta questão, buscou-se saber do dirigente o número de votos do vereador mais votado na atual gestão da câmara (eleito há quatro anos, na época da entrevista). Cinco dirigentes não souberam responder a esta questão. Um deles respondeu de forma incorreta. Em seis casos os acertos foram de 100%. Conforme pode ser visto no resumo abaixo, vinte dirigentes “acertaram” ou tiveram uma resposta “distorcida” entre 10% e 20% da informação oficial.

Quadro 17 - Número de votos do vereador *menos* votado da Câmara Municipal

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	16	04	06	26
Percentual	62%	15%	23%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

j) Número de votos do vereador mais votado da Câmara Municipal

Nesta questão buscou-se saber o número de votos do vereador mais votado da câmara. Em três casos os dirigentes não souberam responder a pergunta, e quatro responderam de forma “incorreta”. A distorção destas respostas variou em torno de 30%. Em seis casos os acertos foram de 100%. Abaixo pode ser analisado o resumo das respostas.

Quadro 18 - Número de votos do vereador *mais* votado da Câmara Municipal

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	17	02	07	26
Percentual	65%	08%	27%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

2.2.2.2 A temática “agrícola”

a) Número de projetos de assentamento.

A distorção máxima que ocorreu foi de 80%, no caso informando um número inferior ao original. A segunda maior distorção que ocorreu foi de 32% quando o dirigente informou um número superior¹¹³. Por outro lado, sete dirigentes (27%) responderam com exatidão a esta pergunta.

Ficou assim a tabulação das respostas dos dirigentes:

Quadro 19 - Número de projetos de assentamento

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	14	07	05	26
Percentual	54%	27%	19%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

¹¹³ O primeiro caso ocorreu, provavelmente, quando foram criados mais assentamentos no município sem que o dirigente se atualizasse. No segundo, provavelmente, devido a uma confusão entre o número de associações filiadas no Sindicato e o número de assentamentos. Normalmente o que existe é mais de uma associação por assentamento, principalmente nos mais antigos. Nestes casos criavam-se grandes projetos, onde eram assentadas milhares de famílias, e como forma de organização nestas dimensões territoriais, criavam-se mais de uma associação. Atualmente estas grandes áreas estão sendo divididas em vários PAs.

b) Número de famílias assentadas.

Quanto ao número de famílias assentadas, há no INCRA dois tipos de registros para se avaliar este dado. O primeiro, diz respeito a capacidade de assentamento, ou seja, é uma relação entre a área desapropriada e o tamanho dos lotes. O segundo é feito a partir da demarcação dos lotes e do registro do seu titular na chamada relação de beneficiário (RB). Embora a relação de beneficiários seja a melhor medida para se estimar o número de famílias assentadas no município, no questionário será perguntado ao entrevistado se sua informação refere-se à capacidade, ou às famílias cadastradas na RB. Nos casos dos assentamentos (mais recentes) que ainda não possuem nenhuma família cadastrada em RB¹¹⁴ será usada a capacidade em substituição ao número faltante de RBs.

Neste caso ocorreram grandes distorções, principalmente, nos municípios com maior número de assentamentos e famílias assentadas. Normalmente, as respostas foram superdimensionadas. Em um dos casos o número apresentado excedeu o dado oficial (ajustado) em 400%. Seis dirigentes (23%) responderam desconhecer esta informação.

Quadro 20 - Número de famílias assentadas

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	02	05	19	26
Percentual	08%	19%	73%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

c) Número de famílias financiadas com PRONAF A.

Em relação às famílias financiadas com créditos de custeio e/ou investimento na linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) modalidade “A” (para a reforma agrária), será perguntado apenas sobre as famílias atendidas pela cooperativa de prestação de serviços (COPSERVIÇOS). Isto se deve ao fato de que esta entidade, criada com apoio e participação da federação e seus sindicatos para prestar assistência técnica nos assentamentos, atuou praticamente com exclusividade para as famílias sindicalizadas nos assentamentos durante o período da pesquisa.

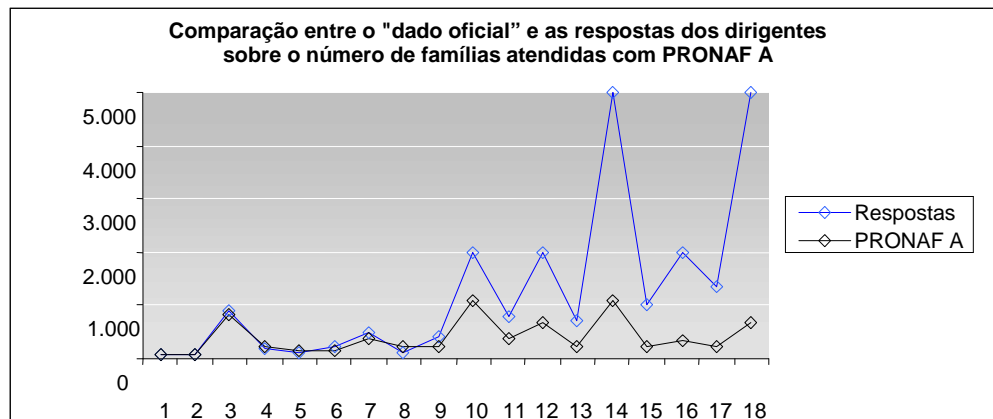
Nesta questão, oito entrevistados não souberam responder e dezoito apresentaram

¹¹⁴ Quando há qualquer registro na RB ele será considerado como definitivo, mesmo que todas famílias ainda não estejam cadastradas.

algum valor. Destes dezoito, quatorze responderam “incorretamente”, sendo que a maioria (doze casos), a exemplo da questão anterior, superdimensionou a resposta. Em oito destes casos a resposta superou o dado “oficial” em mais 200%, chegando até 734%. Por outro lado, em dois casos ocorreu o inverso, com uma das respostas 236% inferior.

Na ilustração a seguir, apesar da grande diferença entre municípios, alguns com menos de setenta famílias e outros com pouco mais de mil, é possível perceber o descolamento entre as respostas (dos dezoito casos que responderam) e a informação “oficial”.

Gráfico 04 – Comparação entre o “dado oficial” a as respostas dos dirigentes sobre o número de famílias atendidas com PRONAF A.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

Por fim, tem-se o quadro resumo desta questão sobre o número de famílias financiadas com PRONAF A (através da COPSERVIÇOS) no município.

Quadro 21 - Número de famílias financiadas com PRONAF A

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	03	01	22	26
Percentual	11%	04%	85%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

d) Índice de inadimplência do PRONAF A.

A primeira observação a ser feita foi a dificuldade de acesso a este tipo de informação, pois a cooperativa de assistência técnica (Copserviços) onde se buscou esta informação alega que os bancos não fornecem estas informações por conta do sigilo bancário. Por outro lado, os bancos não possuem um cadastro que viabilize um filtro por linha de crédito do PRONAF, ou prestadora de serviço. Mesmo assim, foi possível obter um dado mais geral do Banco da

Amazônia, informando que o índice de inadimplência do PRONAF na região, em dezembro de 2008, era de 19%. É importante destacar que neste índice estão incluídos, mesmo que minoritariamente os agricultores organizados pela FETRAF (Federação Nacional dos Trabalhadores(as) na Agricultura Familiar do Brasil), uma vez que o MST trabalha exclusivamente com o Banco do Brasil. Vale lembrar ainda que conforme informações da Copserviços, 80% de seus projetos foram financiados pelo Banco da Amazônia. Um dado bastante representativo, pois envolve, aproximadamente, quatro mil famílias.

Entre os vinte e seis entrevistados que responderam a questão, dez disseram não saber informar. Os demais informaram um índice que variou entre zero (quatro casos) e oitenta por cento (um caso). Os valores mais próximos a 19% considerado o dado “oficial” como parâmetro variaram entre 10% (quatro casos) e 30% (um caso). Pode-se concluir, portanto, que todas as respostas foram “incorretas”.

Quadro 22 - Número de famílias financiadas com PRONAF A

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	00	00	26	26
Percentual	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

e) O custo de produção do leite.

Conforme já mencionado anteriormente, foram utilizados alguns critérios de filtro para os entrevistados responderem as próximas questões relativas a bovinocultura leiteira. Com base nisso, portanto, cinco entrevistados não responderam. É interessante notar que entre os cinco que informaram, ou não haver uma atividade principal, ou que esta não era a bovinocultura leiteira, quatro criam gado nos seus lotes e um, inclusive, comercializa leite.

Mas antes de se partir para análise das respostas desta questão é importante mencionar que não foi possível obter informações confiáveis referentes ao custo de produção do leite. O único dado de campo que se obteve mais próximo à região foi um levantamento feito com trinta e um produtores pelo SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) no município de Redenção na região sul do Pará. Este levantamento realizado em 2008 não chegou a ser publicado, uma vez que a pesquisa teve de ser interrompida, no primeiro mês de atividade. A partir das planilhas fornecidas ao pesquisador, deste levantamento mensal, chegou-se um custo médio de produção de R\$ 0,35 (trinta e cinco

centavos) por litro. Por outro lado, tem-se a informação¹¹⁵ de que o custo de produção no estado de Rondônia é de R\$ 0,58 (cinquenta e oito centavos), e no Rio Grande do Sul de aproximadamente R\$ 0,53 (cinquenta e três centavos). Uma publicação da EMBRAPA Amazônia Oriental sobre gado leiteiro na região do nordeste paraense (GONÇALVEZ, 2005), apontou para um custo de produção (em valores corrigidos¹¹⁶) de R\$ 0,57 (cinquenta e sete centavos).

A partir destes dados fez-se a opção de estabelecer que os custos de produção aproximavam-se do preço de venda. Este, conforme será visto a seguir, foi estabelecido em R\$ 0,40 (quarenta centavos) por litro de leite no período do pico sazonal de preço (SANTANA, 2003), entre maio a agosto que foi período da pesquisa. Como apenas quatro dirigentes apontaram custos em torno de R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos) e R\$ 0,36 (trinta e seis centavos), considerou-se estas respostas corretas. Em dois casos, considerados “distorcidos”, eles informaram um custo de produção de R\$ 0,30 (trinta centavos). Mais de 50% dos entrevistados (onze casos) disseram não saber responder a esta questão.

Por fim, tem-se um resumo das respostas.

Quadro 23 - Custo de produção do leite

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	04	02	15	21
Percentual	19%	10%	71%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

f) O preço médio do leite pago ao produtor.

Antes de se relatar sobre as informações coletadas, é importante mencionar que devido à significativa variação entre municípios, empresas compradoras, linhas do leite (ou comunidades), volume de produção, etc; no preço médio do litro do leite pago ao produtor “na porteira”, não se estabeleceu um único valor como parâmetro. Em outras palavras, procurou-se neste caso estabelecer uma faixa de preço por litro, a qual ficou entre mais de R\$ 0,35 (trinta centavos) e até R\$ 0,45 (quarenta e cinco centavos).

¹¹⁵ tudorondônia.com Jornal Eletrônico 26/08/2008 - 16h01min - Atualizado em 26/08/2008 - 16h01min Disponível em: <<http://www.tudorondonia.com.br/ler.php?id=7996>> Acesso em: 30 de outubro de 2008. Jornal Correio do Povo, Porto Alegre 14 de novembro de 2008.

¹¹⁶ Corrigido através do portal da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul – FEE com base no Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas. Data base em janeiro de 2000 a partir do valor de R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos).

Todos os vinte e um entrevistados responderam sobre o preço médio pago ao produtor pelo litro de leite. Conforme o parágrafo anterior, considerou-se que nenhum entrevistado respondeu de maneira “incorreta”. Três tiveram respostas “distorcidas”, dois subestimando o preço com valores de R\$ 0,28 (vinte e oito) e R\$ 0,30 (trinta centavos), e um terceiro superestimando, com um preço de R\$ 0,50 (cinquenta centavos). Após estas considerações tem-se o seguinte resumo.

Quadro 24 - Preço médio do leite pago ao produtor

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	18	03	00	21
Percentual	86%	14%	00%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

g) Margem apropriada pelo atravessador na venda do leite.

Antes de se relatar as respostas, bem como a definição dos parâmetros utilizados para análise, é importante relatar como funciona o mecanismo de coleta do leite na região. Ele é feito basicamente de três formas: a) próprio produtor entrega “na plataforma”, ou seja, no laticínio, ou posto de coleta (resfriador); b) o próprio laticínio faz a coleta, ou terceiriza o serviço; c) o atravessador “compra” o leite do produtor e “revende” ao laticínio, uma espécie de compra casada, diferentemente da terceirização, pois apesar do “leiteiro” ser obrigado a revender o produto ao laticínio, é ele quem possui a propriedade sobre a chamada “linha do leite”. Por causas diversas¹¹⁷, os casos mais comuns de coleta de leite nos assentamentos são os dois últimos casos¹¹⁸.

Em estudo feito no mês agosto de 2006 no município de Eldorado dos Carajás (SEBRAE, 2006), o preço de transporte do leite (pago ao “leiteiro”) foi de R\$ 0,12 (doze centavos) por litro. Da mesma forma, as informações de campo coletadas pelo pesquisador indicam que este atravessador cobra entre dez e quinze centavos por litro de leite

¹¹⁷ Problemas de logística (distância e condições das estradas), falta de recursos próprios para compra de veículo para fazer as entregas, dificuldades de organização para gestão coletiva de um transporte, ou mesmo um posto de resfriamento comunitário. A exceção, neste último caso, é a cooperativa de um assentamento no município de São Geraldo do Araguaia que gerencia com relativo sucesso um posto de resfriamento. Com isso, ela consegue quebrar esse elo da cadeia, fazendo com que os cooperados fiquem com parte do lucro que iria para o atravessador.

¹¹⁸ Nestes casos cria-se praticamente um novo elo na cadeia de produção, reduzindo ainda mais a margem de apropriação por parte do produtor. Em um município da região onde predomina o último caso, do atravessador, já se ouviu os agricultores constatarem que eles deixaram de ser donos de seu leite, pois o “leiteiro” (dono da linha), passou a sê-lo.

transportado. Devido às dificuldades em se estabelecer um valor “oficial” para esta questão, e seguindo o exemplo da questão anterior procurou-se definir uma faixa de valores. Assim, a margem bruta (em reais) apropriada pelos atravessadores ficou definida entre mais de R\$ 0,10 (dez centavos) e menos de R\$ 0,20 (vinte centavos). Neste caso, somente foram considerados “corretos” os valores dentro desta faixa, sendo considerados “distorcidos” valores até 20% (vinte por cento) maiores ou menores que os extremos desta faixa de valores.

Nesta questão, sete entrevistados não souberam responder. Entre os cinco casos que responderam de forma “incorreta”, todas foram superdimensionadas. Quatro delas superando os 400%, chegando até 550%. Abaixo se tem um resumo das respostas para esta questão.

Quadro 25 - Margem apropriada pelo atravessador na venda do leite

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	07	03	11	21
Percentual	33%	14%	53%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

h) Preço médio de venda do laticínio para o varejo

Devido à grande variedade de produtos derivados do leite e com diferentes estratégias de comercialização, procurou-se usar como parâmetro apenas o leite in natura. Sabe-se que na época da pesquisa ele era repassado ao varejista (supermercados, padarias, etc) a R\$ 1,30 (um real e trinta centavos) e revendido ao consumidor final a R\$ 1,55 (um real e cinquenta e cinco centavos). Supondo-se que o laticínio compre o leite de um atravessador (“leiteiro”), e que este venda a R\$ 0,55¹¹⁹ (cinquenta e cinco centavos) o litro. Com base neste cálculo a margem bruta do laticínio (para o leite in natura) é de R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos), ou de aproximadamente 136% (cento e trinta e seis por cento). Nenhum entrevistado soube responder esta questão. Apenas três informaram, corretamente, o preço pago pelo consumidor pelo litro do leite in natura e pelo quilo do queijo parmesão. Porém, a intenção da pergunta era saber se os dirigentes conheciam, no mínimo, a margem bruta de apropriação da agroindústria (laticínio), ou seja, a diferença entre o valor de compra e o de venda do produto. E não apenas do preço pago pelo consumidor final, que também não deixa de ser um valor de referência.

¹¹⁹ R\$ 0,40 (média paga ao produtor) + R\$ 0,15 (média do preço cobrado pelo atravessador pelo frete)

Quadro 26 - Preço médio de venda do laticínio para o varejo

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	00	00	21	21
Percentual	00%	00%	100%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

i) Principais empresas compradoras do leite.

Três entrevistados não souberam relacionar o nome dos laticínios que operam, ou recebem o leite produzido no município. Em alguns casos o entrevistado, embora soubesse indicar o número de laticínios que compravam a produção de leite do município, ele sabia mencionar apenas o nome de um, ou dois, deles. Nestes casos, a resposta foi considerada “distorcida”. Por outro lado, nos casos como do município de Marabá, em que há 09 (nove) laticínios e um dos entrevistados relacionou nominalmente cinco deles, esta resposta é considerada “correta”. Tem-se abaixo a sistematização das respostas.

Quadro 27 - Principais empresas compradoras do leite

	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	Total
Nº de casos	06	12	03	21
Percentual	29%	57%	14%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

j) Instrução Normativa 51 do MAPA que regulamenta a produção, identidade e qualidade do leite.

Nesta questão, além de perguntar se o entrevistado conhecia a IN 51 do MAPA, se questionava também sobre o que ela versava, se o dirigente já havia participado de algum tipo de debate sobre este tema, e como ele avaliava esta regulamentação sobre o leite.

Todos os cinco entrevistados que responderam conhecer a IN 51, também acertaram quando disseram sobre o que ela tratava. Por outro lado, apenas dois responderam já terem participado de algum debate sobre este tema. Com relação à avaliação da IN 51, de um modo geral todos eles avaliaram positivamente, principalmente no que diz respeito à importância da qualidade do produto à população. Alguns dos entrevistados também criticaram o fato da falta de mais investimentos por parte do governo, em infra-estrutura básica (estrada, energia) e produtiva (armazenagem e transporte), para viabilizar a adequação do agricultor a esta nova legislação. Também comentaram sobre a falta de esclarecimento dos produtores sobre esta

normativa e das deficiências de fiscalização dos laticínios que não estariam seguindo adequadamente estas novas exigências.

Abaixo segue o resumo das respostas a esta questão.

Quadro 28 - Conhecimento sobre a Instrução Normativa Nº 51 do MAPA

	“conhece”	“não conhece”	Total
Nº de casos	05	16	21
Percentual	24%	76%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

2.2.3 Síntese do “grau de conhecimento” do corpo dirigente

A partir das informações apresentadas, é possível construir um quadro síntese do “grau de conhecimento” dos dirigentes sindicais do sudeste paraense:

Quadro 29 - Síntese sobre o “grau de conhecimento” dos dirigentes sindicais

TEMÁTICAS

POLÍTICO-PARTIDÁRIA				“AGRÍCOLA”			
QUESTÕES	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”	QUESTÕES	“corretas”	“distorcidas”	“incorretas”
a) Número de eleitores no município	77%	08%	15%	a) Número de PAs no município	54%	27%	19%
b) Número de pessoas que votaram na última eleição	39%	19%	42%	b) Número de Famílias assentadas	08%	19%	73%
c) Número de seções eleitorais no município	00%	15%	85%	c) Número de Famílias financiadas com Pronaf A	11%	04%	85%
d) Fórmula para calcular o coeficiente eleitoral	27%	31%	42%	d) Índice (%) inadimplência do Pronaf A	00%	00%	100%
e) Fórmula para calcular o coeficiente partidário	08%	31%	61%	e) Custo de produção do produto principal	19%	10%	71%
f) Previsão do coeficiente eleitoral de 2008	38%	08%	54%	f) Preço médio pago ao produtor	86%	14%	00%
g) Número de votos do vereador (ou candidato) menos votado do partido	48%	08%	44%	g) Preço médio de venda para o laticínio	33%	14%	53%
h) Número de votos do vereador (ou candidato) mais votado do partido	56%	32%	12%	h) Preço médio de venda para o varejo	00%	00%	100%
i) Número de votos do vereador menos votado da Câmara Municipal	62%	15%	23%	i) Principais compradores da produção leiteira	29%	57%	14%
j) Número de votos do vereador mais votado da Câmara Municipal	65%	08%	27%	j) IN n° 51 do MAPA	24%		76%
Resultado Síntese	42%	18%	40%	Resultado Síntese	26%	15%	59%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

A partir da síntese acima, e com base na metodologia adotada, é possível ponderar o “grau de conhecimento” dos dirigentes em relação às duas temáticas. Assim tem-se o seguinte resultado:

- Classificação do grau de conhecimento político partidário: 05 (“Pouco preciso”)
- Classificação do grau de conhecimento “agrícola”: 07 (“Distorcido”)

Este resultado, demonstrando um grau de “conhecimento” para a temática político-partidária relativamente superior ao apresentado para a temática “agrícola”, reforça a primeira hipótese. Com isso se quer dizer que há evidências de que o corpo dirigente valoriza mais a esfera de ação político-partidária do que a “agrícola”.

2.3 O que move os dirigentes sindicais no campo do sudeste paraense - decisões estratégicas e as concepções que lhes sustentam.

Como se pode interpretar o resultado evidenciado na sistematização dos questionários, quando o mesmo “diz” que a esfera político-partidária é mais valorizada que a “agrícola”? A leitura que se propõe aqui sobre esta evidência (conforme a hipótese levantada), é de que a visão predominante nos dirigentes sindicais tem como base o referencial do “paradigma marxista”¹²⁰ e daí a razão deste resultado.

Mas o que essencialmente se quer dizer com isso? Para responder a esta pergunta a primeira observação a ser feita é que, quem “lê a realidade sócio-econômica” a partir deste paradigma tem como seu foco principal de atuação política o “Estado”¹²¹. A segunda

¹²⁰ Aqui não se quer fazer uma crítica ao paradigma. Aliás, acredita-se que as duas leituras apresentadas se complementam na interpretação sobre o papel do “desenvolvimento agrícola” nas sociedades capitalistas. Afinal, não é por acaso que elas continuam vivas e “em disputa” até hoje. Elas persistem porque cada uma, conforme sua lógica de interpretação, ressalta um aspecto da realidade, quer seja da “agricultura” em geral, ou mais especificamente de seus reflexos no modo familiar de sua institucionalização.

¹²¹ Visto aqui, a partir de um “marxismo vulgar” e, poderia se dizer também, de uma concepção autoritária do poder, onde o Estado seria a última e principal trincheira a ser vencida para transformação do sistema capitalista. Mesmo que pareça uma explicação quase caricatural, ela representa a síntese da “supervalorização” do Estado, a qual se acredita esteja incorporada no imaginário do corpo dirigente dos sindicalistas rurais do sudeste paraense. Uma leitura que passa ao largo da visão também marxista (e tão mais democrática, quanto estratégica) de Gramsci, que vê o exercício do poder não apenas como coação, mas também como “hegemonia”, onde a “sociedade civil” tem lugar privilegiado ao nível da superestrutura. Segundo Bobbio (2000; p. 1210), “pode-se

observação, já apresentada aqui, é que para este tipo de visão a produção familiar rural traz resquícios de um modo de produção “camponês”, que tende a ser suplantado por outro historicamente hegemônico, no caso a agricultura empresarial, comumente chamada de “agronegócio”. Surge daí, duas possibilidades de leitura. A primeira, de resistência. Que vê na luta contra o “agronegócio” uma “necessidade histórica” de enfrentar seu “inimigo de classe”. Onde, ao final apenas um sobreviverá, ou como se diz vulgarmente: “não é possível fazer um omelete sem quebrar os ovos”. Outros intérpretes, entretanto (acreditando serem mais ciosos, do ponto de vista teórico, e menos voluntaristas), vêem o “agronegócio” como inevitável e até “salutar”. Para estes autores (GRAZIANO, 1999; RANGEL, 2004) a agricultura empresarial teria o papel de viabilizar a expansão do sistema capitalista, um “modo de produção” superior ao camponês¹²². E isso, a partir de uma perspectiva etapista (evolucionista), ou, melhor dizendo, com base numa visão mais “progressista” (ao contrário do enfoque anterior mais “conservador”¹²³) representaria uma “necessidade histórica”. Afinal, nesta perspectiva teórica, o capitalismo traria no seu “DNA” o embrião do “socialismo” (o último e superior estágio de evolução histórica da humanidade)¹²⁴.

Em síntese, para esta visão de mundo (nas suas duas formas de interpretação), não teria sentido dispensar muita energia com “questões menores” como a produção familiar rural voltada ao mercado. Principalmente, quando isso significa, de um lado, deixar para um segundo plano, numa visão estratégica de “luta de classes”, o combate ao “inimigo-mor”, ou

também dizer que a sociedade civil é o espaço das relações de poder de fato e o Estado [...] do poder legítimo”.

¹²² “A agricultura converteu-se numa *indústria* que deverá se desenvolver à base de uma tecnologia cada vez mais refinada [...] Obviamente, este estado de coisas é incompatível com a [...] multiplicação de pequenas explorações camponesas familiares, orientadas para uma policultura propícia à recomposição da produção de autoconsumo [...] Ao contrário, a moderna agricultura brasileira terá que estruturar-se em unidades grandes de tipo capitalista, sob o comando de um empresariado alerta, capaz de utilizar as soluções tecnologicamente mais avançadas...” (RANGEL, 2004, p. 159)

¹²³ Do ponto de vista desta perspectiva, uma vez que são defensores de uma “classe” com resquícios de um sistema historicamente superado, o feudalismo. Porém, para os “defensores do campesinato” (maoístas, guevaristas, p. ex.), trata-se de um segmento social marginalizado e numeroso, portanto, potencialmente revolucionário para transformar o sistema capitalista. E isto (nesta outra perspectiva, “mais pragmática”), se basta. E daí, evidentemente, não se vêem como “conservadores”. Ao contrário.

É importante ressaltar que José de Souza Martins, supera esta dicotomia. Contrariando quem não vê no campesinato seu componente revolucionário, (potencial transformador da realidade brasileira) (MARTINS, 1995). Porém, a partir de uma lógica conservadora (camponesa), e, portanto, muito mais limitada do que supõe a leitura (de “classe média”) dos representantes desta última corrente (MARTINS, 2003b; 2003a; 2000).

¹²⁴ Navarro (2008, p. 14) confirma este tipo de leitura mais ortodoxa do paradigma marxista, ao se posicionar de maneira crítica em relação a ela: “Os Grundrisse [obra de Marx] demonstraram também um autor que não aceitaria, certamente, a estreita leitura estruturalista e determinista que a tradição marxista, posteriormente, imporia como a única ‘leitura correta’ ao longo do século passado”. E citando Marx, lembra a advertência feita a Vera Zasulich “uma das principais ideólogas dos narodniks” de que: “a ‘histórica inevitabilidade’ deste processo [na análise de *O Capital*] é expressamente limitada aos países da Europa Ocidental” (Marx, 1975, p. 319, a ênfase é de Marx)”.

seja, o “agronegócio” (a “burguesia rural” - latifundiária, ou não). E, no outro extremo, apenas uma forma de retardar uma “necessidade histórica”, ou seja, a superação do “modo de produção camponês”. E daí, portanto, voltando à questão inicial, para aqueles que vêm a realidade a partir destes pressupostos (nas suas duas abordagens), o foco central (numa visão estratégica) é sempre o “Estado”. Vendo-o, na perspectiva “radical”, como a essência do “poder” capitalista (no campo), ou seja, o “braço armado da burguesia (rural - quer seja sua face arcaica, representada pelo latifúndio; ou, seu setor mais moderno, representado pelo “agronegócio)”. E sob outro prisma mais “ortodoxo”, como única instituição capaz de, “numa determinada etapa histórica do processo evolutivo das sociedades humanas”, fazer o “modo de produção capitalista andar mais rápido” (até sua crise final)¹²⁵.

A construção histórica desta visão crítica do sistema capitalista (que aqui se denominou de “paradigma marxista”) tem como uma de suas principais origens a formação católica dos dirigentes do movimento sindical¹²⁶. Os quais beberam, a partir do final da década de 60, quer seja no Pará, ou em outros estados de onde migraram¹²⁷, da Teologia da Libertação através do trabalho das pastorais católicas (ASSIS, 2007). Acredita-se que não cabe aqui discorrer de maneira mais aprofundada sobre as origens, ou mesmo as propostas defendidas por esta vertente católica¹²⁸, senão dizer apenas que este movimento tem na sua constituição uma forte inspiração na crítica marxista ao sistema capitalista. O que de certa forma vem corroborar a argumentação aqui apresentada sobre a forma com que estes dirigentes vêm e se posicionam frente à realidade. Em outras palavras, esta é a razão de crença e luta dos dirigentes sindicais enquanto corpo coletivo. E é com base neste arcabouço valorativo (de negação do sistema e de enxergar o “Estado” como lócus síntese de sua superação) que eles sopesam e optam por direcionar sua energia para as disputas político-

¹²⁵ Que outra idéia, senão essa faria com que o Partido Comunista defendesse a proposta nos anos 50 e 60 do século passado de que deveria se operar no seio do Estado uma grande aliança entre a “burguesia/empresariado nacional” e a classe trabalhadora? O socialismo seria uma conseqüência “natural” do avanço deste processo.

¹²⁶ É preciso deixar claro aqui que se acredita que este trabalho educativo com vistas a uma reflexão crítica do sistema, bem como o apoio político e jurídico dado pela igreja católica através de leigos e religiosos, foi fundamental para que os trabalhadores rurais sem terra pudessem enfrentar a aliança de latifundiários, empresários rurais e o Estado de maneira que a balança desequilibrasse para o lado daqueles, e que políticas de públicas de reforma agrária se efetivassem no sudeste paraense – onde aproximadamente 1,5 milhões de hectares foram transformados em projetos de assentamento (INCRA, 2005).

¹²⁷ Principalmente do Maranhão.

¹²⁸ A Teologia da Libertação surge no seio da Igreja Católica a partir dos anos 60 com a realização do Concílio Vaticano II, e do encontro de bispos em Medellín na Colômbia. Neste encontro, padres e bispos, principalmente da América Latina, com uma visão, pode-se dizer, mais progressista e humanista, passam a reivindicar um papel mais atuante do ponto de vista sócio-político da Igreja. E, neste sentido, são as leituras marxistas que de certa forma fundamentam esta visão. A partir disso, se intensificam as “ações de base” da Igreja, com destaque na região do sudeste paraense para o MEB (Movimento de Educação de Base) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra).

partidárias, em detrimento de opções em outros espaços que supõem menos estratégicos¹²⁹. Um dos principais dirigentes da FETAGRI regional sudeste sintetiza muito bem esta idéia ao afirmar que: “o sonho de todo sindicalista é ser uma ‘autoridade política’”.

Antes de concluir este capítulo, e já antecipando as considerações finais a serem feitas a seguir. É importante frisar que não se trata de um “juízo de valor” sobre o paradigma em questão, ou mesmo a forma como este é interpretado e colocado em prática pelo corpo dirigente, conforme apontaram as evidências apresentadas. Afinal, acredita-se que este referencial crítico (“marxista”) é quem deu a clareza necessária as milhares de famílias de migrantes sem terra, assim como aos agentes pastorais e militantes políticos, para se organizarem através de sindicatos. E a partir disso, construírem uma estrutura organizativa com clareza estratégica para enfrentar, com relativo sucesso, a aliança do latifúndio (oligarquias rurais) e “agronegócio” (empresas capitalistas) com o Estado, na disputa pelo projeto de desenvolvimento para a região, a partir da década de 70.

Por outro lado, apesar de ainda ser grande o espaço de disputa pela democratização da terra (bem público apossado ilegalmente, ou que não cumpre sua função social), os tempos vêm mudando celeremente. E justamente por conta de um processo relativamente vitorioso de luta pela democratização da posse da terra na região. Com estas mudanças acredita-se também que se transformam os desafios, a lógica de enxergá-los, e os valores a serem trabalhados. Principalmente, quando as sociedades, em especial dos pequenos municípios (essencialmente rurais¹³⁰) do sudeste paraense, se tornam menos desiguais¹³¹. Não basta agora para “avançar” estrategicamente, eleger um “inimigo”, nesta nova conjuntura é preciso saber antes de tudo cooperar com os “amigos”.

¹²⁹ Como, por exemplo, a ação político-econômica na “sociedade civil” através, do cooperativismo, uma tese tão cara a Singer (1999), por sinal um autor de inspiração marxista.

¹³⁰ Aqui, pode-se descrever o relato de um “leiteiro”, que também é vereador. Ele fazia a seguinte conta para um dirigente sindical: os recursos que entram na Prefeitura de São Domingos do Araguaia (FPM, ICM, etc; fora convênios) varia de 900 mil e 1 milhão de reais/mês. Porém, a produção de leite do município movimenta entre 1 e 1,2 milhão de reais (80 mil litros dia X R\$ 0,50 o litro X 30 dias). Portanto, 20% maior em média. Parece que um detalhe passou despercebido pelo dirigente que ficou surpreso com a informação. Afinal, este é o faturamento dos “atravessadores” (R\$ 0,50 p/ lt.). Os laticínios, terceiro elo desta cadeia, revendem o produto a R\$ 1,30 o litro/kg. Ou seja, a indústria de leite do município fatura R\$ 3.120.000,00/mês. Sabendo que há 04 laticínios neste município, pode-se dizer em termos orçamentários que há quase “quatro prefeituras”. Em Eldorado dos Carajás a produção também era de aproximadamente 80 mil lts. leite/dia (SEBRAE, 2006).

¹³¹ Praticamente 65% da área total do município de Eldorado dos Carajás (2.957 Km²), foi transformada em projetos de reforma agrária, com capacidade para assentar quase cinco mil famílias. (INCRA, 2005)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas ciências sociais, ou “ciências da cultura”¹³², como preferia Weber (2006, p. 36), ao contrário das ciências naturais, ou exatas, não há conclusões como sinônimo de um conceito definitivo, com base numa descoberta científica¹³³. Não se afirma isso, por conta de três questões que, aparentemente, poderiam fundamentar esta assertiva: a) há uma “conclusão em aberto” passível de ser questionada e constantemente melhorada; b) todo trabalho nesta área é fundamentado em valores¹³⁴, os quais definirão à priori os pressupostos teóricos que orientarão, metodologicamente, o recorte do objeto, a construção e o uso dos instrumentos da pesquisa; c) se trata de um “ser” estudando a si próprio¹³⁵ (passível, portanto, de interpretações subjetivas, mediadas por valores destoantes da realidade a ser pesquisada). Mas se afirma isso, porque com base no pressuposto epistemológico weberiano, trata-se de pesquisar um ser coletivo (gregário) dotado de livre arbítrio, que constrói sua própria história (mudanças sociais) a partir de seus valores. E mesmo que estes sejam historicamente determinados, não é possível (pré)ver, a exemplo das “ciências exatas”, para além destas contingências específicas. Dito de outra forma, não é possível apontar, no “longo prazo” (como se existisse um continuum histórico), a direção de suas mudanças (uma vez que valores são construídos numa interação entre racionalidade e emotividade, e, neste último caso, sem uma lógica pré-determinada).

Não se quer dizer com isso, que não é possível uma observação de maneira mais conclusiva. Mas apenas que, para além dos limites da própria pesquisa, estas conclusões são circunstâncias (particulares ao contexto pesquisado) e contingenciais (restritas ao recorte

¹³² “Quando se dá o nome de ‘ciências da cultura’ às disciplinas que estudam os acontecimentos da vida humana a partir de sua *significação cultural*, então a ‘ciência social’, tal como nós a entendemos aqui, pertence a essa categoria.” (WEBER, 2006, p. 36)

¹³³ No sentido que experimentos repetidos produzem sempre os mesmos resultados, ou seja, não podem ser baseadas em “afirmações apodícticas [demonstrações de um princípio, sem necessidade de recorrer a provas] do tipo: se modificarmos a variável A em x% hoje, a variável B modificar-se-á em y% dentro de tanto tempo. O autor se refere ao que ele chama de economistas “neoclássicos” e seus modelos matemáticos. (NETTO, 2008C).

¹³⁴ A questão muitas vezes difundida sobre uma suposta crença Weberiana da possibilidade de se produzir uma ciência social neutra, é na verdade confundida com a idéia defendida pelo autor de que “a constante mescla de explicação científica dos fatos com raciocínios valorativos [...] é uma das características mais nocivas de trabalhos na nossa profissão”. Com isso Weber reiterava a idéia, amplamente aceita, mas nem sempre posta em prática, de que ao se fazer ciência se deixasse “claro para os leitores (e, seja dito, antes de mais nada para si mesmo!) que o pesquisador reflexivo deixou de falar e o homem portador de vontade começa a manifestar-se...”. E se afirma isto uma vez que o próprio autor deixa claro esta questão ao afirmar que: “*Carência de convicções e ‘objetividade científica’ não tem nenhuma afinidade interna*” (WEBER, 2006, p. 25).

¹³⁵ Visto coletivamente enquanto “objeto em desenvolvimento” - classicamente “recortado” sob a forma de classes, organizações, ou grupos sociais.

temporal pesquisado e aos valores estabelecidos “conjunturalmente”). De certa forma, são estas particularidades das ciências sociais que inviabilizam, pelo menos numa visão “mecânica” da história, a realização do sonho iluminista de que “quanto mais viéssemos a conhecer sobre o mundo, enquanto coletividade humana, mais poderíamos controlá-lo e direcioná-lo para nossos próprios propósitos” (GUIDENS, In: BECK, 1997, p. 219). Afinal, não se trata de uma obra de engenharia. Portanto, não se pretende apontar os equívocos e indicar a direção “cientificamente comprovada” para o sucesso de um futuro projeto de desenvolvimento sócio-econômico. Trata-se apenas de apresentar convicções, de emitir opiniões, teórica e empiricamente embasadas¹³⁶, para disputar corações e mentes dos “atores políticos dotados de vontade” (dentro e fora da academia) que contribuem para construção histórica desta região e do Brasil.

Com isso se quer dizer que um dos papéis da “boa ciência” é contribuir com a reflexão sobre a prática da “boa política”. Para ser mais explícito, não se constrói um problema apenas pelo prazer da descoberta (a partir de um rigor metodológico), como tão bem expressou Durkheim (2008). Constrói-se um problema, acreditando ser ele uma “demanda social” (mesmo que também seja, uma “angústia” pessoal do pesquisador, enquanto ator político dotado de vontade/interesses). E assim, um problema científico (no campo das ciências sociais) é elaborado quando algum aspecto da realidade sócio-econômica desperta, a partir de determinado ponto de vista, o interesse do pesquisador no sentido dele poder contribuir para “mudanças sociais” que ele crê serem mais virtuosas.

Relata-se isso porque se sente, ao final do trabalho, que tudo tem se passado como se fosse mera formalidade acadêmica. A partir de perguntas, hipóteses e análises de respostas sistematizadas numericamente. Para romper com este cenário frio e distante, mas sob certo aspecto necessário para não se cair no extremo oposto e acabar produzindo uma obra ficcional, serão feitas algumas considerações finais mais abrangentes. Sobre como se pode ler, sob um ponto de vista mais “crítico”, mas sem desconsiderar as evidências coletadas e o paradigma adotado, a prática política dos dirigentes sindicais.

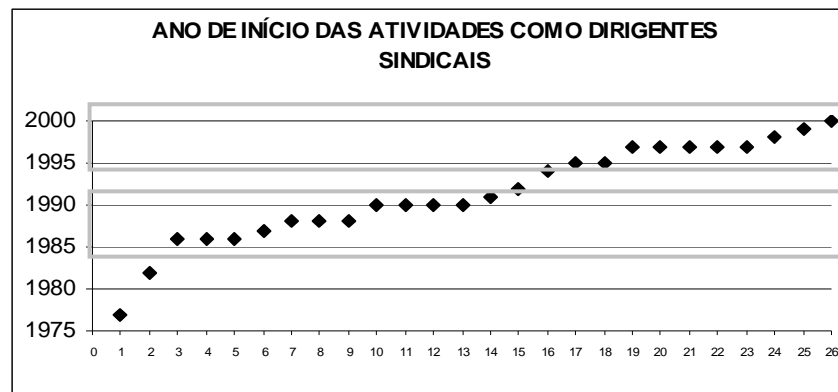
Neste sentido, vale a pena resgatar alguns dados coletados durante a pesquisa e que

¹³⁶ “A característica do caráter *político-social* de um problema [científico] é precisamente que ele não pode ser resolvido com base em considerações meramente técnicas, que critérios de valor reguladores podem e *devem* ser objeto de *controvérsia*, porque o problema atinge a região das questões gerais de *cultura*.” (WEBER, 2006, p. 20)

acabaram não entrando, para efeito de análise, na tabulação das respostas. Isto porque se considerou que elas não se enquadravam adequadamente na proposta de análise das hipóteses levantadas. Estas informações se referem ao ano de início dos dirigentes na atividade sindical, suas idades, e o número de associações criadas no período recente. Acredita-se que elas vêm reforçar os pressupostos por trás da pergunta principal da pesquisa, ou seja, de que há equívocos na estratégia adotada pelos dirigentes para condução de suas organizações. Afinal, vê-se um descompasso entre o potencial sócio-organizativo do movimento sindical, as decisões estratégicas de seus dirigentes e os resultados destas escolhas no que se refere a uma perda progressiva deste “capital social” (capacidade de mobilização/articulação social).

Em relação ao início de suas atividades sindicais, pode-se perceber no gráfico (05) que há dois períodos bem distintos onde se concentram 80% dos casos. O primeiro deles de quatro anos, entre 1986 e 1990, com onze casos¹³⁷, e um segundo de cinco anos, entre 1995 e 2000, com dez casos¹³⁸. Neste segundo período, pode-se destacar o ano de 1997¹³⁹ onde cinco, dos dez dirigentes, iniciaram suas atividades. Por outro lado, a amostra aponta que nos últimos oito anos não surgiu nenhum novo dirigente no sindicalismo da região.

Gráfico 05 – Ano de início das atividades como dirigentes sindicais



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo.

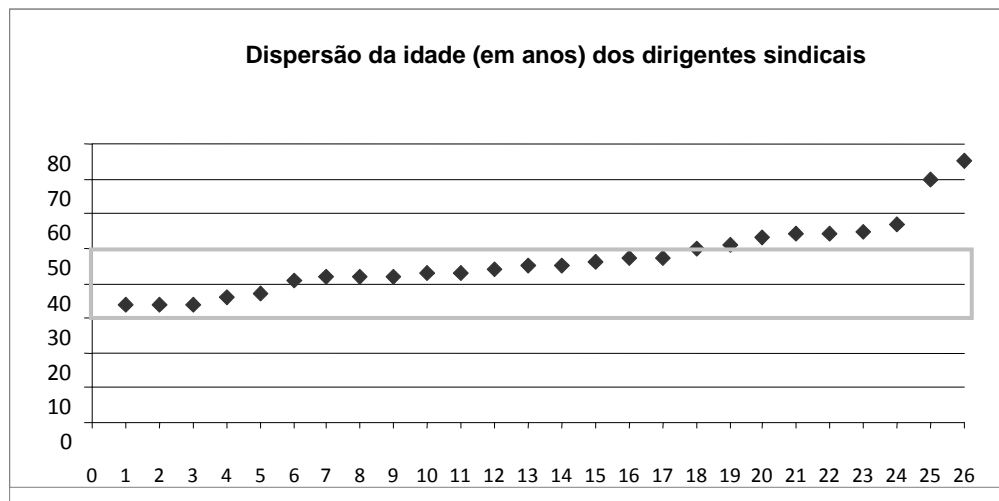
¹³⁷ Este período marca o início, ou a intensificação das ocupações de terra (os castanhais) e a criação, fruto de uma parceria entre a Universidade Federal do Pará e o movimento sindical, do Centro Agroambiental do Tocantins – CAT e suas entidades constituintes: FATA - Fundação Agrária do Tocantins Araguaia; COOCAT - Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins; LASAT - Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (HÉBETTE, 2002); e a EFA - Escola Família Agrícola (INTINI, 2004).

¹³⁸ Este período marca a criação da FETAGRI Regional Sudeste (1996), a realização de grandes mobilizações frente ao INCRA e a constituição de centenas de associações de base (VIER, 1999), além da constituição da Cooperativa de Prestação de Serviços – COPSERVIÇOS de assessoria técnica social e ambiental às famílias de agricultores assentadas.

¹³⁹ Ano da primeira grande mobilização social frente ao INCRA para reivindicar aceleração do processo de reforma agrária, coordenada pela recém criada FETAGRI Regional Sudeste.

Dando continuidade esta análise mais ampla, foi feito também um levantamento da idade dos dirigentes, a qual varia de 34 a 75, com média de 47 anos. Com relação a esta média, vale destacar que apesar dela ser relativamente alta, com 65% dos casos numa faixa de idade entre 34 e 47 anos, há dois casos extremos de dirigentes, com 70 e 75 anos, que puxam para cima esta média, haja vista o tamanho relativamente pequeno da amostra (26 casos). Por outro lado, também não se pode dizer que o perfil dos dirigentes seja jovem. Ao contrário. Pode-se perceber um problema futuro, à medida que não há renovação no seu quadro e que a idade mínima é de 34 anos.

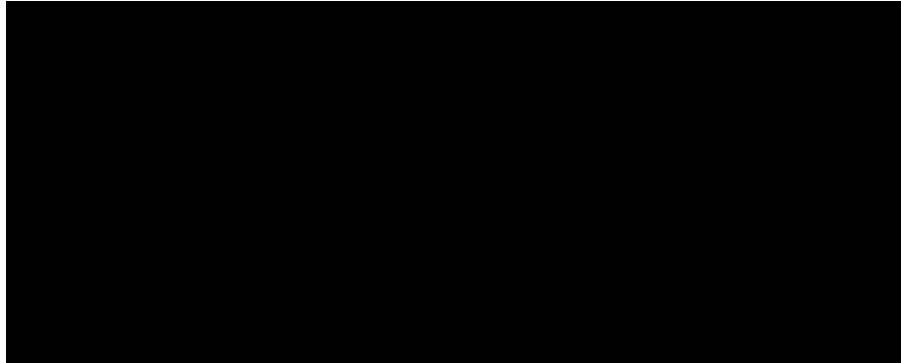
Gráfico 06 – Dispersão da idade (em anos) dos dirigentes sindicais



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor a partir das entrevistas de campo

Já na ilustração seguinte, que mostra o número de associações criadas por ano com apoio do movimento sindical na região do sudeste paraense, é possível perceber o rápido crescimento destas organizações a partir de 1996, ano de criação da FETAGRI Regional Sudeste. Esta informação foi sistematizada por Vier (1999) e, embora não se tenha dados mais recentes para analisar sua evolução, pode-se supor que muito provavelmente tenha havido um recuo no número de associações criadas por ano. Uma questão até certo ponto natural à medida que a criação de novos assentamentos diminui em relação aos anos anteriores. Mas o que se quer destacar aqui é o dinamismo deste período histórico (1996 a 1998), com a criação de mais de 80 associações nestes três anos.

Gráfico 07 – Nº de associações criadas por ano no sudeste paraense – ligadas a FETAGRI



Fonte: Vier, 1999

Não era possível que a solução para enfrentar décadas de violência, arbitrariedades e investimentos públicos direcionados principalmente ao “grande capital”, se restringisse a conquista do poder estatal para daí inverter a lógica (do “grande” para o “pequeno”) e implantar um círculo virtuoso de redistribuição de: terra, infra-estrutura viária e energética, crédito, máquinas, serviços de assistência técnica, etc. Acredita-se que isso pode estar criando um círculo vicioso às avessas. Para se combater um “mal”, gerado pela concentração do poder político e econômico e todas suas conseqüências, cria-se um discurso re-distributivista, sustentada por uma visão distorcida, tanto de uma suposta “crítica marxista” ao sistema (NAVARRO, 2008), quanto de uma lógica de desenvolvimento sócio-econômico de “mão única” e insustentável (ABRAMOVAY, 2004)¹⁴⁰.

E não se trata aqui de questionar o legítimo e nobre exercício de cidadania praticado pelos atores sociais organizados que reivindicam seu direito constitucional de cumprimento da função social da propriedade rural. Diga-se de passagem, tem-se ainda um longo caminho ainda a ser trilhado em alguns municípios do sudeste paraense onde a reforma agrária não

¹⁴⁰ O que se quer deixar claro aqui é que, embora se reconheça que a “socialização dos meios de produção” seja uma condição necessária para o desenvolvimento de uma sociedade, ela não é suficiente. Pois, se entende que o processo de desenvolvimento vai além da dicotomia entre produção (um problema técnico) e distribuição (um problema eminentemente político). Para exemplificar melhor esta questão, vale a pena lembrar a parábola contada por David Hume e resgatada por Putnam (2006, p. 173): “Teu milho esta maduro hoje; e o meu estará amanhã. É vantajoso para nós dois que eu te ajude a colhê-lo hoje e que tu me ajudes amanhã. Não tenho amizade por ti e sei também que não tens por mim. Portanto não farei nenhum esforço em teu favor; e sei que eu te ajudar, esperando alguma retribuição, certamente me decepcionarei, pois não poderei contar com tua gratidão. Então deixo de ajudar-te; e tu me pagas na mesma moeda. As estações mudam; e nós dois perdemos nossas colheitas por falta de confiança mútua.” Neste caso parabólico, havia a socialização dos meios de produção: terra, trabalho e tecnologia (preparo do solo, plantio da semente, capina, etc.). Porém, faltou o que Netto (2008b) define com “ingrediente catalítico invisível” (a confiança) para o funcionamento de uma estrutura de mercado, o qual, conforme definiu Smith (1988), de sua “extensão” depende a “divisão do trabalho”, condição para o desenvolvimento (econômico).

chegou de fato, ou se efetivou de forma muito tímida¹⁴¹. O que se quer aqui é tão somente alertar, como diria Weber (2006), para as idéias de valor historicamente construídas e vivenciadas. As quais se acredita que estejam hoje descontextualizadas à medida que novas oportunidades históricas surgem no horizonte. Neste sentido, as análises feitas por Abramovay (2008) em relação ao movimento sindical do sul do país, ou mesmo por Martins (2000) e Navarro (2001a), que partem de uma leitura marxista e direcionam suas análises ao MST, também servem para reforçar a crítica que se faz ao movimento sindical do sudeste paraense. “O que se argumenta [...] é, exatamente, a decisão de jamais sequer se tentar uma forma organizacional diferente, [...] em função de mudanças nos contextos políticos [...], desde os primeiros anos do Movimento e até os dias atuais [...] as formas de luta não poderiam manter-se, indefinidamente, as mesmas.” (NAVARRO, 2001a). Mais a frente o autor também declara: “... as estratégias escolhidas pelo Movimento e suas ações de *pressão e reivindicação* também têm ignorado uma possibilidade histórica, talvez única...” (NAVARRO, 2001a).

E é exatamente aí, seguindo os pressupostos weberianos, que se pretende deixar claro que o pesquisador (RPV) deixa de falar, e entra em cena o ator político, ou melhor, “o homem portador de vontade” (WEBER, 2006, p. 25). Ainda segundo esta matriz epistemológica, o papel que cabe ao pesquisador enquanto “cientista comprometido com o porvir” é tentar mostrar as “razões últimas do querer alheio¹⁴²”, valores pelos quais “real e supostamente” os atores sociais enquanto sujeitos históricos lutaram e lutam, a partir de suas escolhas. Acredita-se que com isso se possa contribuir de modo a fazê-los compreender e ponderar melhor sobre suas escolhas. Lembrando-os sempre de que isto significa, em última instância, abrir mão de outras opções possíveis, bem como de suas conseqüências. Aos dirigentes sindicais do sudeste paraense cabe então a escolha: de reforçar estes valores e aprofundar seu caminho (na medida de sua “certeza”¹⁴³), ou transformá-los construindo novas alternativas (em caso de “dúvida”¹⁴⁴).

Antes de finalizar, é importante dizer que se acredita ainda que estas “escolhas” se dão

¹⁴¹ Em aproximadamente 04 ou 05 municípios da região.

¹⁴² Ressalvadas as diferenças epistemológicas, Marx diria: para mostrar a essência, por trás da aparência.

¹⁴³ Sobre a eficácia de sua estratégia de luta político-partidária pelos espaços de poder no Estado.

¹⁴⁴ Sobre os resultados da estratégia citada na nota anterior, para a efetiva institucionalização de uma produção familiar rural dinâmica e sustentável no sudeste paraense.

numa relação com seu tempo histórico, onde o “pesquisador” também está presente¹⁴⁵. E, além disso, deixar claro que ao apresentar os dirigentes sindicais diante de “duas opções”, uma no campo da “economia agrícola” (esfera da sociedade civil) e outra da “política partidária” (esfera estatal), não se trata de vislumbrá-las como caminhos paralelos e/ou excludentes. Acredita-se que a obra de Putnam (2006), sobre a relação entre a chamada “comunidade cívica” e o “bom governo” deixa esta complementaridade muito clara. Por outro lado, os autores que defendem a tese sobre o papel estratégico da produção familiar rural na construção de um desenvolvimento sócio-econômico mais dinâmico e harmônico, também não deixam dúvidas sobre a importância do poder do estado nesta relação¹⁴⁶. Mas isso não significa dizer que estes autores acreditem que a “tomada do Palácio de Inverno” (NAVARRO, 2001a), seja o primeiro, mais importante e único caminho para a construção de mudanças sociais mais efetivas.

Em suma, primeiro se reconhece, conforme apontam as evidências, os fortes laços dos dirigentes sindicais do sudeste paraense com os produtores familiares assentados, e com isso, que suas decisões manifestam de certa forma os anseios de sua categoria. Segundo, que a insistência na estratégia de priorização da luta político-partidária em detrimento de outras opções possível na esfera da sociedade civil¹⁴⁷, pode, em última instância, representar a própria “materialização da crença”¹⁴⁸ de que: cabe a produção familiar rural¹⁴⁹, um lugar periférico no processo de desenvolvimento das sociedades capitalistas modernas.

¹⁴⁵ “Há um movimento dialético interminável entre a [teoria] e a realidade [...], que melhora as duas: criam-se novas e se aperfeiçoam velhas instituições sob o estímulo dos conhecimentos [teóricos], que por sua vez modificam a realidade e esta estimula novos conhecimentos e assim por diante.” (NETTO, 2008a)

¹⁴⁶ “O interesse desse estudo, sob um ângulo sociológico geral, está no paradoxo de que o setor onde é mais importante a iniciativa individual, [...] por sua estrutura pulverizada, é exatamente aquele cuja reprodução depende, mais que todos os outros, da intervenção direta de uma esfera pública em todos os aspectos de sua existência.” E, para que não pare dúvidas: “O reconhecimento do trabalho do agricultor, mais do que isso sua moldagem e a determinação de suas modalidades de organização, dependem *do Estado* (ABRAMOVAY, 1992, p. 252).

¹⁴⁷ “Uma *sociedade civil* diversificada quanto a composição das classes sociais que, ao se tornar progressivamente a *categoria que protagoniza o processo histórico e lhe dá direção*, retira do *Estado* grande parte de seu conteúdo específico de classe e *o torna menos dirigente e mais a serviço da sociedade*” (MARTINS, 2000).

¹⁴⁸ À medida que seus principais dirigentes não crêem que o inverso é possível (e aí a razão de recorrerem ao “Estado”, não como um meio de viabilizar seu desenvolvimento, mas como um fim para garantir sua existência).

¹⁴⁹ Lembrando que se tratou aqui da “produção agrícola” de base familiar, devido ao estágio de desenvolvimento em que se encontram as famílias assentadas nesta região de fronteira. Pois, acredita-se ser este o primeiro passo, sua consolidação desencadearia uma série virtuosa em direção ao desenvolvimento rural (vide a questão da educação (NORTH, 1997b)), influenciando no desenvolvimento territorial (FAVARETO, 2007).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e capitalismo no campo**. In: STÉDILE, João Pedro. Org. **A questão agrária hoje**. Editora da Universidade – UFRGS, Porto Alegre, 1994 (2º Ed.).

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e uso do solo**. São Paulo em Perspectiva– Abr/jun, vol. 11, nº2:73-78, FEA – USP, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Economia Aplicada FEA/USP – nº número 2, vol. IV: 379-397, abril/junho 2000.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Entre Deus e o diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais**. Revista Tempo Social. volume 16 nº. 2 São Paulo Nov./2004.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Um novo contrato para a política de assentamentos**. In: OLIVIA, Pedro M., Org. **Economia Brasileira – Perspectivas do Desenvolvimento** – São Paulo: Ed. CAVC, pp. 355-375; 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Movimento social e lei de ferro da oligarquia**. São Paulo: Folha de São Paulo, Opinião, quinta-feira, 02 de fevereiro de 2006.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Social movements beyond the iron cage: weak links in territorial development**. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2008/world_development.pdf> Acesso em 12 dez. 2008.

AGENCIA BRASIL. **Plano Agrícola e Pecuário destinará R\$ 78 bilhões para a safra 2008/2009**. Brasília/DF, 02 de Julho de 2008. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/07/02/materia.2008-07-02.7702537185/view>> Acesso em 24 fev. 2009.

ARENDT, Hanna. **O que é política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ASSIS, William Santos de. **A Construção da Representação dos Trabalhadores Rurais no Sudeste Paraense**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 2007.

BECK, Ulrich., GUIDDENS, Anthony., LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 2000. 5ª Ed.

BOTTOMORE, T.B. **As Elites e a Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965

BRANDÃO, Amintas Jr.; SOUZA Carlos Jr.. **Desmatamento nos Assentamentos de Reforma Agrária na Amazônia**. IMAZON - O Estado da Amazônia Nº 7, Junho 2006.

CAMPOS, Índio **A Sustentabilidade da Agricultura na Amazônia**. Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) Programa de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento PLADES/NAEA/UFPA. Belém/PA.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Tática reformista estratégia revolucionária**. In: STÉDILE, João Pedro. Org. **A questão agrária hoje**. Editora da Universidade – UFRGS, Porto Alegre, 1994 (2º Ed.).

COSTA PINTO, L. A.: **Sociologia & Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

CPT - Comissão Pastoral da Terra. Relatório sobre a violência no campo. **A luta pela terra no Sul e Sudeste do Pará no ano 2000**. Marabá/PA, 2000.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Marins Fontes, 2008. 3ª Ed.

ELEY, Geof. **Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850 – 2000**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém/PA: UFPA/NAEA, 1999 (2º Ed. rev. e amp.).

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Iglu/Fapesp, 2007.

FEITOSA, Terezinha Cavalcante. **Análise da sustentabilidade da Produção Familiar no Sudeste Paraense: o caso dos produtores de leite do Município de Rio Maria**. Universidade Federal do Pará - UFPA, Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, EMBRAPA – Amazônia Oriental, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Belém/PA, 2003.

FETAGRI. Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Regional Sudeste do Pará. **Acampamento dos Trabalhadores na Superintendência do INCRA de Marabá, no período de 09 a 25 de novembro de 1997**. Marabá PA, 1997.

FETAGRI. Federação dos Trabalhadores na Agricultura – Regional Sudeste. **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar do Sudeste do Pará**. Marabá/PA, 2004.

FETAGRI. Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Regional Sudeste. **Texto base do III Congresso Regional**. Marabá/PA, 2005.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **Energia e Mitos Econômicos**. Tradução resumida do Capítulo I de “Energy and Economic Myths”, Pergamon Press, Elmsford, NY, 1976; por André G. Ghirardi, em maio 1995. Disponível em: <www.agg.ufba.br/georgescu.doc> Acesso

em: 05 de setembro de 2007.

GONÇALVES, Carlos Alberto; NETO, José Ferreira Teixeira; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; FERREIRA, Célio Armando Palheta. **Criação de Gado Leiteiro na Zona Bragantina**. Embrapa Amazônia Oriental, Sistemas de Produção, 02 ISSN 1809-4325, Versão Eletrônica, Dezembro de 2005. Disponível em: <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Leite/GadoLeiteiroZonaBragantina/index.htm>> Acesso em: 14 de novembro de 2008

GOODMAN, David; SORJ, Bernard; WILKINSON, Jonh. **Das Lavouras às biotecnologias: Agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 1999.

GUANZIROLI, Carlos E.; ROMEIRO, Ademar; BUAINAIN, Antônio.; SABBATO, Alberto Di.; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 26º Ed.

HOMMA, A.K.O.; CARVALHO, R. de A.; SAMPAIO, S.M.N.; SILVA, B.N.R. da; SILVA, L.G.T.; OLIVEIRA, M.C.C. de. **A instabilidade dos projetos de assentamentos como indutora de desmatamento no sudeste paraense**. In: Anais ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 4., 2001.

HURTIENNE, Thomas. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA v. 8, n. 1 - p. 019-071 jun. 2005

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: a história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, Coleção Sociologia Brasileira v. 8, 1978.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil 1971**. Rio de Janeiro/RJ, v. 32, 1971.

INCRA – Superintendência Regional Sul do Pará (Marabá) SR/27. **Relação de Projetos Criados**. Gerência Operacional de Sistemas - Divisão Técnica. Marabá/PA, 2005.

INTINI, João Marcelo. **Luzes e Sombras. Negociação e diálogo no sul e sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar**. Universidade Federal do Pará - UFPA, Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, EMBRAPA – Amazônia Oriental, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Belém: UFPA, 2004.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE – IPCC. **Climate Change 2007: The Physical Science Basis Summary for Policymakers**. Approved at the 10th Session of Working Group I of the IPCC, Paris, February, 2007.

KAGEYAMA, Angela. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

LASAT-MDA/SDT, Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Diagnóstico Sócio-Econômico e Ambiental da Agricultura Familiar e Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste do Pará.** Marabá/PA, 2006.

LAUSCHNER, Roque. **Cooperativismo e Agricultura Familiar.** 1994 [S.l. : s.n.]. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/lauschner94.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil – As lutas sócias no campo e seu lugar no processo político.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995. 5ª Ed.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: O impossível diálogo.** São Paulo, SP: EDUSP, 2000.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo – Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003a. 2ª Ed.

MARTINS, José de Souza. **O sujeito oculto. Ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003b.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Metodologia qualitativa de pesquisa.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 30, n. 2, Aug. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 jan. 2009.

MARX, Karl. **Coleção os Pensadores - O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial, 1974.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar.** 2004 Disponível em: <http://www.mda.gov.br/arquivos/PIB_Agricultura_Familiar.pdf> Acesso em: 24 fev. 2009.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MILLS, C. Wright. **A elite do poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

NAVARRO, Zander. **'Mobilização sem emancipação' - as lutas sociais dos sem-terra no Brasil.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Org. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a.

NAVARRO, Zander. **O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio de Carvalho).** In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Org. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001b.

NAVARRO, Zander. **‘Nunca cruzaremos este rio’ – a estranha associação entre o poder do atraso, a história lenta e a ‘Sociologia militante’, e o ocaso da reforma agrária no Brasil.** XXXII Encontro Anual da ANPOCS GT 35: “Ruralidade, território e meio ambiente”. Caxambú (MG), outubro de 2008.

NETTO. Antônio Delfim. **A moral e os mercados.** Revista Carta Capital, 19/09/2008a.

NETTO. Antônio Delfim. **Fidúcia.** Jornal Folha de São Paulo, 24/09/2008b.

NETTO. Antônio Delfim. **A economia política.** Revista Carta Capital, 02/05/2008c.

NORTH, Douglas. **Location Theory an Regional Economic Growth.** Journal of Political Economy, 63(3):243-58, Jun. 1955. Versão em português em SCHWARTZMANN. Jacques. Orgs. Economia regional – Textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977a.

NORTH, Douglas. **Agriculture in Regional Economic Growth.** Journal of Farm Economics, 41(5):943-51, dez. 1959. Versão em português em SCHWARTZMANN. Jacques. Orgs. Economia regional – Textos escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977b.

OLIVEIRA, Dvandro Pedro de. **Mudanças nos Parâmetros Técnicos dos Projetos de Crédito Rural: O Caso dos Projetos de Assentamentos no Sudeste do Pará.** Universidade Federal do Pará - UFPA, Centro de Ciências Agrárias, Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, EMBRAPA – Amazônia Oriental, Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Belém: UFPA, 2005.

OMM – Organização Meteorológica Mundial; e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA. **Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima.** Mudança do Clima 2007: A Base das Ciências Físicas Contribuição do Grupo de Trabalho I ao Quarto Relatório de Avaliação do Acesso em: 17 de julho de 2007 http://www.mct.gov.br/upd_blob/0015/15130.pdf

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel. **Por que alguns municípios gaúchos crescem tanto e outros tão pouco? Um estudo sobre a evolução das desigualdades territoriais no RS entre 1970-2000.** FEE, Porto Alegre, Texto para discussão n. 35, ago. 2008

PAIVA, Carlos Águedo Nagel., CUNHA, André Moreira. **Noções de economia.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PASQUIS Richard; SILVA Alessandra Valéria da; WEISS Joseph. MACHADO Luciana. **“Reforma agrária” na Amazônia: balanço e perspectivas.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 83-96, jan./abr. 2005

PTDRS DO SUDESTE PARAENSE. **Plano Territorial Sustentável do Sudeste Paraense e Diagnóstico Sócio-econômico e Ambiental do Sudeste Paraense.** LASAT – Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantis/MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2007.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 5º Ed.

QUINTANEIRO, Tânia., OLIVEIRA, Maria Lígia de., OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2000. 3º Reimpressão, 1º Impressão 1995.

RANGEL, Ignácio. **Questão Agrária, industrialização e crise urbana no Brasil**. Prefácio o organização José Graziano da Silva. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SANTANA, Antônio Cordeiro de. **Descrição e análise da cadeia produtiva do leite no estado de Rondônia**. Belém: Movendo idéias – Artigos, v8, n.14, p.24-36, Nov. 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Leite no Município de Nova Ipixuna - 1ª. Etapa**. Marabá/PA, 2005.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa. **Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Leite no Município de Eldorado dos Carajás - 1ª. Etapa**. Marabá/PA, 2006.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. **Direita e Esquerda: contribuições de Bobbio e Giddens para o debate político**. Revista Urutágua – Nº 10. Revista acadêmica multidisciplinar Centro de Estudos Sobre Intolerância - Maurício Tragtenberg, Departamento de Ciências Sociais Universidade Estadual de Maringá (UEM), 2006.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999. 2ª Ed.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural (Os Economistas), 1988.

SOTO, Willam Héctor Gomes. **A produção de conhecimento sobre o “mundo rural” no Brasil: as contribuições de José de Souza Martins e José Graziano da Silva**. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2002.

TOBIAS, Alberto José Silva. **Dinâmica Migratória Paraense no Período 1981-1991**. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006 (2º Ed.).

VEIGA, José Eli da. **Agricultura Familiar e Sustentabilidade**. Cadernos 388 de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996.

VEIGA, José Eli da. **Fundamentos do Agrorreformismo**. In: STÉDILE, João Pedro. Org. **A questão agrária hoje**. Editora da Universidade – UFRGS, Porto Alegre, 1994 (2º Ed.).

VEIGA, José Eli da. **Articulações intermunicipais para o desenvolvimento rural**. Texto prévio de conferência no Seminário “Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural”, CEAM- NEAGRI, ICS – Departamento de Sociologia , CDS Centro de Desenvolvimento Sustentável, 16 de novembro de 2005 (organizado em 17-09-05).

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: Uma visão histórica**. São Paulo: EDUSP, 2007 (2º Ed.).

VIEIRA, Ima Célia Guimarães; FERREIRA, Leandro Valle; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Programa de C&T para **Recuperação de Áreas Alteradas no Arco do Desmatamento da Amazônia**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência SBPC- Museu Paraense Emílio Goeldi e Embrapa Amazônia Oriental. Belém/PA, Jan. 2006.

VIER, Rafael Pizzato. **Sindicalismo, Associativismo e Cooperativismo - A evolução das organizações dos Trabalhadores Rurais do Sudeste Paraense**. Trabalho de conclusão do curso de especialização em cooperativismo – CESCOOP XXII, Centro de Ciências Econômicas. UNISINOS, 1999.

WAISELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da violência dos municípios brasileiros**. Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura, Brasília/DF, 2007

WAMBERGUE, Emmanuel. **A árvore política**. Texto digitado pelo autor, Marabá PA, 2004.

WEBER, Max. **Ciência e política – duas vocações**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2004.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento científico nas ciências sociais**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

0) () **Sim**1) () **Não**

9) Caso, o(a) Sr.(a) nunca tenha concorrido a um mandato político partidário, já pensou (teve vontade) de concorrer:

0) () **Sim**1) () **Não**

9.1) Porque motivo(s): _____

2.2 - Conhecimentos sobre política partidária

10) Quantos eleitores há no(a) município: _____; 99) () NSI

11) Quantas pessoas votaram na última eleição (2006): _____; 99) () NSI

12) Qual o orçamento de uma campanha (competitiva) para vereador/deputado estadual:

R\$ _____; 99) () NSI

13) Quantas seções eleitorais há no município: _____; 99) () NSI

14) Como se calcula o coeficiente eleitoral do município: _____

0) () Acertou; 1) () Não acertou, mas tem uma idéia vaga; 99) () NSI

14.1) Como se calcula coeficiente partidário, ou da coligação (quantos serão eleitos – partido/colig.):

R. _____

0) () Acertou; 1) () Não acertou, mas tem uma idéia vaga; 99) () NSI

14.3) Qual a previsão do coeficiente eleitoral em 2008 no município: _____ votos; 99) () NSI

15) Nas últimas eleições quantos votos fizeram:

15.1) O vereador (ou candidato) **menos** votado do seu partido - P _____: _____; 99) () NSI

15.2) O vereador (ou candidato) **mais** votado do seu partido _____; 99) ()

NSI

15.3) O vereador **menos** votado da câmara: _____; 99) ()

NSI

15.4) O vereador **mais** votado da câmara: _____; 99) ()

NSI

15.5) Sabe o salário de ver./secret.: 0) () Sim; R\$ _____/_____ () Bruto () Líq.; 99) () NSI

3ª Parte – Agricultura familiar assentada

3.1 – O lote do dirigente e sua produção agropecuária

16) O(a) sr.(a) tem lote:

0) () **Sim**1) () **Não**

21.2.2) Qual o percentual de famílias, que o (a) sr.(a) avalia que tem esta atividade/produto como principal:
 _____ % 99) () NSI

21.2.3) Quanto o(a) sr.(a) avalia que esta atividade/produto representa, em média, no faturamento (receita monetária bruta) anual dos lotes: _____ % 99) () NSI

21.2.3.1) Caso esta atividade seja a pecuária bovina, quanto deste percentual o(a) sr.(a) avalia que provem do leite _____% e quanto da venda de bezerro _____% 99) () NSI

21.2.4) Qual o preço médio pago ao produtor (no lote) pela venda do litro do leite (ou do produto mais vendido - neste caso, especificar unidade de medida): R\$ _____ 99) () NSI

21.2.4.1) Deste preço pago ao produto quanto o(a) Sr(a) avalia que representa o custo de produção: _____%; ou quanto custa para produzir 01 litro de leite R\$ _____. 99) () NSI

21.2.5) Quais os pç. compra e venda, e as margens (%) apropriadas pelos compradores do produto: Conhece parte dos pçs., ou margens da cadeia do prod. fora da porteira: 0) () Sim; 99) () NSI

1) Atravessador: Compra R\$ _____ Venda R\$ _____ p/ unid.; _____ % () líquido, () bruto;

2) Agroindústria: Compra R\$ _____ Venda R\$ _____ p/ unid.; _____ % () líquido, () bruto;

3) Varejista: Compra R\$ _____ Venda R\$ _____ p/ unid.; _____ % () líquido, () bruto.

21.2.6) Conhece as principais agroindústrias que compram a produção do município: 0) () Sim Relacione:
 1) _____; 2) _____; 3) _____ 99) () NSI

3.3.1 - Caso o leite seja considerado o produto principal, conhecimento sobre a legislação que regula o setor

22) O(a) sr.(a) já ouviu falar sobre a Instrução Normativa (IN) 51 do Ministério da Agricultura:

0) () **Sim** 1) () **Não**

22.1) Em caso positivo, sobre o que ela trata: R. _____

0) () Acertou; 1) () Não acertou, mas tem uma idéia vaga; 99) () NSI

22.1.1) Em caso positivo, o(a) sr.(a) já participou de algum debate sobre esta IN 51:

0) () **Sim** 1) () **Não**

22.1.2) Como o(a) sr.(a) avalia esta IN 51:

0) () Positivamente 1) () Negativamente 99) () NSI

Por que. _____

Anexo B - Relação “ajustada” por município dos projetos de assentamento do INCRA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO SUL DO PARÁ - SR(27) DIVISÃO DE OBTENÇÃO DE TERRAS E IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS - DT SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - ATUALIZADO ATÉ 25/03/2008							
ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
258	MBA	PA MÃE MARIA	MB0270000	92	92	3.876,72	9/12/1999
412	MBA	PA SÃO GERALDO	MB0245000	126	126	6.058,36	22/9/1999
BOM JESUS DO TOCANTINS Total			2	218	218	9.935,08	
78	SGA	PA BOM JESUS	MB0396000	48	47	1.506,53	21/12/2003
118	SGA	PA CASTANHEIRA II	MB0200000	156	154	3.894,82	14/1/1999
119	SGA	PA CASULO AGROPECUARIA POSTO FISCAL	MB0162000	50	43	210,00	31/8/1998
150	SGA	PA CONSPEL	MB0377000	36	31	812,80	7/3/2003
BREJO GRANDE DO ARAGUAIA Total			4	290	275	6.424,15	
267	MBA	PA MARIA DE LOURDES RODRIGUES	MB0291000	76	59	3.845,71	9/11/2000
CANAÃ DOS CARAJÁS Total			1	76	59	3.845,71	
47	MBA	PA BARRA DO CEDRO	MB0277000	29	29	1.171,64	30/12/1999
53	MBA	PA BARREIRO COCAL	MB0134000	122	122	6.108,65	27/5/1998
209	MBA	PA IPIRANGA	MB0042000	58	48	2.940,13	29/4/1993
CURIONÓPOLIS Total			3	209	199	10.220,43	
11	MBA	PA AGRO-EXTRATIVISTA PRAIALTA PIRANHEIRA	MB0105000	440	328	22.000,00	21/8/1997
112	MBA	PA CASARÃO	MB0248000	97	97	2.989,75	22/9/1999
183	MBA	PA FORTALEZA I E II	MB0058000	162	117	5.998,23	30/8/1995
195	MBA	PA GROTÃO DO SEVERINO	MB0401000	22	22	762,68	12/2/2004
219	MBA	PA JACARE	MB0049000	80	77	3.006,00	21/12/1993
231	MBA	PA JOÃO VAZ	MB0394000	120	120	3.100,81	20/12/2003
244	MBA	PA LAGO AZUL	MB0280000	97	90	3.596,50	30/12/1999
426	MBA	PA SÃO VINICIUS	MB0362000	40		1.634,13	10/12/2002
450	MBA	PA TOCANTINS	MB0098000	69	91	2.070,02	14/7/1997
NOVA IPIXUNA Total			9	1.127	942	45.158,11	
34	MBA	PA ARAÇATUBA CARAJÁS	MB0352000	50	50	1.447,60	2/9/2002
105	MBA	PA CARAJAS II E III	MB0011000	1551	412	79.000,00	25/10/1988
108	MBA	PA CARLOS FONSECA	MB0258000	121	115	4.646,93	5/10/1999
319	MBA	PA PALMARES	MB0067000	517	515	14.921,89	11/3/1996
320	MBA	PA PALMARES SUL	MB0346000	327	290	9.614,69	13/12/2001
371	MBA	PA RIO BRANCO	MB0046000	251	239	11.938,53	12/8/1993
461	MBA	PA UNIÃO DA VITÓRIA	MB0500000	26	0	1.004,40	19/12/2007

PARAUPEBAS Total				7	2.843	1.621	122.574,05	
52	SGA	PA BARREIRA BRANCA	MB0217000	124	112	5.738,45	2/2/1999	
109	SGA	PA CARLOS PEREIRA NUNES	MB0195000	80	50	3.075,79	9/12/1998	
110	SGA	PA CARUMBÉ	MB0411000	90	85	3.026,00	2/12/2004	
129	SGA	PA CENTRO NOVO	MB0469000	38	36	3.543,12	5/12/2005	
162	SGA	PA DJALMA CASTRO	MB0194000	360	322	13.849,50	9/12/1998	
184	SGA	PA FRANCISCO NUNES TEIXEIRA	MB0193000	250	181	9.583,64	9/12/1998	
262	SGA	PA MANOEL DOS REIS	MB0192000	115	69	4.414,00	9/12/1998	
291	SGA	PA MUTUÃ	MB0413000	210	94	3.673,72	2/12/2004	
299	SGA	PA NOVA DESCOBERTA	MB0452000	40	30	3.716,85	10/10/2005	
316	SGA	PA OZIEL PEREIRA	MB0121000	497	482	22.365,31	11/5/1998	
348	SGA	PA PONTA DA SERRA	MB0414000	150	135	5.186,69	2/12/2004	
470	SGA	PA VALE FORMOSO	MB0045000	65	54	4.096,68	29/4/1993	
PIÇARRA Total				12	2.019	1.650	82.269,76	
15	MBA	PA AGUA BRANCA	MB0456000	70	70	3.218,24	17/11/2005	
79	TCI	PA BOM JESUS	MB0479000	96	91	4.813,94	13/9/2006	
124	MBA	PA CASULO SANTA HELENA	MB0144000	100	97	286,20	12/11/1998	
190	MBA	PA GAVIÃO	MB0418000	155	93	8.587,89	22/12/2004	
210	TCI	PA IRMÃ DOROTY	MB0478000	60	60	3.095,46	13/9/2006	
235	MBA	PA JOSÉ DUTRA DA COSTA	MB0356000	71	60	2.934,52	7/10/2002	
263	MBA	PA MANTENHA	MB0419000	53	30	1.164,99	22/12/2004	
282	MBA	PA MONTE AZUL	MB0490000	20		1.040,00	13/12/2006	
295	MBA	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	MB0358000	50	50	3.408,57	11/11/2002	
308	MBA	PA NOVA VITORIA	MB0359000	116	116	5.974,30	18/11/2002	
359	MBA	PA RAINHA DA PAZ	MB0417000	52	36	2.550,13	22/12/2004	
463	MBA	PA UNIDOS PARA VENCER	MB0360000	49	44	2.241,32	18/11/2002	
RONDON DO PARÁ Total				12	892	747	39.315,56	

ITUPIRANGA - INCRA

ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
1	MBA	PA BARRACA DO MEIO	MB0445000	135	118	5.139,1077	20/9/2005
2	MBA	PA BENFICA	MB0123000	187	169	9.505,4808	17/2/1998
3	MBA	PA BERRANTE DE OURO	MB0447000	150	145	6.615,2390	20/9/2005
4	MBA	PA BONANZA	MB0357000	25	21	1.184,3824	7/10/2002
5	MBA	PA BORRACHEIRA	MB0313000	84	83	2.600,5708	2/10/2001
6	MBA	PA BURITIRANA	MB0104000	1.000	562	43.500,0000	13/8/1997
7	MBA	PA CAJARANA	MB0259000	40	40	1.496,6449	21/10/1999
8	MBA	PA CALIFORNIA	MB0174000	94	76	2.830,6260	27/11/1998
9	MBA	PA CASCALHO	MB0321000	53	41	2.654,5090	26/11/2001
10	MBA	PA CINTURAO VERDE I E II	MB0029000	1.473	1.149	81.000,0000	31/10/1991
11	MBA	PA CÔCO	MB0256000	279	264	11.750,1223	21/10/1999
12	MBA	PA CRISTO REI	MB0201000	100	55	3.600,0000	14/1/1999
13	MBA	PA CUXIÚ	MB0343000	12	7	435,7787	5/12/2001
14	MBA	PA GRANDE VITORIA	MB0177000	106	94	4.463,3325	4/2/1999
15	MBA	PA JATOBÁ	MB0224000	42	34	1.829,3874	21/10/1999
16	MBA	PA JOVENCRELANDIA I E II	MB0059000	140	57	5.785,2344	17/7/1995
17	MBA	PA JURUNAS	MB0345000	222	203	12.248,4085	13/12/2001
18	MBA	PA LA ESTANÇIA	MB0209000	114	114	3.600,0000	4/2/1999
19	MBA	PA LAGO VERMELHO	MB0263000	120	118	5.927,8483	24/11/1999
20	MBA	PA LARANJEIRAS	MB0292000	145	129	11.907,2622	13/12/2001
21	MBA	PA LIMEIRA	MB0407000	21	21	1.258,4085	17/8/2004
22	MBA	PA NOVA ESPERANÇA	MB0165000	152	91	5.330,0000	17/9/1998
23	MBA	PA NOVO MUNDO DO ITUPIRANGA	MB0336000	38	38	1.217,4851	26/11/2001
24	MBA	PA OURO VERDE	MB0494000	81	49	2.975,1218	21/12/2006
25	MBA	PA PALMEIRAS	MB0035000	525	492	24.843,5900	1/1/1992
26	MBA	PA PEDRA BRANCA	MB0448000	123	96	5.820,6895	29/9/2005
27	MBA	PA PENSÃO DA ONÇA	MB0164000	173	106	6.046,1010	16/9/1998
28	MBA	PA RAINHA	MB0242000	81	107	3.597,0000	28/9/1999
29	MBA	PA RANCHARIA	MB0284000	67	60	3.112,9377	15/6/2000
30	MBA	PA RIO DA ESQUERDA	MB0008000	1.476	1.057	75.000,0000	10/5/1988
31	MBA	PA SÃO BRAZ	MB0166000	88	53	3.112,2550	17/9/1998
32	MBA	PA TARUMÃ	MB0405000	99	99	4.740,7412	12/7/2004
33	MBA	PA UIRAPURÚ	MB0283000	64	52	2.940,4151	30/12/1999
34	MBA	PA UXI	MB0446000	178	145	7.220,4729	20/9/2005
35	MBA	PA VIDA NOVA	MB0444000	114	100	5.884,9459	20/9/2005
35				7.801	6.045	371.174	

AJUSTADO - INCRA

208	TCI	PA IOLANDA	MB0326000	90	59	2.727,8910	26/11/2001
*Novo Repartimento/Itupiranga							
16	MBA	PA AGUA DA SAUDE	MB0471000	36	35	1.754,7948	12/12/2005
*Itupiranga/Novo Repartimento							
398	TCI	PA SANTA LUDUINA	MB0325000	50	39	2.039,8116	26/11/2001
*Novo Repartimento							
38				7.977	6.178	377.697	

MARABÁ - INCRA

ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
1	MBA	PA 1º DE MAIO	MB0493000	50	38	3.074,0043	21/12/2006
2	MBA	PA ALEGRIA	MB0269000	96	95	3.600,0000	9/12/1999
3	MBA	PA ALTO BONITO	MB0223000	163	75	4.892,2942	1/3/1999
4	MBA	PA ARRAIALANDIA	MB0204000	174	111	6.871,8347	29/12/1998
5	MBA	PA BARRO PRETO	MB0173000	70	54	2.499,8203	29/12/1998
6	MBA	PA BEIRA RIO	MB0306000	54	54	1.935,2686	16/1/2001
7	MBA	PA BELO VALE	MB0380000	62	62	1.208,0653	7/3/2003
8	MBA	PA BOA ESPERANÇA DO BURGO	MB0249000	122	122	3.511,3291	28/9/1999
9	MBA	PA BOM JARDIM DA VOLTINHA	MB0244000	84	84	2.999,8010	26/10/1999
10	MBA	PA BRASIL NOVO	MB0222000	88	87	2.641,6451	1/3/1999
11	MBA	PA BURGO	MB0307000	65	62	1.428,5027	16/1/2001
12	MBA	PA CABANAGEM	MB0255000	60	54	2.435,8175	22/9/1999
13	MBA	PA CACHOEIRA PRETA	MB0041000	60	36	2.610,2546	29/4/1993
14	MBA	PA CACHOEIRA PRETA II	MB0420000	121	80	6.877,3747	22/12/2004
15	MBA	PA CARAJAS/TAMBORIL	MB0015000	537	199	15.192,2792	27/10/1988
16	MBA	PA CARIMÃ	MB0308000	68	65	1.946,4693	16/1/2001
17	MBA	PA CASA BRANCA	MB0274000	54	53	1.690,5777	27/12/1999
18	MBA	PA CASTANHAL RATO II	MB0323000	28	19	1.452,4309	26/11/2001
19	MBA	PA CASTANHEIRA	MB0052000	144	100	7.199,9981	10/1/1995
20	MBA	PA CEDRINHO	MB0057000	75	39	3.077,1198	17/7/1995
21	MBA	PA CINZEIRO	MB0014000	361	84	25.340,0073	27/10/1988
22	MBA	PA CONQUISTA	MB0210000	86	81	2.745,7106	4/12/1999
23	MBA	PA CUPÚ	MB0254000	206	205	7.986,4157	22/9/1999
24	MBA	PA DO MEIO	MB0175000	84	68	2.998,6208	27/11/1998
25	MBA	PA DOS BANDEIRANTES	MB0167000	128	115	4.500,8131	30/9/1998
26	MBA	PA DOURADA	MB0219000	54	38	2.197,1268	21/10/1999
27	MBA	PA ESCADA ALTA	MB0160000	100	99	3.160,5655	21/8/1998
28	MBA	PA ESTRELA DALVA	MB0398000	69		2896,5132	18/12/2003
29	MBA	PA ESTRELA DO NORTE	MB0271000	99	87	5.291,8144	9/12/1999
30	MBA	PA FELICIDADE	MB0492000	80	53	4.337,4251	21/12/2006
31	MBA	PA FRUTÃO	MB0155000	512	313	20.503,0000	16/9/1998
32	MBA	PA GABRIEL PIMENTA	MB0392000	104	93	5151,7044	15/12/2003
33	MBA	PA GAMELEIRA AÇÚ	MB0176000	84	67	2.999,5770	27/11/1998
34	MBA	PA GELADINHO/MURUMURU	MB0012000	368		29.550,0000	25/10/1988
35	MBA	PA GOIANOS	MB0198000	79	77	5.247,4382	9/12/1998
36	MBA	PA IGARAPÉ DO RATO	MB0351000	47	44	2.700,6880	2/9/2002
37	MBA	PA IGUAÇU	MB0214000	72	44	1.076,5994	4/2/1999
38	MBA	PA ITACAIUNAS	MB0073000	129	106	5.426,3552	15/8/1996
39	MBA	PA ITACAIUNAS-AÇU	MB0056000	140	305	4.431,1123	8/7/1997
40	MBA	PA JARDIM	MB0354000	70	70	2.250,4101	2/9/2002
41	MBA	PA JERUZALÉM	MB0339000	43	43	1.157,2264	26/11/2001
42	MBA	PA JOSE PINHEIRO LIMA	MB0344000	70	85	3.941,5223	13/12/2001
43	MBA	PA LAJEDO	MB0136000	171	94	8.558,1400	27/5/1998
44	MBA	PA LANA	MB0172000	54	54	2.370,7493	16/11/1998
45	MBA	PA LIBERDADE	MB0395000	110	81	5140,0000	22/12/2003
46	MBA	PA MARAVILHA	MB0257000	249	221	10.255,6879	5/10/1999
47	MBA	PA MURAJUBA	MB0211000	88	87	2.483,2022	4/2/1999

48	MBA	PA NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO	MB0267000	60	60	1.593,6640	24/12/1999
49	MBA	PA NOVA ESPERANÇA	MB0393000	106	105	5671,0013	15/12/2003
50	MBA	PA NOVA ITAPERUNA	MB0247000	80	61	2.725,3857	28/9/1999
51	MBA	PA NOVA VIDA	MB0322000	126	126	5.741,3831	5/12/2001
52	MBA	PA PADRE JOSIMO TAVARES II	MB0422000	28	32	1.062,4167	10/5/2005
53	MBA	PA PALMEIRA JUSSARA	MB0376000	75	52	1.004,4037	25/2/2003
54	SGA	PA PATAUÁ	MB0128000	170	144	6.774,7456	27/5/1998
55	MBA	PA PIQUIÁ	MB0361000	70	70	3.248,0000	5/12/2002
56	MBA	PA POUSO ALEGRE	MB0364000	22	19	1.139,5194	25/2/2003
57	MBA	PA PRINCESA	MB0212000	85	60	3.585,0000	4/2/1999
58	MBA	PA RIO PRETO MALHA II	MB0197000	98	96	5.318,1312	29/12/1998
59	MBA	PA SABINO SÃO PEDRO	MB0250000	76	73	2.314,8861	22/9/1999
60	MBA	PA SAMAUMA	MB0341000	42	36	1.493,2676	26/11/2001
61	MBA	PA SANTA MARIA DO ITACAIUNAS	MB0260000	55	42	1.966,7859	21/10/1999
62	MBA	PA SANTA RITA	MB0365000	35	33	706,7360	25/2/2003
63	MBA	PA SERENO	MB0013000	557	188	33.059,7100	25/10/1988
64	MBA	PA SERRA AZUL	MB0156000	134	123	3.363,7809	16/9/1998
65	MBA	PA TABOQUEIRA	MB0399000	39	26	1223,0000	18/12/2003
66	MBA	PA TALISMÃ	MB0402000	53	50	2154,3426	20/2/2004
67	MBA	PA TARTARUGA	MB0213000	100	65	3.565,3593	4/2/1999
68	MBA	PA TERRA ROXA	MB0178000	84	50	2.999,5409	27/11/1998
69	MBA	PA UNIÃO	MB0338000	71	71	2.525,3361	26/11/2001
70	MBA	PA VALE DA LIBERDADE	MB0400000	31	29	885,3594	12/2/2004
71	MBA	PA VALENTIM SERRA	MB0299000	79	76	2.368,7108	28/12/2000
72	MBA	PA VINAGRE	MB0196000	57	43	3.183,2837	29/12/1998
73	MBA	PA VOLTA DO TAPIRAPÉ	MB0159000	588	267	20.608,1653	21/8/1998
74	MBA	PA VOLTA GRANDE	MB0170000	396	197	14.255,7120	27/11/1998
75	MBA	PA VOLTINHA DO ITACAIUNAS	MB0220000	32	30	1.562,8666	11/2/1999
75 - PAs				9.181	6.327	387.944	

MARABÁ - Ajustado

76	SFX	PA CENTRO DOS MARANHENSES*	MB0470000	35	29	1.826,4484	5/12/2005
----	-----	----------------------------	-----------	----	----	------------	-----------

* São Félix do Xingu/Marabá

76 - PAs				9.216	6.356	389.770	
-----------------	--	--	--	--------------	--------------	----------------	--

ELDORADO DOS CARAJÁS - INCRA

ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
1	MBA	PA 17 DE ABRIL	MB0085000	690	689	18.089,73	19/6/1997
2	MBA	PA AGUA FRIA	MB0040000	145	143	7.264,80	12/11/1992
3	MBA	PA ALTO BONITO DO AXIXÁ	MB0241000	100	86	3.600,00	22/9/1999
4	MBA	PA BELO MIRAR	MB0309000	69	53	3.434,31	16/1/2001
5	MBA	PA BOCA DO CARDOSO	MB0023000	340	333	15.755,86	1/2/1989
6	MBA	PA BOCA DO LAGO	MB0311000	63	60	3.554,38	19/1/2001
7	MBA	PA CABANOS	MB0379000	85	81	3.426,05	7/3/2003
8	MBA	PA CANUDOS	MB0404000	56	58	2.836,78	16/8/2004
9	MBA	PA ELDORADO	MB0051000	135	120	6.000,00	12/4/1988
10	SGA	PA GAMELEIRA	MB0044000	600	584	30.108,98	29/4/1993
11	SGA	PA GROTÃO DOS CABOCLOS	MB0022000	656	481	32.315,29	12/4/1988
12	SGA	PA LIMÃO	MB0125000	201	75	10.066,30	11/5/1998
13	MBA	PA MOÇA BONITA	MB0246000	92	64	3.307,01	8/9/1999
14	MBA	PA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	MB0310000	67	46	3.590,21	16/1/2001
15	MBA	PA PROGRESSO	MB0122000	415	408	18.920,88	11/5/1998
16	MBA	PA RIO VERMELHO	MB0050000	120	117	3.600,00	10/1/1995
17	MBA	PA SANTA MARIA DO PONTAL	MB0095000	115	67	4.335,85	14/7/1997
18	MBA	PA SÃO FRANCISCO	MB0092000	282	245	7.140,00	14/7/1997
19	MBA	PA SAPUCAIA	MB0225000	90	62	3.150,00	1/3/1999
20	MBA	PA TRES LAGOAS	MB0410000	165	157	7.207,49	2/12/2004
21	SGA	PA UNIÃO DO ANGICO	MB0412000	122	118	3.155,42	2/12/2004
21 - PAs				4.608	4.047	190.859,36	

ELDORADO DOS CARAJÁS - Ajustado

	SGA	PA GAMELEIRA*	MB0044000	300	292	15.054,49	29/4/1993
21 - PAs				4.308	3.755	175.805	

*Foi considerado que somente 50% do PA pertence ao município de São Geraldo do Araguaia

JACUNDÁ - INCRA

ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
222	MBA	PA JACUNDA	MB0006000	415	283	21.000,00	1/9/1987

01 - PA**JACUNDÁ - Ajustado**

31	TCI	PA ANTONIO NONATO*	MB0499000	59	0	4.483,09	19/12/2007
160	TCI	PA DIACUI*	MB0102000	99	58	2.995,40	13/8/1997

*Goianésia do Pará

79	TCI	PA BOM JESUS*	MB0479000	96	91	4813,94	13/9/2006
----	-----	---------------	-----------	----	----	---------	-----------

*Rondon do Pará

04 - PAs				669	432	33.292,43	
-----------------	--	--	--	------------	------------	------------------	--

PALESTINA DO PARÁ - INCRA

ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
1	SGA	PA AÇAIZAL	MB0127000	107	83	3.216,9550	27/5/1998
2	SGA	PA ANGICAL	MB0130000	120	96	4.882,7145	27/5/1998
3	SGA	PA EMBAUBAL	MB0091000	44	44	1.984,1292	13/6/1997
4	SGA	PA RIO MAR	MB0190000	90	87	3.633,1100	9/12/1998
4 - PAs				361	310	13717	

PALESTINA DO PARÁ - Ajustado

5	SGA	PA CONSPEL*	MB0377000	36	31	812,7958	7/3/2003
---	-----	-------------	-----------	----	----	----------	----------

*Brejo Grande do Araguaia

5 - PAs				397	341	14530	
----------------	--	--	--	------------	------------	--------------	--

SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - INCRA

ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
1	SGA	PA BELO HORIZONTE	MB0203000	102	67	3.600,00	14/1/1999
2	SGA	PA BELO HORIZONTE II	MB0388000	45	34	2.262,40	15/11/2003
3	SGA	PA BETH	MB0202000	45	38	1.369,82	14/1/1999
4	SGA	PA BRASILESPANHA	MB0221000	120	95	3.600,00	4/2/1999
5	SGA	PA CASTANHAL ALMESCÃO	MB0381000	67	67	3.597,46	7/3/2003
6	SGA	PA CROÁ	MB0188000	46	41	1.564,04	9/12/1998
7	SGA	PA OITO BARRACAS	MB0189000	88	68	3.599,94	9/12/1998
8	SGA	PA PAULO FONTELES	MB0021000	278	334	17.572,00	12/4/1988
9	SGA	PA PEDRA DE AMOLAR	MB0389000	41	39	927,02	23/10/2003
10	SGA	PA SANTA LUCIA	MB0397000	37	25	1.125,00	20/12/2003
11	MBA	PA SOL NASCENTE	MB0391000	40	32	1.203,75	15/12/2003
12	MBA	PA UBA	MB0094000	140	101	4.289,60	17/6/1997
12 - PAs				1.049	941	44.711,03	

SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA - Ajustado

13	MBA	PA VENEZA*	MB0024000	178	170	6.571,71	1/4/1988
*São João do Araguaia. Foi considerado que 2/3 do PA VENEZA pertence ao município de São Domingos do Araguaia							
	MBA	PA UBA**	MB0094000	47	34	1.429,87	17/6/1997
**Foi considerado que somente 1/3 do PA UBA pertence ao município de São Domingos do Araguaia							
13 - PAs				1.134	1.044	48.423	

ELDORADO DOS CARAJÁS - INCRA

ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
1	SGA	PA ABÓBORA	MB0020000	209	152	12.478,00	16/7/1988
2	SGA	PA ÁGUA BOA	MB0437000	24	27	677,73	22/8/2005
3	SGA	PA BOA ESPERANÇA DO ARAGUAIA	MB0337000	54	44	2.746,27	26/11/2001
4	SGA	PA BOM LUGAR	MB0252000	56	36	2.939,41	5/10/1999
5	SGA	PA BOQUEIRÃO	MB0281000	65	59	2.692,41	27/12/1999
6	SGA	PA EMIDIO BATISTA DE MOURA	MB0297000	178	170	17.998,00	15/12/2000
7	SGA	PA INDEPENDENCIA	MB0009000	55	32	1.929,81	30/9/1988
8	SGA	PA LAGOA BONITA	MB0019000	396	278	19.859,00	19/12/1988
9	SGA	PA LIMPEZA	MB0453000	40	40	3.757,28	10/10/2005
10	SGA	PA MAL ARRUMADO	MB0454000	11	11	822,30	10/10/2005
11	SGA	PA MIGUEL GOMES DA SILVA	MB0279000	36	31	1.313,44	30/12/1999
12	SGA	PA NOVA JERUZALEM	MB0462000	25	25	593,64	21/11/2005
13	SGA	PA PAU FERRADO	MB0328000	70	31	2.700,79	26/11/2001
14	SGA	PA PETRONILIO ALVES BATISTA	MB0461000	13	15	656,18	21/11/2005
15	SGA	PA SÃO JOSÉ	MB0327000	59	40	2.959,60	26/11/2001
16	SGA	PA TERRA NOVA	MB0251000	122	89	6.116,52	22/9/1999
17	SGA	PA TIRA CATINGA	MB0253000	40	32	1.455,42	20/12/1999
18	SGA	PA VALE DO MUCURA	MB0218000	128	91	2.478,63	2/2/1999
19	SGA	PA VALE DO MUCURA II	MB0415000	260	217	9.026,98	2/12/2004
19 - PAs				1.841	1.420	93.201,41	

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA - Ajustado

20	SGA	PA GAMELEIRA*	MB0044000	300	292	15.054,49	29/4/1993
20 - PAs				2.141	1.712	108.256	

*Eldorado dos Carajás. Foi considerado que 50% deste PA pertence a São Geraldo do Araguaia.

SÃO JOÃO DO ARAGUAIA - INCRA

ORD	UA	PROJETO	CÓDIGO	CAP	RB	ÁREA (ha)	D.CRIAÇÃO
1	MBA	PA 1º DE MARÇO	MB0138000	350	345	10.960,83	15/6/1998
2	MBA	PA 21 DE ABRIL	MB0298000	48	43	1.699,99	9/11/2000
3	MBA	PA 4 DE JUNHO	MB0353000	62	62	1.282,87	2/9/2002
4	SGA	PA BACURIZINHO	MB0472000	47	46	1.330,49	12/12/2005
5	MBA	PA CASTANHAL ARARAS	MB0002000	92	84	5.058,47	15/1/1987
6	MBA	PA MORESCHI	MB0135000	127	116	3.820,30	27/5/1998
7	MBA	PA PIMENTEIRA	MB0163000	137	136	3.468,25	16/9/1998
8	MBA	PA PRIMAVERA DO ARAGUAIA	MB0157000	171	168	3.600,00	18/9/1998
9	MBA	PA VENEZA	MB0024000	267	255	9.857,57	1/4/1988
09 - PAs				1.301	1.255	41.079	

SÃO JOÃO DO ARAGUAIA - Ajustado

10	MBA	PA UBA*	MB0094000	93	67	2.859,73	17/6/1997
*Foi considerado que 2/3 do PA UBA pertence ao município de São João do Araguaia							
	MBA	PA VENEZA**	MB0024000	89	85	3.285,86	1/4/1988
**Foi considerado que 1/3 do PA VENEZA pertence ao município de São João do Araguaia							
10 - PAs				1.216	1.152	37.367	

**Anexo C - Relação das famílias sindicalizadas beneficiadas com PRONAF A,
elaborados pela COPSERVIÇOS na região do sudeste paraense**

BOM JESUS DO TOCANTINS

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
PA SÃO GERALDO	66
PA MÃE MARIA	24
TOTAL	90

ELDORADO DOS CARAJÁS

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
AGUA FRIA	11
ALTO BONITO DO AXIXÁ	31
BARREIRO COCAL	04
BELO MIRAR	23
BOCA DO CARDOSO	10
BOCA DO LAGO	40
CARUMBE	14
ELDORADO	28
GAMELEIRA	68
GROTAO DOS CABOCLOS	05
MOÇA BONITA	37
NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	13
PROGRESSO	134
SÃO FRANCISCO	120
SAPUCAIA	12
TOTAL	550

*Conforme INCRA pertence ao município de Piçarra

ITUPIRANGA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
BENFICA	95
BORRACHEIRA	33
BURITIRANA	73
BURITIRANA - SÃO PEDRO	06
CAJARANA	33
CALIFORNIA	25
CASCALHO	14
CINTURÃO VERDE	61
COCO I	22
COCO II	32
COCO III	21
CRISTO REI	15
GRANDE VITÓRIA	39
JOVEM CRELÂNDIA	15
JURUNAS	55
LAGO VERMELHO	28
LARANJEIRAS	50
LASTANCIA	12
NOVA ESPERANÇA	30
NOVO MUNDO DO ITUPIRANGA	19
PALMEIRAS	104
PALMEIRAS I E IV	05
PENSÃO DA ONÇA	50
RAINHA	17
RANCHARIA	32
RIO DA ESQUERDA	97
SANTA LIDUINA*	30
SÃO BRAZ	11
RIO DA ESQUERDA (SÃO SEBASTIÃO)	54
UIRAPURU	16
TOTAL	1.094

*Conforme INCRA pertence ao município de Novo Repartimento

JACUNDA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
PA DIACUI	07
PA JACUNDA	54
TOTAL	61

MARABÁ

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
ALEGRIA	40
BELO VALE	24
BOA ESPERANÇA DO BURGO	09
BOA ESPERANÇA DO BURGO	28
CASTANHEIRA	29
CINTURÃO VERDE*	26
DOS BANDEIRANTES	41
ESTRELA DO NORTE	49
GABRIEL PIMENTA	14
IGARAPÉ DO RATO	13
IGUAÇU	13
JOSÉ PINHEIRO DE LIMA	59
MURAJUBA	19
NOVA ESPERANÇA	07
NOVA VIDA	57
PATAUÁ	13
POUSO ALEGRE	04
PRINCESA	15
RIO PRETO MALHA II	04
SAMAÚMA	03
TARTARUGA	04
VOLTA GRANDE	16
EQUIPE MARABÁ	487
ALTO BONITO	21
BEIRA RIO	14
CASA BRANCA	13
CARIMAN	17
ITACAIUNAS	43
LANA	27
SANTA MARIA DO ITACAIUNAS	04
TERRA ROXA	12
VALETIM SERRA	43
EQUIPE PARAUAPEBAS	194
TOTAL	681

*Conforme INCRA pertence ao município de Itupiranga

NOVA IPIXUNA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
PA AGRO-EXTRATIVISTA PRAIALTA	67
PA CASARÃO	18
PA FORTALEZA I E II	19
PA GROTÃO DO SEVERINO	5
PA JACARÉ	24
PA JOÃO VAZ	9
PA LAGO AZUL	59
PA N. S. DO PERPÉTUO SOCORRO	19
PA TOCANTINS	21
TOTAL	241

PALESTINA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
AÇAIZAL	51
ANGICAL	45
CONSPEL*	15
EMBAUBAL	1
RIO MAR	54
TOTAL	166

*Conforme INCRA pertence ao município de Brejo Grande do Araguaia

PIÇARRA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
BARREIRA BRANCA	27
CARLOS PEREIRA NUNES	66
DJALMA CASTRO	66
FRANCISCO NUNES TEIXEIRA	120
MUTUÃ	89
OZIEL PEREIRA	381
PONTA DA SERRA	62
VALE FORMOSO	13
TOTAL	824

SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
ALMESCÃO	38
BELO HORIZONTE	18
BETH	13
BRASIL ESPANHA	40
CROÁ	9
OITO BARRACAS	50
PAULO FONTELES - APAPF	34
PAULO FONTELES - APPRB	54
PEDRA DE AMOLAR	16
SANTA LUCIA	13
SOL NASCENTE	13
VENEZA - APAPAV	59
VENEZA - ATARC	20
TOTAL	377

SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
BOM LUGAR	21
BOQUEIRÃO	24
MIGUEL GOMES	19
EMIDIO BATISTA DE MOURA	28
GAMELEIRA*	49
VALE DO MUCURA I	81
VALE DO MUCURA II	26
SÃO JOSÉ/BOA ESPERANÇA	34
TIRA CATINGA	12
PAU FERRADO	19
TERRA NOVA	11
INDEPENDENCIA	1
TOTAL	325

*Conforme INCRA pertence ao município de Eldorado dos Carajás

SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
21 DE ABRIL	23
ARARAS	04
MORESCHI	64
PIMENTEIRA	56
PRIMAVERA	31
UBÁ	29
TOTAL	207

CURIONÓPOLIS

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
BARRA DO CEDRO	08
IPIRANGA/CACHOEIRA PRETA	22
TOTAL	30

PARAUPEBAS

PROJETO DE ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PRONAF A 2000 a 2007
ARAÇATUBA	27
CARLOS FONSECA	59
PALMARES SUL	16
TOTAL	102

Anexo D - Quadro resumo da relação dos municípios dos dirigentes entrevistados com dados ajustados para questões agrária e agrícola

MUNICÍPIO	Projetos de Assentamento		Capacidade dos assentamentos		Famílias assentadas RB		Famílias financiadas – PRONAF A
	Nº Oficial INCRA	Nº Ajustado	Nº Oficial INCRA	Nº Ajustado	Nº Oficial INCRA	Nº Ajustado	Nº COPSERVIÇOS Ajustado
Bom Jesus do Tocantins	02	02	218	218	218	218	90
Eldorado dos Carajás ¹	21	21	4.608	4.308	4.608	3.755	550
Itupiranga ²	35	38	7.801	7.977	6.045	6.178	1.094
Jacundá ³	01	04	415	669	283	435	61
Marabá ⁴	75	76	9.181	9.216	6.327	6.356	487
Nova Ipixuna	09	09	1.127	1.127	942	942	241
Palestina do Pará ⁵	04	5	361	397	310	341	166
Piçarra	12	12	2.019	2.019	1.650	1.650	824
São Domingos do Araguaia ⁶	12	13	1.049	1.134	941	1.044	377
São Geraldo do Araguaia ⁷	19	20	1.841	2.141	1.420	1.712	325
São João do Araguaia ⁶	09	10	1.301	1.216	1.255	1.152	207

¹ PA Gameleira, foi reduzido em 50% o número de famílias, pois considerou-se que o restante pertence a São Geraldo do Araguaia.

² PA Iolanda: pertence a Novo Repartimento/Itupiranga. PA Água da Saúde: pertence a Itupiranga/Novo Repartimento. PA Santa Liduina: pertence a Novo Repartimento.

³ PA Antônio Nonato e PA Diacuí: pertencem a Goianésia do Pará; PA Bom Jesus: pertencem a Rondon do Pará.

⁴ PA Centro dos Maranhenses: pertencem a São Félix do Xingu/Marabá.

⁵ PA Conspel: pertence a Brejo Grande do Araguaia.

⁶ PA Veneza: pertence a São João do Araguaia, porém, foi considerado que 2/3 pertencem a São Domingos do Araguaia e 1/3 a São João do Araguaia. PA Ubá: pertence a São Domingos do Araguaia. Porém, foi considerado que 2/3 pertencem a São João do Araguaia e 1/3 a São Domingos do Araguaia.

⁷ PA Gameleira: pertence a Eldorado dos Carajás, porém foi considerado que 50% das famílias pertencem a este município.

Anexo E - Relação dos laticínios por município da região do sudeste paraense

MUNICÍPIO	Quantidade de laticínios*	LATICÍNIO	FONTE	OBS.:
Bom Jesus do Tocantins	2	Manacar	Dirigentes	
		Maurília	Dirigentes	
Eldorado dos Carajás	4	Leitebom	Dirigentes; SEBRAE/Julho 2008	
		ELDORADO - Ind. de Laticínios Ltda	SEBRAE/Julho 2006; APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		BIANA - INDÚSTRIA DE LATICÍNIOS DOMA LTDA	SEBRAE/Julho 2007	
		SERTANORTE	SEBRAE/Julho 2009	Instalado no município de São Geraldo do Araguaia
Itupiranga	6	Curral Preto	Dirigentes	
		Jovem Crelândia	Dirigentes	
		Panelinha	Dirigentes	
		Quejeira do Coco II	Dirigentes	
		São Sebastião	Dirigentes	
		Vila São Pedro	Dirigentes	
Jacundá	3	Manacar	Dirigentes	
		Mineiro - Laticínios Ltda.	Dirigentes; APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		Ouro Bom - R.L. de Castro Laticínios	Dirigentes; APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
Marabá	9	Carajás	Dirigentes	
		Lebom - Indústria de Laticínios Ltda.	Dirigentes; APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		Paraleite - Ind. e Com. de Laticínios Ltda.	Dirigentes; APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		USBEL - Coelho & Handem Ltda.	APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		Vitolac - Vitória Indústria de Laticínios	APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		BBN Betânia Brasil Norte Laticínio Ind. Ltda.	APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		Laticinio Rio Preto	Navegantes, 2006; Apud: Chaxel (2005).	
		Kenny - Ind. e Com. de Laticínios Ltda	Navegantes, 2006; Apud: Chaxel (2005).	
		Leite Paraíso - M.M Bom Jardim Porto Ltda	APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	

Nova Ipixuna	9	Carajás	Dirigentes	
		Certanorte	Dirigentes	
		Lebom - Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.	Dirigentes; SEBRAE/Agosto 2005	
		VITOLAC – Vitória laticínios Industriais Ltda.	SEBRAE/Agosto 2006;APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		Laticínio Maiara	SEBRAE/Agosto 2007	
		Laticínio Bom Jesus	SEBRAE/Agosto 2008	
		Paraleite Indústria e Comércio de Laticínios Ltda.	SEBRAE/Agosto 2008	Instalado em Marabá, compra leite de Nova Ipixuna
		<i>Laticínio do Gildásio</i>	SEBRAE/Agosto 2010	Instalado em Marabá, compra leite de Nova Ipixuna
		ICI Lat. - Ind.e Com. de Laticínios Ipixuna Ltda	APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
Palestina do Pará	2	Comila	Dirigentes	
		Proprietário Hélio	Dirigentes	
Piçarra	2	Bianca	Dirigentes	
		Certanorte	Dirigentes	
São Domingos do Araguaia	4	Carajás (PA)	Dirigentes	
		Comila (TO)	Pesquisa de campo	
		Manacar (TO)	Pesquisa de campo	
		Santa Clara (MA)	Pesquisa de campo	
São Geraldo do Araguaia	3	Biana - Ind. de Laticínio DOMA Ltda	Dirigentes	
		Sertanorte	Dirigentes	
		Free Leite	Dirigentes	
São João do Araguaia	2	Carajás	Dirigentes	
		Leitebom	Dirigentes	
Parauapebas	4	POPETE/Denise Ferreira da Mota-ME	SEBRAE/Julho 2005	
		Laticínio Palmares	SEBRAE/Julho 2006	
		Laticínio Sapore do Pará	SEBRAE/Julho 2007	
		Laticínio Ouro Branco	SEBRAE/Julho 2008	

Canaã dos Carajás	2	Indústria e Comércio de Laticínios Canaã Ltda	APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
		Laticínios Nortedul Ltda.	APL Leite SEDECT Gov. Estado do Pará	
Região Sudeste (município não identificado)	3	M.C. Derivados do Leite Ltda (Marília)	Navegantes, 2006; Apud: Chaxel (2005).	
		INA - Industria e Comércio de Laticínio	Navegantes, 2006; Apud: Chaxel (2005).	
		Laticínio Jk	Navegantes, 2006; Apud: Chaxel (2005).	

* Número dos principais laticínios que compram leite dos produtores do município.

Anexo F - Relação dos candidatos do partido dos trabalhadores e vereadores eleitos no ano de 2004 dos municípios dos dirigentes entrevistados

Município: BOM JESUS DO TOCANTINS

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
JOSÉ MARIA (eleito)	13126	PT	228	3,57%
ERIVALDO DO SESP	13130	PT	182	2,85%
GERALDO JOSÉ DA SILVA	13333	PT	150	2,35%
PEDRO BARBEIRO	13121	PT	122	1,91%
JUNIOR BACABAL	13123	PT	37	0,58%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. NENA BUSS (eleito)	14444	PTB	349	5,47%
2. NELSON JORTÉA (eleito)	14780	PTB	337	5,28%
3. CAMACÃ (eleito)	14567	PTB	289	4,53%
4. JOÃO MINEIRO (eleito)	20123	PSC	258	4,04%
5. RUBENS BUSS (eleito)	45690	PSDB	258	4,04%
6. CODÓ (eleito)	20610	PSC	257	4,02%
7. JOSÉ MARIA (eleito)	13126	PT	228	3,57%
8. IOLE (eleito)	45666	PSDB	209	3,27%
9. CAPIXABA (eleito)	15611	PMDB	197	3,08%

Município: ELDORADO DOS CARAJÁS

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
VALMIR DO GRAVATA (eleito)	13222	PT	388	3,83%
JUAREZ MARQUES (eleito)	13333	PT	282	2,78%
MANOEL COELHO	13456	PT	265	2,61%
WALDOMIRO DO MST	13444	PT	215	2,12%
CELSO PIAUI	13555	PT	160	1,58%
REGINA DO SINDICATO	13111	PT	106	1,05%
VERA LUCIA	13666	PT	66	0,65%
BETH DO PT	13123	PT	26	0,26%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. ZÉ ALMEIDA (eleito)	40670	PSB	509	5,02%
2. VALMIR DO GRAVATA (eleito)	13222	PT	388	3,83%
3. LORÃO (eleito)	11222	PP	369	3,64%
4. NÊGO DA LOJA (eleito)	45645	PSDB	366	3,61%
5. LUCIANO DO REAL (eleito)	22145	PL	322	3,18%
6. NEILA DO ERNANDES (eleito)	23456	PPS	284	2,80%

7. JUAREZ MARQUES (eleito)	13333	PT	282	2,78%
8. JENEAN FILHO DO DIVA (eleito)	23222	PPS	256	2,53%
9. JAILSON (eleito)	12100	PDT	205	2,02%

Município: ITUPIRANGA

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
GENIVAL	13150	PT	484	2,49%
CARMELIO	13123	PT	430	2,21%
JOÃO BONZIM	13125	PT	327	1,68%
MANOEL MONTEIRO	13133	PT	255	1,31%
ZEFA	13621	PT	221	1,14%
MANUEL DO DORINHO	13605	PT	198	1,02%
MADA	13127	PT	196	1,01%
JUSCELINO IRMÃO	13622	PT	160	0,82%
NESTOR	13610	PT	141	0,72%
DEUSA	13121	PT	129	0,66%
CHICÃO	13620	PT	66	0,34%
DUCIMAR	13126	PT	57	0,29%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. DOMINGUINHOS (eleito)	40620	PSB	616	3,17%
2. NILTON (eleito)	22223	PL	575	2,96%
3. NENGA (eleito)	22000	PL	571	2,93%
4. DAINO (eleito)	45123	PSDB	552	2,84%
5. IVAN (eleito)	12345	PDT	521	2,68%
6. SARGENTO RAIMUNDO (eleito)	40888	PSB	506	2,60%
7. LARA (eleito)	14789	PTB	503	2,59%
8. WANDERIL (eleito)	12333	PDT	479	2,46%
9. LEIDINHA (eleito)	15655	PMDB	476	2,45%
10. PAULINHO (eleito)	25222	PFL	429	2,20%

Município: JACUNDÁ

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
MARIA DE JESUS (eleito)	13123	PT	573	2,34%
DOMINGOS DO SINDICATO	13134	PT	302	1,23%
BARDINI	13789	PT	254	1,04%
MARA	13333	PT	187	0,76%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. WILSON DA MORAN (eleito)	25555	PFL	946	3,86%
2. PEDRO EDIVAN (eleito)	45111	PSDB	780	3,18%
3. TONHO DO POSTO (eleito)	14111	PTB	722	2,94%
4. ADÉLIA (eleito)	45555	PSDB	683	2,79%
5. ZÉ PINTO (eleito)	14222	PTB	682	2,78%
6. ZÉ MARTINS PRETO (eleito)	15123	PMDB	640	2,61%
7. MARIA DE JESUS (eleito)	13123	PT	573	2,34%
8. SON (eleito)	43444	PV	509	2,08%
9. SERGINHO (eleito)	12333	PDT	432	1,76%

Município: MARABÁ

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
ZEZITO (eleito)	13456	PT	784	0,98%
TOINHA	13133	PT	738	0,92%
XAVIER DO SINDICATO	13111	PT	694	0,87%
TIÃO DO SINDICATO	13336	PT	688	0,86%
OLIVAL	13333	PT	571	0,71%
DEMERVAL DA SUCAM	13123	PT	549	0,68%
RAIMUNDINHO	13606	PT	537	0,67%
SIDNEY	13444	PT	466	0,58%
CÉSAR AQUINO	13222	PT	288	0,36%
JOCIEL	13013	PT	269	0,34%
OCILDA	13322	PT	168	0,21%
ORONDINO MAIA	13055	PT	136	0,17%
GASPAR CREDIARISTA	13134	PT	69	0,09%
CINDY	13613	PT	66	0,08%
MEIRILENE DA JUNTA MILITAR	13555	PT	58	0,07%
MARIA NONATA	13789	PT	52	0,06%
RITA DE CASSIA	13321	PT	21	0,03%

Cargo: Vereadores Eleitos

	Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1.	JÚLIA ROSA (eleito)	12345	PDT	2.305	2,88%
2.	VANDA AMÉRICO (eleito)	40123	PSB	2.193	2,74%
3.	FERREIRINHA (eleito)	14258	PTB	2.148	2,68%
4.	ADELMO DO SINDICATO (eleito)	14321	PTB	1.715	2,14%
5.	ELTON MAMORÉ (eleito)	40345	PSB	1.706	2,13%
6.	MAURINO MAGALHAES (eleito)	22611	PL	1.648	2,06%
7.	LEODATO MARQUES (eleito)	11211	PP	1.620	2,02%
8.	ADEMAR DE ALENCAR (eleito)	15324	PMDB	1.597	1,99%
9.	MIGUELITO (eleito)	11234	PP	1.444	1,80%
10.	RONALDO DA 33 (eleito)	31233	PHS	1.388	1,73%
11.	JÚNIOR DO VAVÁ (eleito)	25123	PFL	1.142	1,42%
12.	ZEZITO (eleito)	13456	PT	784	0,98%

Município: NOVA IPIXUNA

Cargo: Vereadores PT

	Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
	BATISTA (eleito)	13555	PT	376	4,80%
	CLOVINHO (eleito)	13333	PT	327	4,17%
	CHAGUINHA SALES (eleito)	13777	PT	326	4,16%
	VALDEMIR	13613	PT	193	2,46%
	JEGUIM	13134	PT	145	1,85%
	DORA	13623	PT	130	1,66%
	ULISSES	13651	PT	76	0,97%
	CAVEIRINHA	13111	PT	71	0,91%
	ZÉ MARQUES	13123	PT	67	0,85%
	FIDELIS	13567	PT	58	0,74%
	CHICO FLUMINENSE	13144	PT	30	0,38%
	GUIOMAR	13222	PT	20	0,26%

Cargo: Vereadores Eleitos

	Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1.	BATISTA (eleito)	13555	PT	376	4,80%
2.	IDELFONSO (eleito)	14789	PTB	354	4,51%
3.	TIÃO DA RENATA (eleito)	14670	PTB	337	4,30%
4.	CLOVINHO (eleito)	13333	PT	327	4,17%
5.	CHAGUINHA SALES (eleito)	13777	PT	326	4,16%
6.	RAIMUNDO PAIZIM (eleito)	25111	PFL	311	3,97%
7.	JENERIAS (eleito)	45654	PSDB	290	3,70%
8.	MÁRIO (eleito)	12345	PDT	230	2,93%
9.	CHICO MAXIMIANO (eleito)	12456	PDT	176	2,24%

Município: PALESTINA DO PARÁ

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
GENI DO ARLINDO	13613	PT	119	2,74%
BENTO DO SINDICATO	13608	PT	48	1,10%
ARMANDO CABOCO	13610	PT	17	0,39%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. CESAR DO BICO DOCE (eleito)	12369	PDT	455	10,46%
2. DJACI (eleito)	45678	PSDB	279	6,42%
3. ADEUVALDO (eleito)	45111	PSDB	270	6,21%
4. LIDUINA (eleito)	15615	PMDB	215	4,94%
5. DOMINGOS SARAIVA (eleito)	25800	PFL	213	4,90%
6. ZEZINHO CRENTE (eleito)	15600	PMDB	204	4,69%
7. GENEIR BARBOSA (eleito)	15789	PMDB	197	4,53%
8. OLTAIR (eleito)	40601	PSB	196	4,51%
9. PROFESSOR VALDEMAR (eleito)	14569	PTB	146	3,36%

Município: PIÇARRA

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
RUI (eleito)	13111	PT	408	7,24%
GIVALDO CABELELEIRO	13333	PT	177	3,14%
JEFERSON DA SUCAM	13456	PT	89	1,58%
JOAO ROCHA	13123	PT	79	1,40%
SANDRA CAETANO	13133	PT	30	0,53%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. FELIX (eleito)	40118	PSB	502	8,90%
2. RUI (eleito)	13111	PT	408	7,24%
3. MASCARENHA (eleito)	40444	PSB	403	7,15%
4. JOÃO ENFERMEIRO (eleito)	45678	PSDB	345	6,12%
5. MARIA DO BELO (eleito)	22222	PL	333	5,91%
6. ELENICE TATAO (eleito)	40111	PSB	331	5,87%
7. VALMIR (eleito)	23111	PPS	303	5,37%
8. FABRICIO (eleito)	20100	PSC	245	4,34%
9. COSMO (eleito)	45555	PSDB	212	3,76%

Município: SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
EUDERIO (eleito)	13115	PT	321	2,97%
PAULO FELICIO	13456	PT	116	1,07%
MARLUCE S AZEVEDO	13123	PT	109	1,01%
ADÃO DA 43	13113	PT	99	0,91%
PAIZINHA CHURRASQUINHO	13114	PT	74	0,68%
VILAR	13333	PT	66	0,61%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. NIVALDO (eleito)	15444	PMDB	781	7,21%
2. ALACID (eleito)	15555	PMDB	527	4,87%
3. CHANA (eleito)	25555	PFL	417	3,85%
4. IDELFONSO (eleito)	33222	PMN	357	3,30%
5. EUDERIO (eleito)	13115	PT	321	2,97%
6. MARIA JOSÉ (eleito)	40156	PSB	320	2,96%
7. TIRIRICA (eleito)	45551	PSDB	287	2,65%
8. CECILIA (eleito)	45111	PSDB	265	2,45%
9. ALAIR (eleito)	23111	PPS	164	1,51%

Município: SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
SABINO (eleito)	13113	PT	356	2,49%
LENY PROFESSORA	13123	PT	209	1,46%
IRMÃO SANÇÃO	13444	PT	169	1,18%
ENES	13000	PT	134	0,94%
JACY SANTIAGO DO PT	13111	PT	65	0,46%
OCEANO	13258	PT	55	0,39%
ZÉ DO INCRA	13333	PT	7	0,05%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. ESTER BARROS. (eleito)	15123	PMDB	584	4,09%
2. DONIZETE (eleito)	25678	PFL	566	3,96%
3. VALDIR (eleito)	25620	PFL	493	3,45%
4. FELINHA (eleito)	45444	PSDB	468	3,28%
5. MARCELO LIMA (eleito)	12111	PDT	380	2,66%
6. SABINO (eleito)	13113	PT	356	2,49%
7. ACACIO (eleito)	12345	PDT	322	2,26%
8. RAIMUNDO FILHO (eleito)	45145	PSDB	321	2,25%
9. ZECA (eleito)	11111	PP	263	1,84%

Município: SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

Cargo: Vereadores PT

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
JOAQUIM DO 40 (eleito)	13222	PT	272	3,78%
ROBERTO (eleito)	13123	PT	239	3,32%
MANOELZINHO (eleito)	13122	PT	225	3,13%
ZÉ MIUDO	13333	PT	218	3,03%
JOÃO IRINEU DA COSTA	13000	PT	90	1,25%

Cargo: Vereadores Eleitos

Candidato	Nr.	Partido	Votos Nominais	%/Válidos
1. ISA (eleito)	15623	PMDB	322	4,47%
2. JEANNE AZEVEDO (eleito)	25611	PFL	320	4,45%
3. JOAQUIM DO 40 (eleito)	13222	PT	272	3,78%
4. MARCELO ROCHA (eleito)	14222	PTB	270	3,75%
5. ANTÔNIO MARINHO (eleito)	14777	PTB	269	3,74%
6. SURUBIM (eleito)	15622	PMDB	265	3,68%
7. ROBERTO (eleito)	13123	PT	239	3,32%
8. CINTYA CRISTINA (eleito)	20123	PSC	230	3,20%
9. MANOELZINHO (eleito)	13122	PT	225	3,13%

Anexo G - Quadro resumo dos dados eleitorais dos municípios do sudeste paraense

MUNICÍPIO	ELEITORADO	Nº VEREADORES	SEÇÕES ELEITORAIS	LOCAIS DE VOTAÇÃO*	VOTOS VÁLIDOS PROPORCIONAL	COEFICIENTE ELEITORAL
Abel Figueiredo	5.600	9	16	2	4.197	466
Bom Jesus do Tocantins	9.164	9	29	5	6.263	696
Brejo Grande do Araguaia	5.913	9	21	6	4.354	484
Canaã dos Carajás	19.020	9	54	7	15.178	1.686
Curionópolis	12.510	9	39	11	10.618	1.180
Eldorado dos Carajás	15.520	9	43	6	12.571	1.397
Itupiranga	31.256	10	94	33	23.726	2.373
Jacundá	33.612	10	119	26	26.512	2.651
Marabá	122.457	13	377	85	92.161	7.089
Nova Ipixuna	10.610	9	36	12	8.207	912
Palestina do Pará	5.563	9	17	6	4.201	467
Parauapebas	85.246	11	223	23	68.204	6.200
Piçarra	8.790	9	31	14	6.678	742
Rondon do Pará	29.943	9	94	20	21.934	2.437
São Domingos do Araguaia	15.037	9	48	10	11.291	1.255
São Geraldo do Araguaia	20.498	9	70	21	15.552	1.728
São João do Araguaia	9.646	9	33	14	7.638	849

Fonte: TSE

*<http://www.guiadoeleitor.com.br/> Acessado em: 10/11/2008.

Anexo H - Dados sobre reforma agrária nos 17 municípios da região do sudeste paraense

UA	PROJETO	No. PAs	Capacidade de famílias assentadas	Relação de Beneficiários em 31/12/2007	Relação de Beneficiários em situação regular em 25/03/2008	ÁREA em hectares
1	Abel Figueiredo	0	0	0	0	0
2	Bom Jesus do Tocantins	2	218	218	151	9.935,08
3	Brejo Grande do Araguaia	4	290	275	169	6.424,15
4	Canaã dos Carajás	1	76	59	24	3.845,71
5	Curionópolis	3	209	199	152	10.220,43
6	Eldorado dos Carajás	21	4.608	4.047	2.886	190.859,36
7	Itupiranga	35	7.801	6.045	4.441	371.174,10
8	Jacundá	1	415	283	170	21.000,00
9	Marabá	75	9.181	6.327	4.935	387.943,81
10	Nova Ipixuna	9	1.127	942	676	45.158,11
11	Palestina do Pará	4	361	310	207	13.716,91
12	Parauapebas	7	2.843	1.621	1.253	122.574,05
13	Piçarra	12	2.019	1.650	1.307	82.269,76
14	Rondon do Pará	12	892	747	668	39.315,56
15	São Domingos do Araguaia	12	1.049	941	584	44.711,03
16	São Geraldo do Araguaia	19	1.841	1.420	1.151	93.201,41
17	São João do Araguaia	9	1.301	1.255	917	41.078,76
	TOTAL SUDESTE	226	34.231	26.339	19.691	1.483.428,22

Fonte: banco de dados do INCRA 25/03/2008

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)